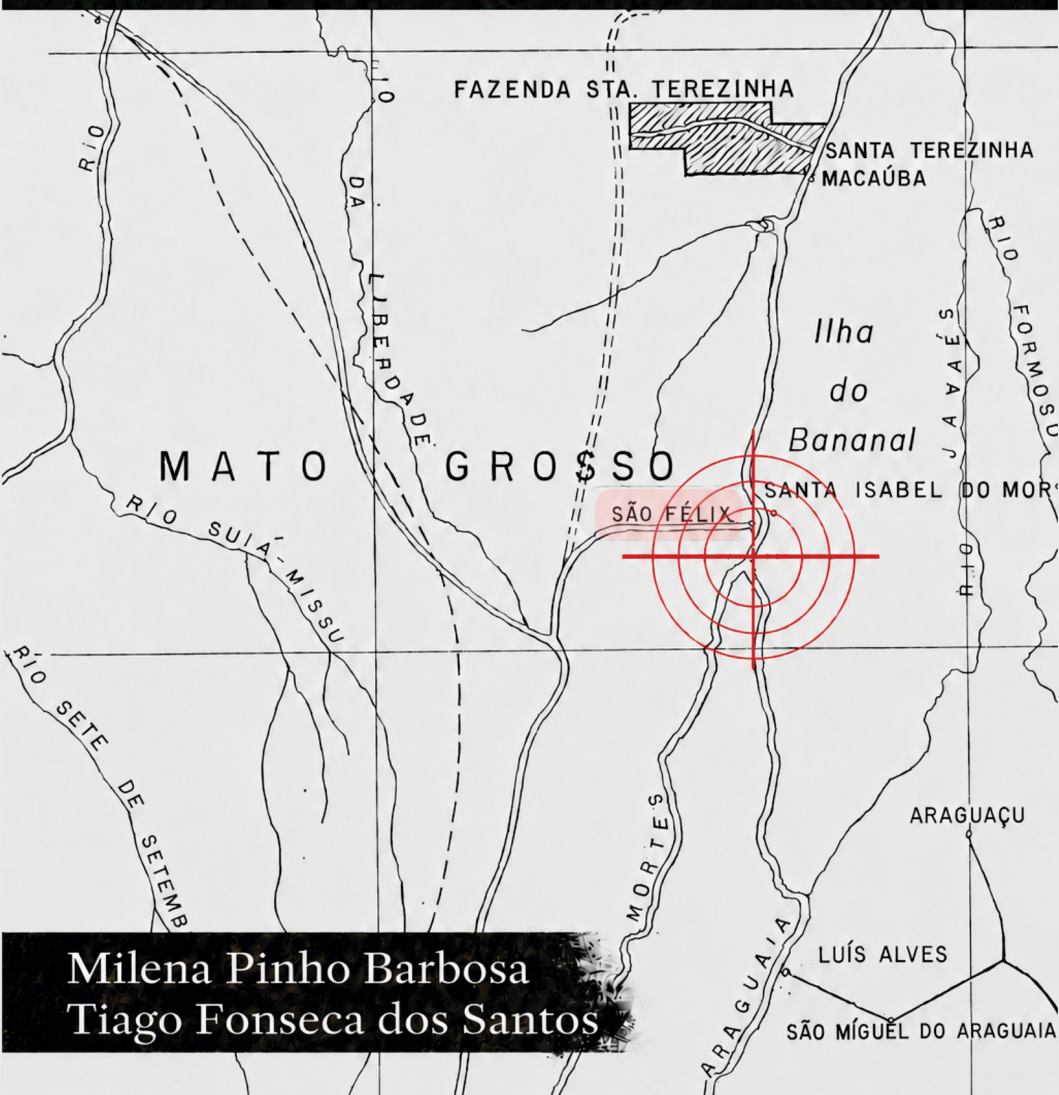


A GUERRA FRIA NA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

As denúncias de D. Sigaud contra
o Bispo do Araguaia (1968 – 1977)



Milena Pinho Barbosa
Tiago Fonseca dos Santos

**A GUERRA FRIA NA IGREJA
CATÓLICA NO BRASIL:
As denúncias de D. Sigaud contra o
Bispo do Araguaia (1968 – 1977)**

Milena Pinho Barbosa
Tiago Fonseca dos Santos

**A GUERRA FRIA NA IGREJA
CATÓLICA NO BRASIL:
As denúncias de D. Sigaud contra o
Bispo do Araguaia (1968 – 1977)**



ALEXA
Embu das Artes / SP
2026



COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Adailton da Silva (UFJ – Jataí/GO)

Vice-presidente

Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Membros

- Alexandre Santos de Oliveira (IFS - Poço Redondo/SE)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Antonio Carlos Batista de Souza (IFAM CMC – Manaus/AM)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica – Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Gabriel Frechiani de Oliveira (SEDUC/PI – Floriano)
Grazielle Açcolini (UFGD – Dourados/MS)
Guilherme Gitahy de Figueiredo (UEA - Tefê/AM)
Iraildes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Karel Henricus Langermans (ECA/USP – São Paulo/SP)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFCAT – Catalão/GO)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marcial Cotes (UESC - Ilhéus/BA)
Maria Auxiliadora Coelho Pinto (UEA - Tabatinga/AM)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Rafaela Cássia Procknov (IFSP – Avaré/SP)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFJ – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Sidney Barata de Aguiar (SEDUC – Manaus/AM)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Humaitá/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz - Université de Versailles
Antônio Cattani - UFRGS
Alfredo Bosi - USP
Arminda Mourão Botelho - Ufam
Spartacus Astolfi - Ufam
Boaventura Sousa Santos - Universidade de Coimbra
Bernard Emery - Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira - UFC
Conceição Almeida - UFRN
Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP
Gabriel Conh - USP
Gerusa Ferreira - PUC/SP
José Vicente Tavares - UFRGS
José Paulo Netto - UFRJ
Paulo Emílio - FGV/RJ
Élide Rugai Bastos - Unicamp
Renan Freitas Pinto - Ufam
Renato Ortiz - Unicamp
Rosa Ester Rossini - USP
Renato Tribuzy - Ufam

Diretora da Edua

Heloísa Borges

Vice-Reitor

Geone Corrêa

Reitora

Tanara Lauschner

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Revisão Técnica

Júlio Cláudio da Silva

Revisão de língua portuguesa

Tiago Fonseca dos Santos

Edição e diagramação

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A111a A guerra fria na Igreja Católica no Brasil: as denúncias de D. Sigaud contra o Bispo do Araguaia (1968–1977) / Milena Pinho Barbosa, Tiago Fonseca dos Santos. – 1. ed. – Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2026.

115p. : il. ; 14 × 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5467-734-3 - E-book em PDF

1. Igreja Católica – Brasil – História (1968–1977). 2. Teologia da Libertação – Brasil. 3. Indigenismo – Igreja Católica. 4. Religião e política – Conflitos internos. I. Barbosa, Mienna Pinho, II. Santos, Tiago Fonseca dos. III. Título.

CDD 282.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:

Igreja Católica – Brasil – História

Indigenismo

Religião e política

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É terminantemente proibida a reprodução parcial ou integral do conteúdo desta obra sem a prévia autorização da autora e/ou editora.

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Nós estivemos clamando por um líder para falar como os velhos profetas. O sangue dos esquecidos não foi derramado sem um propósito. Ou será que foi? (Foster The People, 2014)

Dom Pedro Casaldáliga: poesia e utopia

D. Pedro Casaldáliga, bispo e poeta, foi um dos mais ativos integrantes da Teologia da Libertação da Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II. E tive a alegria de conviver momentos importantes e até de sugerir e tornar realidade a mais necessária das nossas utopias para a Igreja deste país: tornar a causa indígena como uma “questão nacional e até internacional”.

Conheci Pedro em julho de 1971, no Rio de Janeiro, num Encontro de Pastoral da Amazônia, promovido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Eu era então coordenador técnico da Operação Anchieta (OPAN), hoje Operação Amazônia Nativa, organização de missionários(as) leigos(as), por mim criada em 1969. Lembro-me ainda como Pedro se apresentou no seu estilo bem humorado, marca de sua vida: “Meu nome é Pedro. Sou o bispo “pelado” da Prelazia de São Félix do Araguaia”. Referia-se à sua situação de bispo recém-nomeado. Antes de ser sagrado, solenemente, o bispo é chamado de “bispo prelado”.

Como bispo, D. Pedro, envolveu-se logo na transformação da política indigenista da Igreja Católica no Brasil. Aliás, tinha razões. Foi em sua prelazia que iniciou a revolucionária experiência missionária das Irmãzinhas de Jesus junto aos indígenas Tapirapé. Elas substituíram a catequese por uma presença amiga, envolvendo-se nos problemas do povo. Esta atitude tornou-se também o modelo de missão desde o início adotado pela OPAN. Por isso, Pedro e as Irmãzinhas de Jesus logo aderiram com entusiasmo à nova experiência. A partir de 1972, começaram a participar dos nossos cursos de formação das novas forças da OPAN. E os/as leigos/as se lembram dessas presenças carinhosas, onde iniciou um forte compromisso mútuo pela causa indígena. Foi ali, inclusive, que nasceu o uso do anel de tucum, como símbolo do envolvimento na causa dos oprimidos, em especial, na causa indígena.

A OPAN foi a primeira organização no âmbito da Igreja, criada após o Vaticano II, voltada aos povos indígenas e tornando-a uma “questão nacional e até internacional” – como dizíamos então, questionando a política integracionista dos governos, tanto o Vaticano como o brasileiro.

Outro momento importante que vivi com Pedro foi a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em abril de 1972, em Brasília. Eu já estava envolvido na questão indígena da Amazônia, desde janeiro de 1963. Em 1968, ainda estudante jesuíta, participei do 1º. encontro de missionários indigenistas da Amazônia, em Morumbi/SP, ao lado de missionários outras ordens religiosas atuantes junto aos indígenas. Deste encontro não participou nenhum bispo. Uma causa que pouco interessava aos bispos. Mas foi no encontro do Morumbi que nasceu a preocupação por um instrumento que conduzisse a transformação da pastoral indigenista da Igreja. A preocupação teve continuidade em um segundo encontro em Campo Grande, no Mato Grosso. Naquele momento ainda não havia o estado de Mato Grosso do Sul, criado anos mais tarde. Mas em 1972 o coordenador do Secretariado Nacional da Atividade Missionária (SNAM/CNBB) enviou a agenda para nova reunião que ignorou o assunto. Isto provocou uma reação forte na nossa base jesuítica de Mato Grosso. Nos dirigimos a Brasília como um bloco maior, dispostos a mudar as linhas de ação pastoral. Entretanto, o coordenador do encontro não aceitou mudar a agenda para incluir a questão do instrumento que construísse a mudança da pastoral indigenista. A situação gerou um mal-estar, pois o encontro se anunciava com um fracasso. Finalmente, com forte ajuda dos bispos D. Pedro e D. Tomás Balduino, forçou-se à mudança da agenda. O coordenador se retirou amargurado, mas a discussão da criação do instrumento de coordenação das mudanças da pastoral indigenista trouxe logo nova animação. E, então, nasceu Conselho Indigenista Missionário.

Em meados de 1973, deixei a coordenação Técnica da OPAN, para assumir o Secretariado Executivo do CIMI. Agora os encontros com D. Pedro se tornaram rotineiros, devido ao programa que implantei ao CIMI, tendo como vertentes: Assembleias Indígenas e Encontros Regionais de Formação Indigenistas, principalmente nos encontros que se realizaram em Mato Grosso onde D. Pedro e D. Tomás foram presenças muito proeminentes.

Daí por diante, D. Pedro e D. Tomás, passaram a constituir os principais baluartes, frente ao episcopado brasileiro na construção do CIMI, somando-se com qualidade e muita força ao indigenismo que já vinha sendo praticado pelas Irmãzinhas de Jesus junto aos Tapirapé e pela OPAN, junto a vários povos indígenas brasileiros:

substituindo a catequese por uma presença encarnada em sua luta por justiça.

Entre 24 e 28 de agosto de 1974, o CIMI realizou o 1º Encontro Regional de Pastoral Indigenista em Meruri/Mato Grosso, na terra dos indígenas Bororo. Neste encontro foi criado o Regional do CIMI-Mato Grosso. Nele, foi escolhido o jesuíta, Pe. João Bosco Burnier, como 1º. Coordenador do CIMI-MT. Pe. João Bosco, na noite do dia 11 de outubro de 1976, caiu nos braços de D. Pedro, em Ribeirão da Cascalheira, mortalmente ferido a bala por um policial militar. Eu estava na sede do CIMI em Brasília, onde na mesma noite D. Pedro me comunicou o ocorrido.

O Bispo do Araguaia participou também, no ano de 1975, de pelo menos duas importantes Assembleias Indígenas uma no Mato Grosso e outra no Pará/Alto Tapajós, na aldeia Cururu dos indígenas Munduruku, onde articulamos a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que foi oficializada por ocasião da 1ª. Assembleia Nacional de Pastoral Indigenista, em junho de 1975.

D. Pedro deixou, além dessa sua participação na implantação da Teologia da Libertação e luta na causa indígena, um grande acervo poesias e textos proféticos. Suas palavras são sementes de esperança; seus versos faróis em tempos tão sombrios. Estes versos, incendiários, são importantes referências na luta pela defesa dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e da justiça social.

Casa da Cultura do Urubuí, 4 de março de 2026
Egydio Schwade

SECRETO

02592

2



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL



ESTUDO ESPECIAL Nº 003/16/AC/76

DATA : 01 Dez 76
ASSUNTO : ATIVIDADES SUBVERSIVAS - AS ATUAIS ÁREAS DE TENSÃO NO PAÍS E SUA PROVÁVEL UTILIZAÇÃO PELA SUBVERSÃO
ORIGEM : AR/SNI E CENTROS MILITARES
DIFUSÃO : CH/SNI
ANEXOS : DE ACORDO COM O ITEM 8

CÓPIA

1. INTRODUÇÃO

Os problemas sócio-econômicos de algumas regiões do BRASIL vêm, já há algum tempo, propiciando o surgimento de áreas de tensão que, quando exploradas, com habilidade, pelos subversivos e/ou políticos comprometidos causam não só apreciável desgaste ao Governo, como até podem proporcionar o aparecimento de uma guerrilha rural.

Este fato - uma das principais causas da agitação do período anterior a 1964 - está voltando a causar preocupações, não só pelas repercussões dos incidentes ultimamente ocorridos, como também pela grande influência que o clero esquerdista vem exercendo sobre os mesmos.

A uma primeira vista, parece ser o recrudescimento da antiga agitação pré 64, apenas com uma nova condição - nante: a participação de setores da Igreja Católica na defesa dos posseiros e/ou dos índios.

Entretanto, pelo acompanhamento que vem sendo feito por esta AC/SNI, verifica-se que se trata de um trabalho subversivo a longo prazo, que foi precedido de vários levanta -

SECRETO

Estudo elaborado pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações sobre "áreas de tensão social", onde a resistência popular era considerada subversão
Fonte: BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Estudo Especial Nº 003/16/AC/76. 01 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional.

SUMÁRIO

Dom Pedro Casaldáliga: poesia e utopia	8
Prefácio - Luciano Everton Costa Teles	14
Apresentação - Daniel Lima	20
Capítulo 1	
Aspectos da Igreja Católica no Brasil no contexto da Guerra Fria	24
Capítulo 2	
Dom Pedro Casaldáliga Plá sob a mira da polícia política	36
Capítulo 3	
A guerra fria na Igreja Católica do Brasil	58
3.1 O anticomunista reacionário: Dom Geraldo Sigaud	61
3.2 A guerra anti-subversiva	64
3.2.1. Os disparos proferidos	64
3.2.2. Os alvos atingidos	66
3.2.3. O campo é a batalha	68
3.3 a Igreja em chamas frias	70
3.3.1 O Santo escândalo	70
3.3.2 Em defesa dos bispos	73
Capítulo 4	
Aspectos da “infiltração comunista” nos meios eclesiásticos do Brasil	78
4.1 O revolucionário: D. Pedro Casaldáliga e suas ideias	81
4.2 Revolução na Igreja	93
4.2.1. A “infiltração comunista” no interior da CNBB	94
4.2.2 Dom Tomás Balduino e Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	95
4.3 Ruptura com o regime do Brasil	99
4.3.1 Contra a farda e o latifúndio	100

Considerações finais.....	106
Referências.....	109
Acervos.....	109
Imprensa.....	109
Bibliografia.....	109
Sobre os Autores.....	113

PREFÁCIO

O historiador quando se volta ao passado o faz a partir das questões que o inquietam no presente. São questões sociais a serem enfrentadas, pois na prática se materializam em problemas que a sociedade, em especial a brasileira, deve entender, combater e, no futuro próximo, resolver como, por exemplo, o racismo, o machismo, a pobreza, o autoritarismo, dentre outros. O trabalho do historiador, nesse sentido, não é somente útil como socialmente necessário para tornar as relações entre os homens melhores, mais justas e humanas.

Olhar a sociedade nacional em perspectiva histórica, entrelaçando presente-passado-futuro, permite reconhecer permanências (herança de um passado que se faz presente) e rupturas (mudanças sociais existentes) e a própria existência de tempos imbricados que autorizam a pensar e traçar caminhos e transformações para a frente, num futuro próximo.

A relação memória-esquecimento é ponto central nesse processo. Há “política de esquecimento”,¹ que consiste no esforço intencional de grupos sociais específicos em destruir/apagar documentos históricos que registraram acontecimentos comprometedores (do poder, da posição social, da moral, etc.) das suas trajetórias. Há também revisionismos e negacionismos que investem em reescrever o passado sem compromisso com o “realismo histórico”². Frente a isso, já dizia Peter Burke que uma das funções do historiador é “lembrar a sociedade aquilo que ela quer esquecer”.³

A obra “A Guerra Fria na Igreja Católica no Brasil: as denúncias de D. Sigaud contra o Bispo de Araguaia (1968-1977)” surgiu para não deixar a sociedade esquecer que o discurso anticomunista empregado, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, se consubstanciou em práticas concretas do exercício de poder do Estado (captu-

1 Acerca da política do esquecimento consultar: ANSARA, Soraia. Políticas de Memória x Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Psicologia Política*, v. 12, n. 24, p. 297-311, 2012.

2 Sobre realismo histórico ver: MALERBA, Jurandir. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 41-78, 2006.

3 BURKE, Peter. *Varietades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 89.

rado pelos militares a partir do golpe de 1964), das elites políticas e econômicas e dos setores conservadores da Igreja Católica, que o manuseavam para “enquadrar” sujeitos e grupos sociais que defendiam os direitos humanos, a justiça e até mesmo as suas terras ameaçadas pela expansão do latifúndio e da atividade agropecuária.

Os autores, Milena Pinho Barbosa e Tiago Fonseca dos Santos, demonstram isso reconstituindo as trajetórias de Dom Geraldo da Proença Sigaud e D. Pedro Casaldáliga Plá no âmbito da Igreja Católica no contexto da Guerra Fria, da ditadura militar no Brasil e dos projetos econômicos para a Amazônia, entre os anos de 1968 e 1977. No centro da questão está o discurso anticomunista de D. Sigaud, um bispo ultraconservador, proprietário de terras e apoiador da associação católica conservadora Tradição, Família e Propriedade (TFP), em relação ao Bispo do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, que atuava junto aos posseiros, pequenos produtores rurais e povos indígenas na defesa de suas terras e vida frente ao avanço das atividades agropecuárias na região da Prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, e que foi acusado por aquele de ser um “comunista subversivo”.

Para reconstruir as trajetórias dos bispos, situando-as nos contextos institucional (Igreja Católica) e histórico (Guerra Fria e ditadura militar), os autores compilaram um conjunto de fontes históricas variado. A primeira gama de fontes utilizada é aquela produzida no âmbito da rede de inteligência e informações montadas pela ditadura. Fontes provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI), incluindo a Agência Central, Agências Regionais e Assessorias, os Centros de Informações do Exército (CIE), de Informações da Aeronáutica (CISA) e de Informações da Marinha (CENIMAR), informavam acerca da movimentação dos supostos “subversivos”.

O SNI constituía-se numa rede de espionagem que montava dossiês, com recortes de jornais, fotos, depoimentos e relatos dos seus agentes sobre os reputados por ele como “inimigos internos”. Algumas dessas fontes foram classificadas como “secretas” e nelas constavam os bispos progressistas da Igreja Católica, entre eles D. Pedro Casaldáliga, e suas atividades religiosas, sociais e comunitárias, registradas como perigosas e contrária a ordem estabelecida, junto aos posseiros, trabalhadores rurais e povos indígenas em São Félix do Araguaia no momento da expansão dos projetos econômicos agropecuários e do conseqüente conflitos pela terra.

Dentre outros documentos, como os do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os autores lançaram mão da imprensa, especialmente os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*. No jornal *Folha de São Paulo*, D. Sigaud denunciou o que ele classificou como ações subversivas do Bispo D. Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso. D. Sigaud elaborou um relatório sobre “aspectos da infiltração comunista os meios eclesiásticos do Brasil”, uma fonte central trabalhada pelos autores na obra.

Por meio do que foi registrado nas fontes mencionadas, os autores quiseram compreender o que D. Sigaud concebia como ações comunistas, quais as temáticas abordadas por ele e quem eram seus alvos. Para isso, dialogaram com as fontes à luz da análise do discurso,⁴ examinando, por assim dizer, o discurso anticomunista de D. Sigaud no contexto histórico em que estava inserido, observando as circunstâncias da sua enunciação e o lugar social que ele ocupava, tratando o discurso como “prática social historicamente determinada”.

Os autores evidenciaram que D. Sigaud estava alinhado a grupos anticomunistas norte-americanos e aos proprietários de terras nacionais, inclusive que tinha uma cooperativa no Vale do Jequitinhonha e criava caprinos em suas terras. Também salientaram que os militares puseram em prática o projeto de expansão da fronteira agropecuarista em direção à Amazônia, especialmente em São Félix do Araguaia, com a justificativa de ocupar o que seria para eles um “vazio demográfico” e um problema de segurança nacional, e que com isso jogaram os fazendeiros/latifundiários em disputas/conflitos por terras com os posseiros, trabalhadores rurais e povos indígenas daquela região, com graves consequências para estes últimos.

Os autores mostraram que os fazendeiros, apoiados pela ditadura, esta que fomentava um modelo fundiário baseado no latifúndio em prejuízo dos pequenos assentamentos rurais, passaram a tomar as terras dos posseiros e trabalhadores rurais e a invadir os territórios indígenas. D. Pedro Casaldáliga, na Prelazia de São Félix, assistindo as injustiças sociais produzidas por este modelo – ações arbitrárias de repressão e assassinatos, abandono, pobreza, trabalho análogo a

4 Os autores utilizam a perspectiva de PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de leitura*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

escravidão, marginalização dos pequenos produtores rurais, etc. –, e nos marcos da Teologia da Libertação, passou a questionar esse mundo de coisas, criticando o capitalismo, o governo militar e defendendo a reforma agrária e os direitos humanos, tentando proteger a população atingida.

Esse cenário é reconstituído pelos autores para demonstrar como D. Sigaud passou a classificar as ações de D. Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix do Araguaia como comunista, denunciando o Bispo do Araguaia diretamente ao Presidente Ernesto Geisel, como um bispo vermelho infiltrado na Igreja Católica com o objetivo de propagar o comunismo, fundar focos de guerrilha com vistas a articular o movimento comunista na Igreja e no país, usando para isso os espaços da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e, principalmente, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Assim, por intermédio dos dois bispos, os autores colocaram em cena o conflito pela posse da terra e suas consequências, quais sejam, o genocídio dos povos indígenas, a morte de posseiros e pequenos produtores rurais praticados por fazendeiros e seus capangas e/ou pela repressão armada militar estatal na dinâmica de expansão das atividades agropecuárias na região de São Félix do Araguaia/MT, certificando que o discurso anticomunista de D. Sigaud era na realidade um posicionamento político a favor da elite conservadora e de seus interesses na defesa do avanço do latifúndio, da propriedade privada e na ideia de segurança nacional e de um “inimigo interno” a ser combatido pela repressão militar.

Desse modo, o discurso anticomunista, como salientam os autores, é manejado como um instrumento discursivo para defender os interesses de determinados grupos com vistas a demarcar um campo político e justificar as suas ações políticas concretas.

Com essa análise, Milena Pinho Barbosa e Tiago Fonseca dos Santos desmitificam a ideia de que na Amazônia os conflitos fundiários praticamente inexisteram e/ou eram raros, minúsculos, e desmentem a imagem de que a ditadura foi mais “branda” no Norte do país. Ainda contribuem com a historiografia regional e nacional ao compilarem fontes pouco exploradas e se embrenham por temática inovadora, como o discurso anticomunista no Brasil.

Esta é uma obra atual, comprometida com o realismo histórico e uma memória que nos ajuda a entender a persistência do uso

do discurso anticomunista no país hoje. Na quadra histórica atual, de avanço do conservadorismo, do autoritarismo, do ataque à democracia e de projetos econômicos ultraliberais no Brasil, a primorosa pesquisa dos autores nos faz perceber como um Padre como Júlio Lancellotti passou a ser perseguido e acusado de comunista, tendo restrições a sua atuação religiosa pela Arquidiocese de São Paulo (que o proibiu, por exemplo, de realizar transmissões de missas ao vivo), por sua luta a favor dos excluídos e marginalizados sociais, pela defesa dos direitos humanos e pelo acolhimento e distribuição de alimentos à população de rua. Há uma nova “Guerra Fria” na Igreja Católica hoje?

Você, leitor, responderá a esta pergunta. Boa leitura!

Luciano Everton Costa Teles



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

P.80.3559 p.1 - c.1, sup

CONFIDENCIAL

Nº: 031/GAB/P

De: Sr. Presidente da FUNAI

Em: 30.06.75

DGO-FUNAI
Loc. Sigiloso
N.º 335
PROTOCOLO

Para: Sr. Diretor do DGO

Assunto: Proibição de ingresso em área indígena.-

Face a informações chegadas ao conhecimento desta Presidência, determino as providências desse Departamento no sentido de ser proibido o ingresso de D.PEDRO MARIA CASALDÁLIGA PLÃ, Bispo de São Felix, em qualquer área da FUNAI, em especial no Parque Indígena do Araguaia - PQARA.

Atenciosamente,

Jomarthe Oliveira
Jomarthe de Araujo Oliveira
Presidente da FUNAI

Comunicado da presidência da Funai sobre a proibição a Dom Pedro Casaldáliga de acesso às áreas indígenas.

Fonte: BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Nota Nº 031/GAB/P. 30 de junho de 1975. Arquivo Nacional.

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que redijo estas palavras para apresentar a obra *A guerra fria na Igreja Católica no Brasil: as denúncias de D. Sigaud contra o Bispo do Araguaia (1968-1977)* de Milena Pinho Barbosa e Tiago Fonseca dos Santos. Acerca da Milena, testemunhar seu amadurecimento acadêmico nos últimos semestres do curso de História no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA), desde a Iniciação Científica até a sua brilhante defesa de TCC em 2025, é motivo de grande alegria. Providencialmente, o Prof. Dr. Tiago Santos, meu colega de colegiado, profundo conhecedor das questões que envolvem a ditadura civil-militar, e que, portanto, dispensa apresentações, foi o orientador de Milena em todo esse processo. Agora, juntos, entregam esta obra à sociedade como uma prova material do compromisso da universidade com a produção de conhecimento científico na Amazônia.

Essa pesquisa oferece uma contribuição ímpar para a História Social das Religiões na Amazônia e para a historiografia da ditadura civil-militar brasileira. A obra não fica na superfície dos fatos, ela mergulha nas entranhas de uma Igreja Católica fraturada pela polarização ideológica, revelando como a Amazônia e suas populações oprimidas se tornaram o palco central de uma disputa que cruzou fronteiras teológicas para se tornar visceralmente uma questão política e, por conseguinte, uma questão de vida ou morte.

O leitor tem em mãos um convite para uma jornada estruturada em quatro momentos:

No **Capítulo 1**, intitulado **ASPECTOS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA**, o texto pavimenta o contexto histórico da obra e desconstrói uma visão monolítica da Igreja. Os autores demonstram como o anticomunismo ultrapassou a retórica para se tornar uma verdadeira força material, algo que afeta concretamente a visão de mundo de toda uma sociedade à época. O espectro da chamada “ameaça vermelha” foi acionado não apenas como debate ideológico, mas como um mecanismo moral de coerção, articulado por setores conservadores para frear as transformações sociais indicadas pelo Concílio Vaticano II

e silenciar a ala progressista da Igreja que denunciava a exploração humana e o avanço contumaz dos latifúndios sobre a Amazônia.

O **Capítulo 2, DOM PEDRO CASALDÁLIGA PLÁ SOB A MIRA DA POLÍCIA POLÍTICA**, adentra a engrenagem repressiva do Estado autoritário brasileiro. Com um minucioso levantamento documental, os autores detalham a perseguição implacável da comunidade de informações (SNI – Serviço Nacional de Informação; CISA – Centro de Informações da Aeronáutica e o CIE – Centro de Informações do Exército) ao denominado “Bispo do Araguaia”, Dom Pedro Casaldáliga e aos missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) como um todo. Fica evidente como a defesa dos povos indígenas e a organização dos posseiros contra corporações como a CODEARA e a SUDAM eram criminalizadas. Os autores resgatam eventos cruciais, como a *Operação Luciara* (1973) e a expulsão do Padre Francisco Jentel, provando que a luta em defesa dos direitos humanos, da reforma agrária e dos povos indígenas, fruto da solidariedade cristã aos marginalizados, era sempre interpretada pelas Forças Armadas como indício de subversão.

No **Capítulo 3, A GUERRA FRIA NA IGREJA CATÓLICA DO BRASIL**, a lente recai sobre o epicentro da ruptura clerical, aprofundando a figura e a atuação do arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud. O capítulo explicita como esse bispo, expoente da chamada associação “Tradição, Família e Propriedade” (TFP) utilizou a grande imprensa nacional em 1977 (como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*) para declarar uma guerra pública “anti-subversiva” contra os seus próprios pares. Ao denunciar Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o bispo Sigaud classificou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como um “barril de pólvora”, oferecendo ao regime o verniz religioso necessário para legitimar a violência contra os movimentos do campo.

Por fim, o **Capítulo 4, ASPECTOS DA “INFILTRAÇÃO COMUNISTA” NOS MEIOS ECLESIASTICOS DO BRASIL**, dissecou o famigerado dossiê enviado por Dom Sigaud ao presidente da república Ernesto Geisel e ao Núncio Apostólico. Aqui, a obra atinge seu ponto alto ao demonstrar como a poesia profética e libertadora de Casaldáliga foi instrumentalizada como “prova criminal” de infiltração comunista. O contexto fora marcado pelo sangue de

mártires, como os assassinatos do Pe. Rodolfo Lunkenbein e do Pe. João Bosco Burnier, que Dom Sigaud cinicamente atribuiu à “agitação” promovida por Casaldáliga. Nesse ponto, os autores escancararam o cinismo de uma elite católica que sempre que pôde aliou-se ao poder do Estado em detrimento da vida dos oprimidos e dos menos favorecidos da nação.

A leitura desta obra é, sobretudo, um doloroso, mas necessário exercício de memória histórica e reflexão sobre o nosso tempo presente. Ao desvelar o reacionarismo cristão e a instrumentalização da fé como engrenagens de um projeto de poder autoritário nos anos de chumbo, o texto de Milena e Tiago serve de inspiração e alerta para o dia que se chama hoje.

No Brasil contemporâneo, o pânico moral e o velho fantasma do anticomunismo seguem ecoando com força assustadora na esfera pública. Contudo, os atores dessa cruzada se reconfiguraram. Se no recorte temporal desta obra o protagonismo conservador vestia a indumentária católica e empunhava a liturgia romana, hoje observamos pastores neopentecostais assumirem a frente desse novo reacionarismo. A gramática do medo, a aliança com projetos de supressão de direitos, os ataques às populações indígenas e o uso do sagrado para blindar o poder secular ainda permanecem. Embora ainda conte com a participação de lideranças católicas em menor escala, o protagonismo mudou de denominação, mas o roteiro de exclusão insiste em se repetir.

Que este brilhante trabalho dissemine o incômodo salutar da boa pesquisa historiográfica e inspire novas investigações sobre a complexa e indissociável teia que envolve religião, poder e sociedade no Brasil, o que temos insistentemente apontado a historiadores do tempo presente para adentrarem no profícuo campo da “história social das religiões”, abordagem que incide em recolocar o *religioso*¹ no mesmo nível de importância que o *econômico*², onde a

1 Com a obra “A formação da classe operária inglesa” publicada originalmente em 1963 pelo historiador Edward Palmer Thompson, a religião entrou definitivamente na agenda da história social. Rompendo com o marxismo ortodoxo, Thompson demonstrou a importância do fenômeno religioso, sua autonomia e seu impacto tanto político quanto econômico. A religião é analisada como parte integrante do modo de produção.

2 Na concepção materialista da história haveria uma determinação absoluta da base material da sociedade, (infraestrutura) sobre as estruturas: política, religiosa e cultural (infraestrutura). Nesse sentido, o *econômico* teria primazia sobre outras estruturas, ou seja, as normas, a cultura e o *religioso* seriam meros reflexos secundários. Paradigma considerado superado por novas abordagens da história social no tempo presente.

religião e seus imperativos morais se encontram imbricados com as necessidades socioeconômicas das pessoas. Por isso afirmamos que a linguagem política do povo brasileiro é a religiosidade, é a fé que norteia a sua ação no mundo material.

Aos autores Milena e Tiago, que consolidaram uma parceria amadurecida da relação orientador/orientanda, deixo os meus parabéns por esta valiosa contribuição à nossa historiografia. Que esta obra seja um marco iluminado em uma longa, crítica e frutífera caminhada acadêmica.

Prof. Dr. Daniel Lima

*Historiador e Cientista da Religião
Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA)*

ASPECTOS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

A religião, quando mobilizada em defesa de interesses políticos e econômicos, pode evocar fantasmas do passado ainda vivos no imaginário da sociedade brasileira: a ameaça comunista. Esse espectro ecoa com força através de discursos religiosos onde o comunismo é descrito não apenas como uma ideologia adversária, mas também uma ameaça moral e espiritual. Isto pode gerar um cenário de pânico e medo moralista, presentificando o anticomunismo, fazendo-o um movimento mais antigo que o próprio comunismo.¹

Os discursos só adquirem sentido porque se inscrevem na História, isto é, não estão desconectados do contexto de produção nem do momento do qual são enunciados.² E, justamente essa inserção histórica, lhes confere sentido e significado, pois permite reafirmar valores, medos, crenças e tradições de outras épocas. Desse modo, a própria escrita da História nasce das inquietações do presente, uma vez “o passado não está morto, nem sequer é passado”..³

Em julho de 2021, membros da Igreja Católica realizaram em Brasília, uma transmissão “patriótica” ao vivo nas redes sociais pedindo à Nossa Senhora a intervenção do governo para livrar o Brasil do “flagelo do comunismo” e da “ditadura”:

Não permitais Senhora e Rainha de Nazaré que os governantes do Brasil abusem do poder que vem de Deus. Livrai-nos Mãe de Deus e Nossa do flagelo da ditadura. Não permitais Senhora e Rainha de Nazaré que os erros da Rússia venha assolar o Brasil como bem afirmou Nossa Senhora em Fátima. Livrai-nos Mãe de Deus e Nossa do flagelo do comunismo⁴

1 ALMEIDA, Leandro Cabral de. *Anticomunismo católico e questão agrária no Brasil pré-1966: sobre intelectuais, ideologia e subalternidade*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

2 PÉCHEUX, Michel. *Ler o Arquivo Hoje*. in: ORLANDI, Eni. Gestos de Leitura. Editora Unicamp, Campinas, 1994.

3 FAULKNER, William, *Réquiem para uma freira*. Editora: Globo, 1958.

4 GILSON, Frei. *Livrai-nos do comunismo*. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/celebridades/video-de-frei-gilson-em-live-viraliza-livrai-nos-do-comunismo> Acesso: 07/10/2025.

Essa mistura de religiosidade, moral conservadora e apelo ao autoritarismo, não somente remete à nostalgia da intervenção militar, como também é uma estratégia comum utilizada em momentos de crise e instabilidade política. Apesar do espectro do comunismo se fazer presente na fala de líderes religiosos dos dias atuais, sua origem remonta um passado não tão distante, iniciada no século XIX, mas atingiu seu apogeu na virada para o século XX – mais especificamente a partir da Revolução Soviética (1917);⁵ posteriormente foi intensificada com a bipolarização das disputas ideológicas da Guerra Fria – colocando o mundo sob um novo paradigma, onde todas as instituições ocidentais, incluindo a Igreja Católica, se repositonaram diante do advento desta nova modernidade.⁶

Na primeira metade do século XX a Igreja Católica passou por significativas tensões e transformações. Na avaliação da conjuntura global e continental, os clérigos testemunharam a ampliação da escala e da velocidade das mudanças; segundo os prelados a América Latina estava em “[...] evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se em uma rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso”.⁷ Naquele cenário de efervescência política marcada pela tensão da potência da mobilização de parte da juventude e a truculência dos regimes autoritários identificaram-no como início de uma nova era: “Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de maturação pessoal e de integração coletiva. Percebemos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização”.⁸

Em certa medida reconheceram a cultura institucional da igreja romana, aferrada na tradição, aquém das mudanças sociais e com lenta capacidade de respostas a elas. No processo de transformação cultural e religiosa, “a evangelização do continente experimenta sérias dificuldades que se vêm agravando face à explosão demográfica, às migrações internas, às modificações socioculturais,

5 ALMEIDA, Leandro Cabral de. *Anticomunismo católico e questão agrária no Brasil pré-1966: sobre intelectuais, ideologia e subalternidade*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

6 MOURA, Dionatan Souza de; SILVA JR, Alfredo Moreira da Silva. *Catolicismo e anti-comunismo no Brasil: uma análise histórica do discurso anticomunista de D. Geraldo de Proença Sigaud*. In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 2023.

7 *Ops cit.*, p. 01.

8 Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 02.

à escassez de pessoal apostólico e à deficiente adaptação das estruturas eclesiais”.⁹ As proposições do Concílio Vaticano II (1962-1965) exigiram adequação aos novos tempos, uma vez que até aquele momento a Igreja contou principalmente com uma pastoral conservadora. As mudanças impactavam todas as dimensões da vida humana, bem como o meio natural e as relações sociais.

Para os bispos as transformações econômicas implicavam em reordenamento político, em uma reorganização fundiária e na radical ressignificação do sentido da própria vida. Em razão da complexidade das questões, posicionaram-se contrários à exploração humana e a violação da dignidade humana: “O Episcopado Latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana”.¹⁰ Especificamente em relação à Amazônia, segundo Scott Mainwaring, à medida da exacerbação dos conflitos, muitos agentes pastorais sentiram a necessidade “[...] de reavaliar o papel da Igreja. Inúmeros sacerdotes e bispos que estiveram no Amazonas modificaram a sua orientação pastoral devido à extrema penúria da população e ao índice de violência estatal e privada contra os camponeses”.^{11,12} Na ausência de instituições como escolas e hospitais, a Igreja assumiu uma ampla faixa de funções, como a organização comunitária, sindical e prestação de assistência jurídica.

Uma parte considerável dos estudos sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil ao longo do século XX concentram-se no período da ditadura militar (1964-1985), com ênfase nos movimentos progressistas e de esquerda, os quais, naquele contexto, se alinharam aos trabalhadores e movimentos sociais na luta pelo direito à terra e na resistência às violências do regime autoritário.¹³ Inversamente, estudos abordando a temática do anticomunismo brasileiro focalizam suas

9 Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 29.

10 Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 62.

11 MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 107.

12 Nesta e em outras passagens do texto a redação se refere à Amazônia legal como Amazonas. Isto se pode deduzir a partir do contexto, pois aparecem eventos ocorridos em outros estados da região.

13 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Católicos e anticomunistas: *D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil*. Revista del CESLA, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015.

análises para o período de pós-guerra e de redemocratização do país em 1945, bem como o período que antecede o golpe militar de 1964.¹⁴

Diante dessa vasta bibliografia, alguns autores dedicam-se à temática do anticomunismo, do conservadorismo político e das disputas ideológicas da Guerra Fria dentro da Igreja Católica do Brasil e colaboram com a discussão em tela. As pesquisas realizadas por Carla Rodeghero, *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)* (1998) e, mais especificamente, sua tese de doutorado *Memórias e avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964* (2002), apontam como o anticomunismo esteve presente nas disputas políticas brasileiras de grande parte do século XX, ora tomado “como ideologia, ora como um discurso com uma coerência interna, ora como um imaginário”.¹⁵ A autora buscou entender como o discurso anticomunista produzido pelo meio católico repercutia, era interpretado, levava a agir e era transformado no meio social, considerando o anticomunismo enquanto um mecanismo usado para corresponder aos interesses de determinados grupos, “como o de demarcar espaço no campo político”.¹⁶

A Igreja Católica, como qualquer outra instituição política e social, faz parte das tensões sociais e está sujeita aos interesses da classe dominante de acordo com sua época e contexto. No contexto da Guerra Fria no Brasil e no período que antecede o golpe militar de 64, a classe dominante não queria romper com os laços de dependência e dominação em relação às camadas populares e trabalhadoras. Nesse sentido, o trabalho de Leandro Almeida “*Anticomunismo católico e questão agrária no Brasil pré-1964: sobre intelectuais, ideologia e subalternidade*” (2022) é central para entender o anticomunismo como força ideológica capaz de ter ações concretas na realidade. Segundo autor, o cristianismo ao longo de sua história utilizou a religião como mecanismo de coerção para “impor a subalternidade sobre as classes trabalhadoras, nas cidades e no meio rural”.¹⁷ Para além de uma força ideológica, o anticomunismo cristão se tornou uma força material quando suas concepções, valores, instituições e práticas sociais incidem sobre o movimento político

14 RODEGHERO, Carla. *Memórias e avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de Doutorado - UFRGS. 2002.

15 *Idem*

16 *Idem*, p. 17.

17 Referência completa

e social de um país.¹⁸ anticomunismo cristão ultrapassou um mero discurso proferido, era uma força política-ideológica capaz de agir concretamente na realidade. Assim, deve-se compreender o anticomunismo como um conjunto de concepções, atos, posicionamentos com capacidade para gerar adesão e identidade incidentes sobre o comportamento político das pessoas como uma “forma ideológica” desdobrada em “força material”.¹⁹ No entanto, quem eram as figuras por trás desses enunciados?

Em *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira* (2009), Rodrigo Caldeira, aprofundou sua análise e discussão sobre o conservadorismo religioso e político a partir da presença e das posições de dois bispos brasileiros durante o Concílio Vaticano II (1962-1965), pela resistência às inovações ali apresentadas utilizando como táticas: discursos, alianças internas e externas, mobilização dos fiéis, publicações, argumentação doutrinária no intuito de preservar doutrinas, práticas e estruturas consideradas essenciais na tradição Católica.²⁰

Clóvis Migotto (2016), investigou a dimensão histórica dos escritos de Pedro Casaldáliga, relevando por meio da poesia, o bispo do Araguaia dava voz aos oprimidos. O pesquisador destacou a fé cristã, embora historicamente usada como instrumento colonial, também foi reinterpretada por Casaldáliga como força de resistência. Para o autor, a poesia de Pedro se transformou em um tipo especial de conhecimento na medida na qual cria sentido para os oprimidos e aponta para um horizonte de transformação.²¹

Nesse cenário, D. Pedro Casaldáliga pode ser considerado também como líder profético, ao articular sua ação religiosa com uma dimensão política social, buscando constituir “sujeitos” na região de São Félix. Também conhecido como *Bispo Comunista*, *Bispo Vermelho* e *Bispo dos Pobres* teve forte poder de articulação discursiva na região, e isto lhe permitiu firmar relações com movimentos populares e dos direitos humanos, especialmente em opo-

18 ALMEIDA, Leandro Cabral de. *Anticomunismo católico e questão agrária no Brasil pré-1966: sobre intelectuais, ideologia e subalternidade*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

19 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Cadernos do Cárcere, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.78-79.

20 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

21 MIGOTTO, Clóvis José. *A poesia de dom Pedro Casaldáliga: doadora de sentido libertador*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

sição às políticas desenvolvimentistas e à concentração fundiária. Paula Regina Rodrigues Meneses em seu recorte não cobriu toda a complexidade de Prelazia ou todas as formas de atuação de Casaldáliga, mas defendeu que o enfoque permitiu uma análise aprofundada das práticas discursivas mais centrais.²²

Por outro lado, Dom Geraldo da Proença Sigaud também foi foco de outro trabalho, *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil* (2015) onde o autor observou o então bispo possuir importantes contatos com grupos anticomunistas estadunidenses, dos quais recebia significativo apoio ideológico durante a década de 1960. Mesmo após o encerramento do Vaticano II, Dom Sigaud permaneceu crítico aos novos rumos da Igreja sendo um dos maiores representantes do anticomunismo brasileiro.²³ Entretanto, são escassas análises sobre as práticas do conservadorismo político religioso de Dom Sigaud na fase pós-conciliar.

Neste sentido, a presente pesquisa dedicou-se a observar as ações do movimento anticomunista brasileiro na Igreja Católica, em especial sob a figura do bispo ultraconservador Dom Geraldo da Proença Sigaud; este, mesmo após a retirada de apoio da Igreja ao governo militar a partir de 1968, continuou a combater ferrenhamente padres e bispos ligados aos movimentos sociais ligados à terra e ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) por ele considerados “comunistas”.

A partir de 1972, com a criação do CIMI, os integrantes passaram a ganhar destaque nos cenários nacional e internacional em razão das denúncias realizadas acerca da realidade vivida pelos povos do Brasil. Ainda em 1972, o vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), D. Pedro Casaldáliga, publicou um documento intitulado *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, denunciando as violências contra as populações tradicionais e marginalização causada pelo modelo desenvolvimentista.²⁴ No texto reafirmava o compromisso da Igreja Católica com os direitos humanos e com as comunidades oprimidas.

22 MENÊSES, Paula Regina Rodrigues. *Dom Pedro Casaldáliga: os sujeitos e o lugar no Vale do Araguaia*. Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2019.

23 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil*. Revista del CESLA, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015.

24 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024, p. 93 e 94.

Os outros dois documentos contribuem para a compreensão do enfrentamento das políticas do governo militar pelos setores progressistas da igreja. Após o combativo *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, em 06 de maio de 1973, foram publicados o *Marginalização de um povo – Grito das igrejas* e *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Segundo Scott Mainwaring tais declarações muito provavelmente sejam as mais progressistas em qualquer parte do mundo até aquele momento.²⁵

O primeiro, *Marginalização de um povo – Grito das igrejas*, foi elaborado pelos bispos da região centro-oeste. Os autores, nitidamente influenciados pelo Concílio do Vaticano II, empreenderam uma análise da economia política; das condições de vida, educação, saúde, alimentação, higiene e habitação; da produção rural; da questão fundiária; e as relações de produção determinantes à marginalização dos pequenos produtores rurais em detrimento da expansão dos latifúndios. Para corrigir as questões estruturais da relação campo x cidade salientaram a importância da reforma agrária: “É só remendo. E para mudar mesmo, dizem os técnicos (e os que experimentaram para valer), é preciso não ser muito demorada nem pode ser feita por partes. É preciso que ela seja rápida, global e profunda”.²⁶

É preciso levar em conta o contexto político-ideológico dos anos de chumbo, onde tais diretrizes soariam aos ouvidos dos agentes de segurança como sinônimos de subversão. De acordo com a argumentação apresentada, a modernização do campo estava tornando ainda mais agudas tais distorções, uma vez a política fundiária governamental fomentar os grandes empreendimentos rurais. Em atenção aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, demandaram “[...] um mundo onde os frutos do trabalho sejam de todos. Queremos um mundo em que se trabalhe não para enriquecer, mas para que todos tenham o necessário para viver: comida, zelo com a saúde, casa, estudos, roupa, calçados, água e luz”.²⁷ Ao mesmo tempo, criticaram a exploração humana pelo sistema capitalista, entendida como ponto de partida para a fragmentação da sociedade e a dissolução dos laços comunitários: “Queremos um mundo em que o dinheiro esteja a serviço dos homens e não os homens a serviço do dinheiro. Queremos um mundo

25 MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

26 *Marginalização de um povo – Grito das igrejas*, 1973, p. 27.

27 *Ops. Cit.*, p. 43.

em que todos possam trabalhar para todos, não um mundo dividido em que cada um procura só para si”.²⁸

O *Eu ouvi os clamores do meu povo*, foi estruturado pelos bispos e superiores religiosos atuantes na região nordeste. Nele analisaram o cenário econômico, a questão fundiária e a realidade do homem nordestino, principalmente em termos do acesso à renda, ao trabalho, à alimentação, à moradia e à educação. Denunciaram o empobrecimento da população naquele contexto de *milagre econômico*, processo ao qual consideram como um instrumento de opressão: “As estruturas econômica e social em vigor no Brasil são edificadas sobre a opressão e a injustiça, que provêm de uma situação do capitalismo dependente dos grandes centros internacionais do Poder”.²⁹ Na argumentação dos autores, o modelo econômico brasileiro não estava atendendo à dignidade da pessoa humana e a subnutrição, a mortalidade infantil, a prostituição, o analfabetismo, o desemprego, a discriminação, a exploração e a concentração da riqueza eram cada vez mais agudas.³⁰

Esta publicação foi seguida pela divulgação do *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*, também de 1973 e produzido pelos indigenistas do CIMI, entre eles Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, e do Padre Antônio Iasi Júnior.

Esta última publicação do CIMI, escrita em meio ao cerceamento das liberdades pelo regime militar, denunciou a violência estatal e institucional contra os povos indígenas e expôs a política indigenista oficial como instrumento de expropriação, etnocídio, submissão e genocídio.³¹ Entretanto, essas denúncias públicas realizadas pelos missionários não apenas colocaram o CIMI sob a vigilância dos órgãos de segurança, como também geraram tensões dentro da própria Igreja, especialmente entre seus setores conservadores e reacionários.

Na esteira destas proposições, a pesquisa contextualizou o discurso anticomunista de Dom Sigaud na conjuntura das disputas ideológicas da Guerra Fria durante a década de 1970 no Brasil, período de maior atuação reacionária desse bispo. Mais especifica-

28 *Marginalização de um povo – Grito das igrejas*, 1973, p. 27.

29 Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Salvador: Ed. Beneditina, 1973, p. 27.

30 Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Salvador: Ed. Beneditina, 1973.

31 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024.

mente, buscou reconstruir o cenário de tensão dentro da Igreja Católica a partir da figura desse bispo na imprensa nacional, bem como analisar o conteúdo propagado e defendido por esse líder religioso. Para isso, lança mão de um conjunto de documentos ainda poucos explorados e disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

O dossiê intitulado *Relatório sobre aspectos da infiltração comunista nos meios eclesiásticos do Brasil* conta com quatro (04) pastas de documentos, entre eles, recortes de jornais, livros e boletins paroquiais. Essa documentação foi coligida por Dom Geraldo Sigaud e encaminhada ao presidente da república, Ernesto Geisel, em 1977.³² A partir da documentação emergem três questões centrais: o que Dom Sigaud considerava como “ações comunistas”? Quais temáticas abordava em seu discurso?

Apesar de ser do ramo da Linguística, o pensamento de Pêcheux contribui de forma crítica sobre a uso dos arquivos, concebendo-os não apenas como documentos históricos, mas como uma construção discursiva. Dessa forma, a leitura de arquivos deve levar em conta essa materialidade linguística, uma vez que os sentidos presentes nos documentos carregam ideologia, história e memória de uma época. O autor ressalta não haver um único método de ler um arquivo e os diferentes analistas farão distintas análises ao constituir o arquivo, como interpretar, fragmentar ou reconstruir.

Ou seja, o analista de discurso deve estar consciente de seu próprio gesto de leitura e de como ele interage com a materialidade do arquivo, assumindo uma responsabilidade epistemológica ao ler um arquivo considerando a ideologia, o sujeito e as condições sociais de produção dos documentos.³³ Essa articulação entre linguística e materialismo histórico na análise de discurso, permite pensar o discurso não só como uma estrutura linguística, mas como prática social historicamente determinada.³⁴

Para a Eni Orlandi, os discursos não estão isolados do seu contexto histórico-social; fazem parte de formações ideológicas a regular o que pode ser dito, quem pode dizer e sob quais formas. A ideologia, nessa perspectiva, não é apenas conteúdo, mas a própria prática discursiva, onde o sentido de um enunciado não é algo fixo

32 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

33 *Idem*.

34 ORLANDI, Eni. *A Análise de Discurso: Algumas observações*. In: Delta, PUC, São Paulo, 1986.

ou dado de antemão. Ao contrário, o sentido varia conforme o contexto histórico, as circunstâncias da enunciação e o lugar social de quem interpreta.³⁵

Assim, interpretar não é apenas explicar “o que algo quer dizer”, mas analisar teoricamente as quais condições tornam certos sentidos possíveis, como as ideologias, as formações discursivas e o momento histórico no qual circula o discurso.

De fato, discursos promovidos por grupos anticomunistas, mesmo os ideológicos, refletem aspectos da realidade da época. Isso permite compreender melhor a forma como esses grupos se inseriram no cenário político e social, bem como o papel desempenhado pelo anticomunismo nesse processo. Assim, o anticomunismo presente no imaginário popular brasileiro deve ser analisado a partir do contexto histórico do qual faz parte, levando em conta as particularidades políticas do país.

A relação entre a Igreja Católica e os órgãos de segurança durante a ditadura militar foi objeto do escrutínio de Paulo César Gomes. No livro *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem* detalhou a ação da comunidade de informações e dos órgãos de segurança em relação aos bispos nos anos de chumbo. O autor ponderou o papel relevante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil na denúncia das arbitrariedades e, por isto, na década de 1970 se tornou um importante ator na oposição ao regime de exceção.³⁶ Os Bispos ligados às causas populares começaram a ganhar força no interior da CNBB e a instituição passou a compreender os direitos humanos de forma mais ampla, aproximando-se das questões ligadas à pobreza e à opressão das camadas populares. Contudo, vale lembrar, na década anterior a Conferência dos Bispos não era considerada inimiga do regime em função do apoio de setores majoritários ao golpe militar em 1964. Ao passo quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) “[...] posicionou-se contrariamente ao regime militar, no final dos anos 1960, os bispos e padres mais afinados com tal posicionamento (que passariam a ser identificados como “clero progressista”) tornaram-se alvo das comunidades de segurança e de informações”.³⁷ Outra obra de referência sobre o tema é *Como eles agiam – Os subterrâneos da*

35 *Idem*.

36 GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. 2014, p. 61.

37 FICO, Carlos. *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (2001), p. 192.

Ditadura Militar: espionagem e polícia política; nela o historiador Carlos Fico analisou o acervo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça custodiada pelo Arquivo Nacional.³⁸ Ao se debruçar sobre a documentação ordinária do Ministério da Justiça e de instituições a ele relacionadas identificou aspectos do *modus faciendi* da ditadura documentada.³⁹

Paulo César Gomes conferiu atenção à atuação dos Bispos em relação às disputas pela posse da terra, conflitos decorrentes da política fundiária do governo federal: “O tema mais recorrente nas observações da comunidade de informações sobre as atividades dos bispos em questões fundiárias são os conflitos entre posseiros e proprietários de terras e, por conseguinte, o envolvimento de representantes da Igreja nessas disputas”.⁴⁰ De fato, a questão fundiária na Amazônia, especialmente nas áreas de fronteira, foi considerada pelos militares como tema de segurança nacional. As disputas pela posse da terra eram analisadas pela perspectiva do conflito ideológico da Guerra Fria, onde as regiões empobrecidas poderiam ser locais iminentes à criação de focos guerrilheiros. Por este fato, havia grande acompanhamento por parte dos órgãos de segurança em diferentes partes da Amazônia. A defesa da autodeterminação dos povos indígenas pelos missionários progressistas também era vista com ressalvas. A ideia subjacente avaliada pelos militares era a possibilidade dos povos indígenas tornarem-se Estados independentes; e isto lhes figurava uma séria ameaça à integridade territorial e à soberania nacional.

Os militares consideravam subversivas as atividades dos religiosos; segundo Carlos Fico: “Em certas questões socialmente explosivas, como a fundiária, e de grande repercussão internacional, como a indígena, identificavam os membros das comunidades de informações e de segurança a atuação direta da Igreja católica”.⁴¹ Os documentos permitiram apreender partes significativas do *modus operandi* do sistema de informações do Estado brasileiro e a atuação das forças de segurança para investigar, cercear e boicotar a organização do movimento indígena e do movimento indigenista, naquele

38 FICO, Carlos. *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (2001).

39 FICO, Carlos. *A ditadura documentada*. Acervo. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008a.

40 GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. 2014, p. 174.

41 FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 196.

momento em franco desenvolvimento. Os registros são importantes vestígios para a comprovação da utilização das instituições do Estado para o exercício do arbítrio.⁴² De acordo com o historiador, as análises dos arquivos produzidos pelas agências de repressão da ditadura militar são fundamentais para compreender a estrutura e o funcionamento do regime. O autor destacou a importância de explorar criticamente essas fontes documentais, pois o entendimento dos mecanismos repressivos possibilita debates atuais sobre memória, justiça e democracia no Brasil durante os anos de chumbo.⁴³

CONFIDENCIAL

0002

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

ENCAMINHAMENTO Nº 284/19/AC/75



DATA - 09 SET 75

ASSUNTO - DOM PEDRO MARIA CASALDÁLIGA

DIFUSÃO - CH/SNI

ANEXO - Cópia xerox de documentos sobre DOM PEDRO MARIA CASALDÁLIGA.

Em cumprimento a solicitação dessa Chefia, encaminham-se os documentos em anexo, que versam sobre DOM PEDRO MARIA CASALDÁLIGA.

* * *

Levantamento das atividades de Dom Pedro Casaldáliga elaborado pelo Serviço Nacional de Informações

Fonte: BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Encaminhamento N.º 284/19/AC/75. 09 de setembro de 1975. Arquivo Nacional.

42 EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. *Violência estatal e resistência indígena na primeira república e na ditadura civil-militar brasileira*. Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 25, ago. 2022, p. 62.

43 FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e política política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DOM PEDRO CASALDÁLIGA PLÁ SOB A MIRA DA POLÍCIA POLÍTICA

Os missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foram amplamente investigados pela comunidade de informações. A documentação organizada pelos órgãos de segurança e pela Fundação Nacional do Índio em relação a Dom Pedro Maria Casaldáliga Pla é vasta. Por ser estrangeiro, por ter se estabelecido no Mato Grosso e, conseqüentemente, ter enfrentado a expansão da colonização, por ser voz ativa na discussão da política oficial, se tornou alvo predileto dos agentes de segurança. Foi preso, ameaçado de morte e sofreu processos de extradição. Manteve proximidade com Francisco Jentel, padre preso e expulso do país, organizador da organização da resistência dos pequenos produtores rurais e dos povos indígenas diante dos desmandos e a truculência da expansão dos grandes empreendimentos agropecuários fomentados pelo governo ditatorial através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir da segunda metade da década de 1960. Tamanha a preocupação dos órgãos de segurança com a atuação de Dom Pedro e sua equipe, foram organizadas inúmeras diligências à região e, até mesmo, uma operação de inteligência; a *Operação Luciara* buscou investigar, cercear e repreender as atividades dos religiosos e leigos em relação à mobilização e organização popular para a discussão dos problemas fundiários e socioeconômicos na região.

Diante da amplitude da documentação custodiada pelo Arquivo Nacional, a elaboração de uma tese sobre esta figura emblemática no Brasil não seria uma difícil tarefa. Além disto, tal esforço intelectual é, sem dúvidas, um trabalho de suma importância para a compreensão da estruturação do indigenismo e do movimento indígena no Brasil. Para os objetivos desta pesquisa, a compreensão da forma da vigilância em relação ao bispo missionário pelos órgãos de segurança já é o bastante. Nestes termos, o presente capítulo focaliza nos documentos encontrados no acervo sobre a trajetória do Bispo do Araguaia ou Bispo Comunista, como era chamado.

Outro fato que chama a atenção o volume de documentos elaborados já no início dos anos 1970, diferente dos demais missionários, dos quais o maior volume de documentos aparece a partir de 1973. Isto pode ser associado à sua chegada a São Félix/MT, momento de consolidação dos projetos da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, a CODEARA, a qual se instalou na região a partir de 1966. A Prelazia de São Félix foi criada em 1969 pela Bula *Ut Comodins* do Papa Paulo VI e Pedro Casaldáliga Plá foi consagrado Bispo em 23 de outubro de 1971. Um dossiê deixa claro, o Centro de Informações do Exército (CIE) o acompanhava os eventos desde 1967.

Em novembro de 1971, difundiu a Carta Pastoral aprovada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde criticou a política indigenista oficial e o processo de colonização da Amazônia. O julgamento dos órgãos de segurança foi que o documento incitaria os posseiros a lutarem pela posse da terra e isto poderia prejudicar a implantação dos grandes projetos agropecuários.

Por exemplo, no memorando Nº 2172, do Gabinete do Serviço Nacional de Informações, de 30 de dezembro de 1971, encontram-se em anexo documentos sobre a expansão das empresas agropecuárias na região do Araguaia, dentre eles: o Aviso Nº 1377/71, o Memorial da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia e uma série de recortes de jornais, todos endereçados ao Chefe do SNI. Especificamente em relação a Pedro Casaldáliga, foi dado destaque ao lançamento do livro intitulado *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Chama atenção a mensagem manuscrita pelo Coronel Chefe de Gabinete do SNI: “Para estudo e outras providências julgadas convenientes”⁴⁴. A mensagem faz parte da seção “Despacho” e deixa entrever novas ações seriam tomadas para analisar a obra e, também, as atividades do então Padre naquele momento.

Os agentes da comunidade de informações sistematizaram a análise do livro em tela. Resumidamente, elencaram alguns pontos. Os militares destacaram a crítica de Pedro Casaldáliga ao modelo fundiário para a ocupação do território na Amazônia, baseado no incentivo aos latifúndios em detrimento dos pequenos assentamen-

44 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Aviso Nº 1377/71. 1971. Arquivo Nacional. [Grifo original]

tos rurais; a opção por uma política marcada por injustiças sociais, pelo abandono, a pobreza e outras formas de marginalização dos pequenos produtores rurais; a utilização de trabalho análogo ao escravo, em termos contemporâneos; às diretrizes da política indigenista oficial, pautada nas noções de assistencialismo, assimilacionismo e aculturação; e a denúncia de ações arbitrárias e truculentas das autoridades policiais para os pequenos produtores rurais e indígenas, associada a ações em favor dos grandes proprietários rurais. Em caráter conclusivo, o autor foi taxativo:

Na opinião deste Ministério, portanto, a publicação do Bispo de São Félix é altamente nociva ao planejamento dos interesses do Governo, constituindo-se mesmo o dirigente da citada Prelazia num “antagonismo” prejudicial aos Objetivos Nacionais de Integração Nacional, Prosperidade Nacional e Paz Social⁴⁵

Meses mais tarde, já em 1972, mais uma referência à obra *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Em um relatório, tendo como referência o Plano Nacional de Informações, enviado à Agência Central do SNI pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, documento classificado como Secreto, o autor noticiou o envio de 33 policiais militares às terras de Santa Terezinha, para averiguar denúncias contra o Padre Francisco Jentel. Sublinharam o fato do Padre e Dom Pedro Casaldáliga estariam tentando incutir ideias subversivas nos fiéis, ao defender a reforma agrária. Em 03 de novembro daquele ano ocorreu um conflito armado entre os posseiros e os funcionários da CODEARA acompanhados de policiais militares. Ao todo foram 17 pessoas feridas e o evento resultou no processo que levou à condenação do Padre Jentel em 29 de maio de 1973 a 10 anos de prisão pelo Conselho da 9ª Corte de Justiça Militar, bem como à sua expulsão do país no ano seguinte.⁴⁶

Face aos conflitos ideológicos relatados, o ano de 1973 foi também o momento da realização da Operação Luciara, na região do rio Araguaia, abrangendo os estados de Goiás, Mato Grosso e

45 Idem. [Grifo original]

46 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação Nº 156/72/DSI/MJ, de 15 de junho de 1972. Arquivo Nacional.

Pará.⁴⁷ Até agora, as pesquisas permitem constatar ser esta a primeira operação de monta para cercear os missionários católicos.⁴⁸ Antes dela, foram enviadas várias diligências da Polícia Militar e de agentes das Forças Armadas iniciadas ainda em 1968; esta Operação contou com a articulação de diferentes instituições das Forças Armadas, do Serviço Nacional de Informações e da Polícia Militar do Mato Grosso.

Os conflitos entre posseiros, indígenas, migrantes e as grandes empresas instaladas na região iniciaram em 1966, por ocasião da implantação da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, a CODEARA. Naquela época, empresas de colonização e agropecuárias contavam com o financiamento de seus projetos pelo governo federal por meio de bancos públicos, a fim de levarem o desenvolvimento àquelas regiões consideradas vazios demográficos.

Tão logo os grandes empreendimentos chegaram na região, começaram a ocorrer conflitos pela posse da terra. Houve sobreposição de glebas concedidas pelo Estado a estas empresas e os territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas e pequenos produtores rurais. A partir de 1968, foi iniciada a organização e a resistência destes pequenos produtores rurais e dos povos indígenas com a atuação dos Padres Francisco Jentel e o então Padre Pedro Casaldáliga Plá.⁴⁹

No Documento de Informação Nº 001/73, datado de 24 de julho de 1973, classificado como Secreto, elaborado pela Seção de Informações da Base Aérea de Campo Grande, encontra-se o detalhamento sobre a Operação Luciara. Nele, o comandante da operação descreveu a intensificação das operações de inteligência na região a partir de 1972, tendo em vista os conflitos armados ocorridos naquele ano entre os posseiros e os proprietários de terra. Na ocasião, os pos-

47 Na época, o estado do Tocantins ainda não existia e o território fazia parte do estado de Goiás.

48 Já foram localizados documentos que comprovam a realização da *Operação Pinguim*, em Goiânia, para investigar o Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal; da *Operação AM*, em Manaus, para investigar a realização do IX Congresso Eucarístico Nacional; ambas em 1975. E, da *Operação Venha a nós o Vosso Reino II*, em 1978, para acompanhar as atividades durante a realização do IV Curso de Indigenismo, também sediado em Manaus.

49 Pedro Casaldáliga foi consagrado Bispo em 23 de outubro de 1973; já o Padre Jentel não teve a mesma sorte e foi condenado a 10 anos de prisão por “incitação à luta de classes e à animosidade contras as Forças Armadas” também naquele ano. Após voltar ao Brasil no ano seguinte, foi preso novamente e expulso do país com um aligeirado decreto do então presidente Ernesto Geisel.

seiros se armaram para resistir à derrubada de benfeitorias construídas com a ajuda da Prelazia de São Félix, dentre elas um espaço utilizado para um mercado comunitário, uma escola, um posto de saúde. A iniciativa da destruição partiu de funcionários CODEARA sob a alegação destas edificações ocuparem a área designada ao projeto.

A Operação Luciara foi deflagrada em 31 de março de 1973 e teve como objetivo “[...] reestabelecer a ordem interna nas regiões de LUCIARA, SANTA TEREZINHA E SÃO FÉLIX, realizando as operações de Segurança Interna que se fizeram necessárias”.⁵⁰ De acordo com a fonte, participaram da missão 3 militares da Seção de Informações, 3 militares do Exército Brasileiro e 1 Pelotão da Polícia Militar de Mato Grosso. A missão identificou os missionários da Prelazia de São Félix, revistou as suas instalações; revistou também casas de pessoas ligadas à Prelazia, onde foram apreendidas centenas de documentos; estes, foram minuciosamente analisados, a fim de compreender a complexidade dos conflitos fundiários, bem como os elementos da organização popular na região.

Na conclusão do relatório, o agente responsável por sua sistematização reconheceu o fato de as condições sociais serem precárias e esta situação de penúria favoreceria o trabalho da Prelazia de São Félix. Indicou ainda imperar na região a lei do mais forte, o analfabetismo, a inexistência de assistência médica e o desconhecimento das noções básicas de higiene. Apesar de reconhecer a importância da presença dos missionários para o atendimento da população da área, enfatizou a necessidade do encerramento das atividades daquele possível foco de subversão:

O simples afastamento da área (por prisão, expulsão ou outra medida legal) do Bispo PEDRO MARIA CASADALIGA PLA (Espanhol), dos padres ANTONIO CANUTO, vulgo NUTO, EUGÊNIO CONSOLI e PEDRO MARY SOLA BARBARIN (Espanhol, vulgo Pedrito) e os civis e IRMÃS [...] será suficiente para interromper o processo subversivo que ali de desenvolve⁵¹

Também encontrou-se uma análise pormenorizada da tensa situação na região do Araguaia. Nele, os agentes de informação en-

50 BRASIL. Base Aérea de Campo Grande (BACG). Documento de Informação Nº 001/73. 24 de julho de 1973. Arquivo Nacional. [Destaque original]

51 Idem.

fatizaram que a suposta subversão praticada pelo Padre Jentel e por Dom Pedro Casaldáliga junto aos posseiros e os Tapirapé, teve pronta resposta com a Operação Luciara. Além disto, indicaram a ativa participação da Força Aérea, com a utilização de aviões Búfalo para o transporte de militares e presos e, também, à colaboração com as ações em terra. Como estratégia para enfrentar a popularidade dos missionários, adotaram as chamadas Ações Cívico Sociais (ACISO), para levar atendimento médico e odontológico, medicamentos, suprimentos diversos, correspondências, alimentos e livros didáticos para a região, através da Linha de Integração Nacional.⁵²

De acordo com a fonte, estas ações supostamente teriam irritado os missionários, tendo em vista melhorarem a imagem das Forças Armadas. Além disto, o autor foi taxativo:

Urge o Ministério do Interior (FUNAI), em trabalho conjunto com a FAB (VI COMAR) tomem providências imediatas que interrompam a ação perniciosa do Bispo e da Irmã MERCEDES antes que ambos se desgastem inutilmente fazendo justamente o jogo desejado pelo alienígena e comunista D. PEDRO CASALDÁLIGA PLÁ e seus auxiliares [...] Por outro lado, torna-se evidente que a permanência de D. PEDRO MARIA CASALDÁLIGA PLÁ, de nacionalidade espanhola, no país é, de há muito, indesejável e perniciosa à Segurança Nacional⁵³

A Operação Luciara teve desdobramentos. Os documentos apreendidos pelos agentes de segurança foram utilizados para a elaboração de um vasto relatório sobre a atuação dos missionários católicos na região do Araguaia. Na Informação N° 0307/19/AC/74, de 24 de setembro de 1974, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações encontra-se a cópia do Relatório Secreto do Procurador Geral de Justiça: “Trata-se de um trabalho de muito valor e importância pela compreensão que proporciona com relação à infiltração comunista na Igreja Católica e seus reflexos no País”.⁵⁴

O dossiê tem 417 páginas. Além deste, outros relatórios sobre o tema, recortes de jornais, documentos de outros órgãos de segu-

52 BRASIL. Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Documento de Informações N° 0027/CISA. 13 de março de 1975. Arquivo Nacional.

53 BRASIL. Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Documento de Informações N° 0027/CISA. 13 de março de 1975. Arquivo Nacional.

54BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informação 0307/19/AC/74. 24 de setembro de 1974. Arquivo Nacional.

rança e, logicamente, os documentos apreendidos pelas diligências da Operação Luciara. Na carta de apresentação dirigida ao então Ministro da Justiça Armando Falcão, o Procurador-Geral do Ministério Público da União junto à Justiça Militar, de 09 de julho de 1974, agradece ao Major da Aeronáutica por ter cedido os documentos para fundamentar o estudo. Destacou o objetivo era investigar e esclarecer a participação de religiosos no processo subversivo em curso na região centro-oeste do Brasil: “Infelizmente, tomei consciência que essa participação tem estreita conexão com o nebuloso quadro internacional onde se acentua paradoxal aliança entre marxistas e católicos”.⁵⁵

Além da prisão, dos interrogatórios, da apreensão de documentos e a intimidação aos religiosos e aos movimentos populares organizados, a operação, ao levantar as informações, serviu de subsídio para solicitar punição às lideranças; a tentativa de condenação por atentado à segurança nacional, a prisão ou expulsão dos missionários, passou a fazer parte daquele contexto arbitrário. O relatório não deixa dúvidas. Ao reagir à política indigenista oficial e às arbitrariedades cometidas a fim de garantir a implantação dos grandes empreendimentos agropecuários, os missionários se tornaram *personae non gratae*.

A Polícia Federal em Goiás abriu Inquérito Policial para apurar supostos crimes contra a Segurança Nacional na região do Araguaia. De acordo com o documento, estaria ocorrendo em São Félix a agitação e a luta de classe através da educação, da religião e da saúde. Os religiosos estariam se valendo da atuação no campo moral para infiltrar valores subversivos nos posseiros e povos indígenas da região.⁵⁶

A medida tomou como ponto de partida as denúncias destacadas pelo comando da Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT). Neste ofício, o Comandante Geral da Polícia Militar, sistematizou as informações referentes às diligências empreendidas entre 01 e 06 de junho do mesmo ano, por determinação do Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, a fim de manter a ordem pública através de ações do policiamento ostensivo. Dentre as várias ações em São

55 BRASIL. Ministério Público da União. Carta do Ministro da Justiça Armando Falcão. 09 de julho de 1974. Arquivo Nacional.

56 BRASIL. Divisão de Polícia Federal de Goiás (DPF/GO). Portaria N°020/73-SR-DPF-MT. 10 de junho de 1973. Arquivo Nacional.

Félix e nas localidades do entorno, buscaram a apreensão de armas e documentos, bem como a identificação de possíveis grupos armados: “Os documentos apreendidos nos diversos locais levaram-nos a concluir que a informação chegada à sede do Comando-Geral da Polícia Militar, em CUIABÁ, da existência de um grupo armado na região, promovendo invasões de terras era verídica”.⁵⁷

Como encaminhamento das diligências, o Comandante Geral da PMMT sugeriu:

Em resumo, este Cmdo-Geral constatou indícios de crimes previstos pela Lei de Segurança Nacional, por parte dos leigos e religiosos que compõem os quadros da Prelazia de SÃO FÉLIX, cuja ação se faz em todos os campos e, particularmente, através do ensino, da religião e da saúde, no sentido da promoção da luta de classes. A vida promíscua de “leigos engajados” e de religiosos desvirtua completamente os ideais religiosos e a preocupação máxima da Prelazia se encontra na “libertação do homem” através da “luta”, termos que aparece, em grande parte dos documentos, pelo que sou de parecer que se deva ser instaurado um inquérito por essa Superintendência para apurar os fatos, considerando que as ligações da Prelazia se situam, conforme mostram os documentos apreendidos, além da área de jurisdição deste Comando-Geral⁵⁸

No dia seguinte, foram expedidos os Mandados de Prisão contra José Pontim, Antônio Carlos Moura Ferreira, Antônio Tadeu Martin Escame, Edgar Serra e Tereza da Costa Adão, por supostamente atentarem contra a Segurança Nacional. Na sequência da Pasta encontram-se diversos documentos, inclusive aqueles apreendidos na operação; publicações diversas da Prelazia; e, também, os Termos de Declarações dos religiosos que prestaram depoimentos à Superintendência Regional em Mato Grosso do Departamento da Polícia Federal. Dentre eles o Padre Antônio Canuto, o Bispo Pedro Casaldáliga, Antônio Carlos de Moura Ferreira, Edgar Serra, José Pontim, Eugênio Consoli, Antônio Tadeu Martin Escame, Elmo José Amador Malagodi, Pedro Sola Barbarin, Teresa Costa Adão, Paulo Balduino de Souza Décio – o conhecido Dom Tomás Balduino, Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa e a irmã Alita da Silveira Bulcão.

57 BRASIL. Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT). Ofício N°001/CMDO. Arquivo Nacional.

58 Idem.

No Documento de Informações Nº 1173/19/ABS/SNI/73, de 24 de agosto de 1973, sobre a reunião de Bispos em São Félix/MT, da Agência Brasília do SNI, pode-se encontrar fragmentos ilustrativos para a compreensão do modus operandi das operações de inteligência. O evento aglutinou mais de 300 pessoas de diferentes localidades do entorno; além de líderes religiosos de diferentes partes do país. A celebração foi conduzida por Dom Pedro Casaldáliga; segundo os agentes, proferiu veementes ataques às autoridades. Além disso, incitou o povo à revolta contra as injustiças e à luta pela posse da terra. Ao final da reunião, mencionou ter o bispo orientado os posseiros a não negociarem e não aceitarem indenizações, pois deveriam se manter nos locais onde viviam. Na conclusão, o autor associou a atuação dos religiosos à tentativa de formação de focos guerrilheiros:

A “Concelebração de Solidariedade”, realizada em praça pública, em SÃO FÉLIX-MT, à semelhança de comício político, veio colocar em evidência o grande esforço que uma minoria do Clero brasileiro vem desenvolvendo, abertamente, no sentido de despertar operários e trabalhadores do campo para a luta de classe, preconizada pelos comunistas. É de se notar que a região do Vale do Rio Araguaia, abrangendo os Estados de GOIÁS, MATO GROSSO E PARÁ, foi escolhida por todas as organizações subversivas que atuam no País, como área estratégica para eclosão da guerrilha rural. Não é sem razão, portanto, que os bispos e padres comunistas da Igreja Católica estejam apoiando as lutas de posseiros naquela área⁵⁹

Já nos anexos, encontra-se um detalhamento minucioso das atividades de inteligência. Dentre elas a gravação do áudio do evento, a infiltração de agentes, a interceptação de correspondências e o levantamento das publicações dos periódicos locais e nacionais sobre o tema:

A – Fita magnética om a gravação da concelebração realizada em SÃO FÉLIX-MT.

B – Cópia xerox de relatório de agentes do DPF/GO sobre reunião dos bispos em SÃO FÉLIX-MT.

59 Brasil. Serviço Nacional de Informações. Documento de Informações Nº 1173/19/ABS/SNI/73. 24 de agosto de 1973. Arquivo Nacional. Grifo original.

C – Idem de carta de 28 Jun 73, do Pe. VIRGÍLIO LEITE UCHÔA.

D – Idem do jornal (panfleto) ALVORADA, da Prelazia de SÃO FÉLIX-MT⁶⁰

O documento seguinte na pasta é o relatório dos agentes destacados para colher informações. De acordo com o Relatório S/NR dos Agentes 17-A ao Chefe do Núcleo de Goiânia do Serviço Nacional de Informações. Listam como anexos a fita acima mencionada, o folheto com cânticos e orações distribuídas ao longo do evento e um panfleto distribuído na madrugada do dia 20 de agosto, ao qual associaram caráter subversivo. O relatório conta com apenas duas páginas e relacionou informações utilizadas para a elaboração dos demais. Deu destaque para a denúncia feita pelo Padre Antônio Canuto das arbitrariedades da Polícia Militar na ação de junho, onde ocorreram as torturas contra os leigos da Prelazia, quando presos na capital Campo Grande/MT.

Na carta do Padre Virgílio Leite Uchôa, interceptada pelos órgãos de segurança, percebe-se destaque do leitor à questão dos direitos humanos. A epístola elencou ainda a seguinte orientação: “Sugeriu-se que, em outras Igrejas locais, celebre-se penitencialmente no mesmo dias as violações dos Direitos Humanos no Brasil. Seguem em breve, subsídios a título de sugestão, o que não excluem iniciativas imediatas por parte de cada um”.⁶¹ O grifo foi feito à caneta, quando da leitura pelos agentes. Ao indicar data realização do próximo evento, o Padre, desavisadamente, deu uma pista importante para as operações de inteligência.

Outro documento, classificado como Confidencial e enviado à Agência Central do SNI tratou de um episódio ocorrido na celebração das Missas em um domingo 24 de março, na Basílica de Nossa Senhora de Nazaré e na Igreja do Perpétuo Socorro, na capital paraense; na ocasião teriam sido distribuídos panfletos apócrifos, com o poema de Dom Pedro Casaldáliga, sobre Che Guevara, no livro *Clamor Elemental*, publicado na Espanha, em 1971. No informe, consta ter o Arcebispo de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, telefonado para o Superintendente da Polícia Federal do Pará, pois

60 Idem.

61 Brasil. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Relatório S/NR. Arquivo Nacional.

meninos estariam cuidando veículos no estacionamento, distribuíram aos fiéis panfletos com o referido poema e envelopes da Campanha da Fraternidade, cujo tema era “Onde está o teu irmão?”; os panfletos foram entregues por uma pessoa não identificada em um automóvel Volkswagen azul, também não identificado. O material foi recolhido pelo sacerdote e enviado ao Departamento de Polícia Federal local.⁶²

A esposa de um Oficial do Exército recebeu o material no interior da Igreja, durante a celebração e isto poderia sugerir o fato de vários fiéis também os levaram para suas casas. Em conversa com o Chefe da Agência Belém do SNI, o Arcebispo associou a sua distribuição a elementos da Tradição, Família e Propriedade (TFP), facção conservadora da Igreja, com o objetivo de denunciar a suposta infiltração comunista; além disto, também os recebeu pelo Correio, reforçando a hipótese da circulação do material. Contudo, a 23 de novembro de 1973, em documento Confidencial, encontra-se indícios da real autoria da distribuição do poema e do envelope. Em anexo, foi feita a tradução do poema. Mas este não é o aspecto principal. O que chama a atenção é o seguinte encaminhamento: “Extrair cópias do poema e difundí-las clandestinamente, ao máximo, inclusive nas igrejas e entre os Cardeais e Bispos de suas áreas respectivas”.⁶³ Nitidamente, trata-se de uma operação de contrainformação, com o objetivo de associar à imagem de Dom Pedro a pecha de comunista. Já no Documento de Informações Nº 1080/19/AC/73, do mesmo dia, a providência solicitada foi o envio do material, de forma sigilosa, para a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Em fevereiro de 1975, a publicação da obra *Tierra nuestra, libertad*, de sua autoria, despertou a atenção dos órgãos de segurança. O Centro de Informações da Polícia Federal, de Brasília, elaborou um detalhado dossiê para analisar o conteúdo do livro e a repercussão no meio social; e, o enviou para a Agência Central do Serviço Nacional de Informações, aos Centros de Informações da Aeronáutica e o da Marinha. Na Informação Nº 0972/75, de 25 de fevereiro, são relacionados diversos parágrafos do livro, para um maior detalhamento da análise da argumentação; sendo algumas partes, grifa-

62 Brasil. Agência de Belém do Serviço Nacional de Informações (ABE/SNI). Documento de Informações Nº 0701/19/ABE/74. 04 de abril de 1974. Arquivo Nacional.

63 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Documento de Informações Nº 1070/19/AC/73, de 23 de novembro de 1973. Arquivo Nacional.

das. O relatório considerou: “o livro em si, a não ser o que expressa de contundente à dignidade nacional, pouca valia terá como meio de distorção, tal a facciosidade pérfida que nele se respira; tal o exagero que nele se contém”.⁶⁴

Já na Agência Central do SNI, medidas foram tomadas. O Chefe do SNI demandou a elaboração de um documento descaracterizado para ser entregue ao Núncio Apostólico no país, sobre a atuação do Bispo do Araguaia. Foram pedidas informações sobre Ernesto Cardenal, autor do prefácio. Na Ficha de Seleção e Distribuição de Documentos, o encaminhamento foi o seguinte: “Para conhecimento, exame e providências destinadas à apreensão do livro em epígrafe”.⁶⁵

Dias mais tarde, entre 18 e 20 de março, um agente do SNI e dois oficiais do Centro de Informações do Exército estiveram na Ilha do Bananal (no município de Cristalândia/MT) e em São Félix para investigar as atividades do prelado. Para preservar o sigilo da missão, os oficiais estavam disfarçados de integrantes da Secretaria de Planejamento do Paraná, pretensamente avaliando a capacidade da Fundação Nacional do Índio aplicar recursos para a área destinados.⁶⁶

O relatório reconheceu os problemas socioeconômicos da área e indicou ser aquela situação o porquê da popularidade do trabalho da Prelazia de São Félix. No documento dedicado a analisar as conjunturas política e fundiária, os agentes disfarçados sublinharam serem os conflitos pela posse da terra decorrentes dos grandes empreendimentos agropecuários, dos fluxos migratórios, da deficiência na infraestrutura urbana e do baixo nível de educação e sanitário; e, tal situação, supostamente seriam utilizadas pela equipe da Prelazia para fins político-ideológicos.⁶⁷

Ainda nesta Informação, dedicaram atenção à possível presença de participantes dos grupos de guerrilha atuantes no país naquele momento. Mencionaram a atmosfera política da região marcada pela subversão e que os religiosos estariam insuflando os posseiros contra o governo e flertando com os focos guerrilheiros. De acordo

64 BRASIL. Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal. Informação Nº 0972/75. 25 de fevereiro de 1975. Arquivo Nacional.

65 Idem.

66 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação Nº 120/19/AC/75. Arquivo Nacional.

67 BRASIL. Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal. Informação Nº 12/19/AC/75. Arquivo Nacional.

com a fonte, por terem sido localizados grupos em Xambioá (atual TO) e Marabá/PA, “[...] tornou-se necessária uma maior vigilância em BARRA DO GARÇAS e LUCIARA, em face de notícias de que os subversivos daquela área estariam sob proteção do Bispo de SÃO FÉLIX”.⁶⁸

O autor do relatório destacou uma seção à atuação de Dom Pedro Casaldáliga. Os agentes passaram cerca de 3 horas conversando com o prelado, sem que ele mostrasse sinais de desconfiança; ao longo da conversa teria sido possível confirmar a sua ideologia e os traços de sua personalidade:

Por trás de sua figura fisicamente frágil, descobre-se um elemento combativo; revoltado até mesmo com a sua própria instituição – a Igreja ; leviano em suas acusações; inimigo empedernido do Governo Federal e do regime do país que o acolheu; comunista partidário da linha chinesa – embora declare-se socialista; de idéias fixas e cultura política medíocre⁶⁹

Na análise dos agentes, para Dom Pedro Casaldáliga, fazia-se imprescindível uma profunda mudança nos quadros da Fundação Nacional do Índio e demais órgãos, com a inclusão de pessoas honestas; ressaltou ter cansado de reclamar soluções aos problemas da região e passaria a fazer um escândalo nacional e internacional; tais problemas não eram resolvidos em função dos interesses de integrantes do alto escalão do governo nos empreendimentos agropecuários; a própria Igreja seria parte do problema, pois havia comprado uma das maiores fazendas, a Suiá-Missu. O observado assegurou ser a Igreja uma instituição dedicada aos pobres e, por isto, não deveria preservar uma estrutura vertical e se constituir em um Estado hierarquizado; mencionou não aculturar os indígenas, pelo fato de poder incorrer nos erros da catequese e evangelizava somente as pessoas as quais o procuravam voluntariamente. Destacou ainda, o prelado nada cobrava dos fiéis pelos medicamentos, pela alimentação ou eventuais abrigos. Além disto, ressaltou o governo não teria poder de decisão, utilizando como exemplo o reconhecimento por parte do Gal. Golbery do fatode o governo não conseguir controlar

68 Idem.

69 Ibidem. Preservada a redação original.

o poder paralelo e também, em um exemplo prático, pela imunidade do Delegado do DOPS de São Paulo, Sergio Fleury.⁷⁰

Na conclusão do relatório, sugeriu a continuidade das atividades pelo Bispo; isto lhe parecia algo nocivo ao país, por subverter a ordem e atingir a sua imagem no exterior:

Quando foi cogitada a sua expulsão do BRASIL, considerou-se que tal fato seria prejudicial ao País em face das repercussões internacionais que tal medida causaria. Entretanto, as atividades que continuou desenvolvendo em nada contribuiriam para o conceito internacional ou para a tranquilidade interna do BRASIL⁷¹

Já no Informe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, de 29 de agosto de 1975, encontra-se mais uma detalhada sistematização das ações do Bispo. O enfoque no esclarecimento e organização dos indígenas e posseiros é, mais uma vez, a diretriz; considerados incidentes, sublinharam o “[...] levantamento de índios contra militares da FAB, a aliciação e o incitamento de posseiros contra proprietários rurais na tentativa de indispor autoridades da FUNAI e da Aeronáutica, caracterizam o recrudescimento da atuação manifestadamente do Bispo”.⁷² O agente ressaltou ainda a origem destes conflitos no ano de 1971. Associou os conflitos fundiários à liderança do Bispo do Araguaia:

[...] passou a desenvolver atividades sistemáticas objetivando dar consequências concretas à orientação ideológico-subversiva que abertamente imprimia à sua ação pastoral. Obscuro pelos problemas sócioeconômicos da área, estimulado pelo apoio da cúpula esquerdista da CNBB e, principalmente, confiante na impunidade de seus atos, o Bispo PEDRO CASALDÁLIGA, diretamente ou através de seus colaboradores cuidadosamente recrutados e doutrinados, tem atuado nesses últimos cinco anos de forma nitidamente atentatória à Segurança Nacional⁷³

O informe relacionou ainda as supostas infrações à lei por parte de Dom Pedro, em sua maioria atrelada às questões políti-

70 Ibidem.

71 Ibidem.

72 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Informe Pedro Maria Casaldáliga Plá – Bispo Da Prelazia de São Félix/MT. 29 de agosto de 1975. Arquivo Nacional.

73 Idem. [Grifo original].

co-ideológicas. Subversão do povo brasileiro, especialmente de estudantes e lavradores; pregação do comunismo; repúdio ao considerado regime democrático e ao sistema capitalista; contestação ao governo e às Forças Armadas; incitação à luta armada; violação e danificação de propriedades privadas; ligação com organizações subversivas; obstrução da ação governamental, inclusive dos órgãos sediados na região, como a polícia.⁷⁴

Apesar de extenso, o fragmento é ilustrativo da articulação política de bastidores nas estruturas de poder do governo militar de então. Dada a franca oposição de Dom Pedro Casaldáliga e a mobilização de indígenas e posseiros na região do Araguaia, os agentes do Estado buscavam diferentes formas de tentar enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional:

Este Centro considera que se pode lamentar, mas não interferir no desvio ideológico de um prelado católico. O que não é admissível, todavia, e que as convicções políticas e as motivações filosóficas desse prelado se transfiram pratica contumaz de atividades subversivas, contestação sistemática ao regime vigente e ao permanente propósito de desmoralização do poder público. [...] O aspecto fundamental da questão reside no fato de o nominado atuar em área de condições socioeconômicas ainda difíceis e ali praticar atos que contrariam os interesses do Estado e atentam contra a sua segurança. Por isso mesmo, seu afastamento da área parece constituir medida inicial - urgente e prioritária - do processo em que se venha a concretizar sua definitiva desvinculação da comunidade nacional⁷⁵

Na sequência do documento, indicou não ser necessário detalhar as ações e as manifestações do clérigo, por serem de conhecimento das diversas agências de segurança e informação. Nos anexos da Informação Nº 1608/S-102/A do Centro de Informações do Exército, mais uma vez, o relator elencou fragmentos dos escritos poéticos de Dom Pedro, principalmente, aqueles ilustrativos à argumentação de subversão:

Procura, através de sua pretensa obra literária, em verdade panfletos subversivos, como esta apreciação demonstra

74 Ibidem.

75 Ibidem.

à sociedade, influenciar e formar em nosso povo e nas populações de países amigos opiniões contrárias ao Governo Brasileiro, a quem acusa de assassinar, praticar genocídio dos índios que “envenena e dinamita”, e torturar o povo no pau-de-arara.

A LSN estabelece em seus Art 4º e 5º o perfeito enquadramento deste pérfido estrangeiro, que tem obtido destaque em sua faina cotidiana de destruir o que nosso povo possui entranhado como suas qualidades mais caras: o respeito À LEI, À ORDEM e aos poderes constituídos⁷⁶

De acordo com o Encaminhamento Nº 284/19/AC/75 da Agência Central do SNI de 09 de setembro de 1975, os primeiros indícios de conflitos entre a CODEARA e os posseiros da região podem ser associados a eventos em 1967. Naquele momento, atuava na região o Padre Francisco Jentel. No ano seguinte, os posseiros armados ficaram entrincheirados na mata e foi preciso a intervenção do Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso para amenizar o clima de tensão social na região. No ano seguinte, o então Padre Casaldáliga organizou os posseiros para resistir ao processo de loteamento de terras na região onde a CODEARA estava avançando os limites das terras em prejuízo dos posseiros; tal conflito, inclusive, foi mediado pelo Juiz que determinou a retirada das cercas colocadas pelo gerente da Companhia de Desenvolvimento. O documento relacionou atividades do Bispo ano a ano, com o enfoque na organização dos posseiros e os conflitos com o avanço dos grandes empreendimentos agropecuários, entendido pelos agentes do Estado como atividade subversiva, passível de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

A proibição expressa de acesso de Dom Pedro Casaldáliga em áreas indígenas foi anunciada em 30 de junho de 1975: “Face a informações chegadas ao conhecimento desta Presidência, determino as providências desse Departamento no sentido de ser proibido o ingresso de D. PEDRO CASALDÁLIGA PLÁ, Bispo de São Félix, em qualquer área da FUNAI, em especial no Parque Indígena do Araguaia – PQARA”.⁷⁷ Algumas semanas antes, as retaliações alcançaram outros membros do Conselho Indigenista Missionário,

76 Brasil. Centro de Informações do Exército (CIE). Informação Nº 1608/S-102/A. 1975. Arquivo Nacional.

77 BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Nota Nº 031/GAB/P. 30 de junho de 1975. Arquivo Nacional.

inclusive o presidente e o secretário-executivo. Em 26 de maio, a Presidência da Funai oficiou ao Diretor do Departamento Geral de Operações: “[...] a partir desta data, ficam suspensas todas as autorizações concedidas em favor de membros do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, especificamente aos Padres José Vicente César, Antônio Iasi Jr. e Eglydio Schwade”.⁷⁸

Dias depois, em 04 de agosto, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) emitiu um informe onde reproduziu a proibição de acesso a áreas indígenas e acrescentou:

Os Órgãos de Informações interessados no problema devem estar alerta para as próximas edições do Panfleto “O ALVO-RADA”, da Prelazia de São Félix, que, por certo, fará novos ataques à FAB e à FUNAI, tendo em vista a excelente medida adotada pela última contra o Bispo comunista⁷⁹

Alguns meses depois, os conflitos político-ideológicos no interior da Igreja Católica tomaram as páginas dos grandes jornais do país. No primeiro semestre de 1977, um fato ganhou repercussão na opinião pública. Dom Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina, deu entrevistas bombásticas nos jornais de grande circulação no país. O tema em questão foi a possível infiltração comunista no seio da Igreja Católica. Por ocasião das manifestações públicas de caráter político-ideológico foi criticado pelas lideranças de diferentes regiões do país. Com o intuito de justificar-se e buscar comprovar sua argumentação elaborou um detalhado relatório, dedicado a analisar as obras de Dom Pedro Casaldáliga, direcionado ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco. Dada a repercussão, uma cópia do relatório, inclusive, foi entregue em mãos ao então presidente Ernesto Geisel.

No memorando N° 956, do Gabinete do Sistema Nacional de Informações, de 10 de junho de 1977, encontra-se o dossiê elaborado por Dom Geraldo de Proença Sigaud. Com assunto “RELATÓRIO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS MEIOS ECLESIASTICOS DO BRASIL”⁸⁰ e orientação

78 BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício N° 113. 26 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

79 BRASIL. Centro de Informações da Aeronáutica. 04 de agosto de 1975. Arquivo Nacional.

80 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Dossiê sobre a infiltração comunista. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional. [Grifo original]

para a tomada das providências cabíveis, conta também com a carta de apresentação do Arcebispo ao então presidente Ernesto Geisel da cópia dos documentos enviados ao Núncio Apostólico. Além do texto sistematizado por D. Sigaud, em anexo estão a cópia de livros escritos por Dom Casaldáliga, recortes de jornais e do impresso da Prelazia de São Félix/MT, o Alvorada. O relatório foi elaborado por Sigaud para justificar suas manifestações públicas veiculadas na imprensa no início do ano daquele ano.

De acordo com a carta por ele assinada, o relatório tinha por objetivo levar ao conhecimento da União o grave problema em tela. D. Sigaud, um dos fundadores da Tradição, Família e Propriedade (TFP), buscou denunciar a atividade missionária na região amazônica, focando suas atenções no trabalho de Dom Pedro Casaldáliga, na Prelazia de São Félix/MT. Elaborado no início de 1977 e enviado ao Núncio Apostólico em 25 de março, o documento buscava comprovar as manifestações públicas veiculadas pelos jornais de grande circulação no país ao longo do mês anterior. Por meio de entrevistas ao *Jornal do Brasil*, de 26 de fevereiro, teria argumentado sobre a infiltração comunista por toda parte, inclusive na Igreja; as ideias de Dom Pedro Casaldáliga poderiam ser indicativas de alguém comprometido com uma suposta invasão comunista ao Brasil; destacou que a atuação do CIMI seria o principal motivo e foco de tensão entre a Igreja e o governo; afirmou ser o clima criado pela Prelazia de São Félix responsável pelos assassinatos dos padres missionários Rodolfo Lukenbein e João Bosco Burnier. Além disto, fustigou: “As ‘Comunidades Eclesiais de Base’ estão tomando, em várias dioceses, um cunho estranho, e podem se transformar em núcleos de uma guerra de sublevação esquerdista”.⁸¹

Houve ampla repercussão na imprensa com as entrevistas de Dom Geraldo Sigaud. O *Jornal do Brasil* dedicou uma página completa às suas denúncias. No sábado, 26 de fevereiro de 1977, a matéria *Bispo denuncia focos comunistas na Igreja*, onde destaca a atuação subversiva de Dom Pedro Casaldáliga e suas críticas à propriedade privada. Já *O Estado de São Paulo*, de 04 de março, o texto de Lenildo Tabosa Barbosa, também de uma página completa, intitulado *Em defesa dos bispos*, reforçou os posicionamentos críticos de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino; n’*O Globo*,

81 Idem.

de 28 de fevereiro, a matéria *D. Eugênio: Silêncio, não indiferença* indicou estar a par da influência da teoria marxista no interior da Igreja o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, mas não deveria haver motivo para preocupação. Já na edição de 14 de março, *O Globo*, publicou nova reportagem *D. Eugênio: Vaticano acompanha de perto episódio dos bispos*, na qual minuciou a afirmação de Dom Eugênio sobre a ciência do Papa Paulo VI dos acontecimentos no Brasil. No *Jornal do Brasil*, de 11 de abril, a matéria *Monsenhor diz que fala de D Geraldo encoraja bispos*.

Os jornais também destacaram as críticas dirigidas a Dom Sigaud. Na edição de 17 de março do *Jornal do Brasil*, em *Clero da Paraíba defende Dom Tomaz e Dom Pedro das acusações de Arcebispo*, encontra-se a informação sobre a carta dos integrantes do clero daquele estado em solidariedade a Dom Pedro e Dom Tomás, onde refutaram as afirmações de Sigaud. Na *Folha de São Paulo* de 10 de abril, a reportagem Arquidiocese de Recife fez críticas a Sigaud referindo-se aos seus argumentos como genéricos e ao enfoque como já superado. Na *Folha de São Paulo* de 10 de abril, a reportagem *Arquidiocese de Recife fez críticas a Sigaud* referindo-se aos seus argumentos como genéricos e ao enfoque como evento já superado. Na *Folha de São Paulo* de 14 de abril, com o título *Dom Sigaud é criticado*, uma pequena nota sobre a reação do bispo auxiliar da Paraíba, Dom Marcelo Pinto Cavalheira, para o qual Sigaud já havia passado da conta.

No relatório Dom Geraldo Sigaud relacionou uma entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 27 de fevereiro, onde tratou sobre o assunto. De acordo com o relatório, os pontos principais seriam os seguintes:

- O Governo Brasileiro deve pedir à S.Sé que remova o Bispo de S. Felix, D.Pedro Casaldáliga.
- O Gooverno deve fiscalizar as Comunidades Eclesiais de Base que, subordinadas a bispos esquerdistas, podem se tornar um barri de pólvora.
- D. Pedro Casaldáliga e D.Tomaz Balduino são responsáveis (não os únicos) pela tensão existente entre a Igreja e o Estado.
- Ha infiltração comunista na Igreja, não só através destes dois prelados, mas também pela Ordem Dominicana.

- O caso Marighela é um bom exemplo do papel de muitos dominicanos que contradiziam a atitude de seus confrades mais velhos.
- A agitação esquerdista se verifica no CIMI [...] ⁸²

Ainda segundo o documento, reiterou suas argumentações e indicou, tanto Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomas Balduino, “apesar” de comunistas, não seriam necessariamente ateus. Mencionou acreditar ambos tinham convicções religiosas, mesmo defendendo teses comunistas e defendiam um regime que poderia ser considerado como “comunismo cristão”. Em suas palavras: “Apenas afirmo que Ss.Exas. querem a derrubada do nosso Governo atual e a mudança radical do nosso sistema de vida”. ⁸³

Ao empreender a análise dos livros de Dom Pedro Casaldáliga, destacou o autor possivelmente ser “revoltado contra tudo e contra todos”. O classificou como revolucionário e asseverou:

D.Pedro defende a doutrina que afirma que é necessário modificar em sua essência o regime existente no Brasil. Não se contenta a pensar assim, ele prega e propaga estas ideias e agita o povo para que se oponha ao regime, o derrube e o substitua por outro. Este ourei regime é o comunismo que nega a propriedade privada. Tem restrições quanto às formas concretas de que o comunismo se revestiu, mas afirma que o capitalismo é essencialmente perverso e que o socialismo-comunismo pode ser cristão. Leva, porém, sua ânsia de revolução até a Igreja ⁸⁴

Na sequência do documento, analisou fragmentos dos escritos de Dom Pedro sobre o governo, a política indigenista oficial, a estrutura fundiária, as forças armadas, a política econômica e os programas sociais do governo, com o objetivo de fundamentar o seu argumento da atuação subversiva do Bispo. Elencou também o poema sobre Ernesto Guevara, o Ché, como evidência da postura revolucionária.

Dedicou uma seção do relatório a Dom Tomás Balduino; por ter nascido em Minas Gerais, teria um comportamento mais ponderado ao catalão Casaldáliga e, por isto, seria mais difícil evidenciar

82 Ibidem.

83 Ibidem.

84 Ibidem.

sua postura revolucionária. Balduino teria convencido Casaldáliga aceitar a nomeação como Bispo. Com isto, intencionava grifar a proximidade entre ambos, algo que se espraiaria para o comportamento religioso e político. Ressaltou o fato de Balduino, então presidente do CIMI, ter deliberado no Encontro de Palmas, em 1974, nos escritos do Conselho Indigenista, não deveriam constar os nomes dos autores. Além disso, Dom Tomás mandara destruir as atas daquele encontro, por ocasião da iminente intervenção policial..

Na breve conclusão do relatório, julgou as informações por ele relacionadas serem as provas cabais da infiltração comunista na Igreja católica e da grave situação decorrente dos procedimentos subversivos dos padres e bispos. Em suas próprias palavras: “Denunciando-os à opinião pública, prestei um serviço à minha Pátria e à Igreja, minha Mãe. Espero que, diante das acusações e das provas que me parecem graves e evidentes, a Santa Sé tome as medidas que o problema exige”. A patente tensão entre os bispos será detalhada nos capítulos seguintes..⁸⁵

85 Ibidem.

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOC. INFORMAÇÃO N.º 14/74...../DSI/MJ

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
002362 01.2.74
PROTOCOLO

DATA: 28-01-1.974

ASSUNTO: EXPULSÃO DO BISPO PEDRO MARIA CASALDÁLIGA RELACIONAMENTO IGREJA-ESTADO.

ORIGEM: DSI/MJ

REFERÊNCIA: DOC. Nº 128/73/P, de 11-12-73

DIFUSÃO: AC/SNI - OM/MJ - CIE - CISA - CENIMAR - CI/DPF

A.G.

69599

DIFUSÃO ANTERIOR:

1 - Já havia sido difundido o documento de Informação Nº 128/73/P, desta Divisão, quando se tomou conhecimento de Informação Nº 2087/73, do Centro de Informações do DPF.

2 - Naquela Documento Ressaltou-se mais de uma vez, com base em Informações e em conhecimentos gerais e comuns a qualquer pessoa razoavelmente conhecedora do interior do País, a propósito dos conflitos ocorrentes na região da Araguaia, que tais conflitos têm, fundamentalmente, origem na exploração do homem do campo, ou pelas Empresas desbravadoras, ou mesmo pelos proprietários e fazendeiros locais, ou grileiros, ou aventureiros dispostos ao enriquecimento fácil à custa da escravidão do caboclo analfabeto e desprotegido.

3 - Em certo trecho, de nº 13, do relatório, escreveu-se, documentadamente:

" O quadro pode ser transposto para o Araguaia ou qualquer outra região do interior, com pequenas modificações. Miséria, pauperismo, ignorância, exploração do ser humano, corrupção, falta de qualquer tipo de assistência oficial, conflito pela posse da terra, etc. Os padres, muito comissado, foram sempre o centro

SS19

- 1) Registrado.
 - 2) Arquivo da documentação
- SS16 e SS17

M. M. J. 20/2/74

segue

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO BRASIL.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS C. T. C. - D. C. D. DE BOA VIDA REGULAMENTO FA A SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

SS17

SS16
1. acule -
2. d' SS-17
18/2/74

SS-17
1. acule
2. d' SS-17
Em 20/2/74

DNI - 154

CONFIDENCIAL

Departamento de Imprensa Nacional

Avaliação sobre o processo de tentativa de expulsão de Dom Pedro Casaldáliga do Brasil
Fonte: BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ).
Informação N.º 14/74/DSI/MJ. 29 de janeiro de 1974. Arquivo Nacional.

A GUERRA FRIA NA IGREJA CATÓLICA DO BRASIL

A documentação coligida possibilitar considerar o anticomunismo mais que um discurso; é uma força política utilizada contra opositores da classe dominante. Não é necessariamente um movimento contra o comunismo em si, mas contra todos os críticos do regime de exceção, colocando em risco ou rompendo com a ordem do regime instaurado, afinal, “que partido de oposição não foi tachado de comunista pelos adversários no poder?”.⁸⁶

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se no mundo bipolarização entre dois blocos globais: o comunista, liderado pela União Soviética, e o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, marcando a oposição entre anticapitalismo e anticomunismo.⁸⁷ É possível destacar, com este conflito político-ideológico, o medo e a oposição ao modelo socialista/comunista tomaram conta do Ocidente, transformando-se em um elemento central das políticas pós-guerra.⁸⁸

Quando o *milagre econômico* (1968-1973) inaugurou uma nova fase do regime no Brasil, o desenvolvimento acelerado de variados projetos de financiamento internacional causaram fortes impactos sociais com a repressão do governo, principalmente nas populações do campo. Dessa forma, novos segmentos da Igreja Católica começaram a defender os povos oprimidos organizados e em luta pelo direito à terra e em defesa dos direitos humanos, criando um cenário de ambiguidade e conflitos internos na Igreja “vista que, por um lado defendia uma mudança radical, e por outra sua essência era totalmente tradicional”.⁸⁹ Na perspectiva do governo, no entanto, essas disputas pela posse de terra eram analisadas a partir do conflito ideológico da

86 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Coleção L&PM POCKET, v. 227. Porto Alegre, 2019, p.21.

87 HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

88 MOURA, Dionatan Souza de; SILVA JR, Alfredo Moreira da Silva. *Catolicismo e anticomunismo no Brasil: uma análise histórica do discurso anticomunista de D. Geraldo de Proença Sigaud*. In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 2023.

89 JALES, Galeno Edmilson. *A postura da Igreja Católica durante a ditadura no Brasil*. Universidade de Santo Amaro – UNISA, Manaus, 2021, p.7.

Guerra Fria, “onde as regiões empobrecidas poderiam ser locais iminentes à criação de focos guerrilheiros”.⁹⁰

Nesse contexto de tensões entre a Igreja Católica e o governo militar, conseqüentemente, as atividades dos religiosos começaram a ser consideradas subversivas por parte dos militares. Para Santos (2024), o “posicionamento político dos religiosos foi constante motivo de preocupação dos órgãos de segurança”, sendo considerados e tratados como parte da ameaça comunista.⁹¹ Durante a década de 1970, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve papel decisivo na oposição à ditadura, denunciando abusos contra povos indígenas. O CIMI, vinculado à Igreja Católica, reuniu leigos e intelectuais influenciados pelo Concílio Vaticano II, os quais propuseram mudanças profundas na política indigenista.

Nesse sentido, o anticomunismo foi uma importante força política-ideológica para combater não apenas os movimentos de campo e do direito à terra,⁹² mas de impedir a emancipação dos povos indígenas. Tratava-se de uma oposição contínua ao campo humanista e democrático, taxado sob a ideia genérica da “ameaça comunista”, assumindo formas diversas conforme a realidade da qual faz parte.⁹³ Nos desdobramentos do conflito da Guerra Fria transferido para América Latina entre 1950 e 1970, o discurso anticomunista serviu de pretexto para golpes de Estado e práticas autoritárias, encontrando no Brasil, maior expressividade em sua forma clerical, nacionalista e liberal.⁹⁴

Pode-se considerar o anticomunismo envolver uma ampla rede de fontes ideológicas, atores e grupos políticos, podendo se manifestar tanto em partidos de direita quanto de esquerda. No entanto, possui maior circularidade em partidos de direita e, sobretudo, em grupos conservadores e reacionários.⁹⁵ Quando se trata do anticomunismo no Brasil não podemos deixar de citar a atuação do grupo Tradição, Fa-

90 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egidio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024, p. 248.

91 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egidio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024.

92 ALMEIDA, Leandro Cabral de. *Anticomunismo católico e questão agrária no Brasil pré-1966: sobre intelectuais, ideologia e subalternidade*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

93 RODEGHERO, Carla. *Memórias e avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de Doutorado - UFRGS. 2002.

94 JALES, Galeno Edmilson. *A postura da Igreja Católica durante a ditadura no Brasil*. Universidade de Santo Amaro – UNISA, Manaus, 2021.

95 ALMEIDA, *op. cit.*

mília e Propriedade (TFP), associação católica conservadora com forte financiamento de campanhas públicas anticomunistas com ampla extensão, fundada pelo leigo Plínio Corrêa de Oliveira com o apoio dos bispos Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Geraldo da Proença Sigaud.⁹⁶

No pensamento desse grupo e em especial de Sigaud, o comunismo era entendido como “seita”, uma doutrina fundada por Karl Marx e Friderich Engels, e continuada por Vladimir Lênin dando forma ao que se denomina de “marxismo-leninismo” e, posteriormente, daria origem ao bolchevismo e ao modelo soviético.⁹⁷ É essa vertente marxista-leninista do comunismo que a TFP abomina e combate, pois coloca o comunismo e a religião como incompatíveis, ao modo que para essas doutrinas, “religião é um aspecto da opressão espiritual que pesa sobre as massas populares oprimidas pelo trabalho perpetuo em proveito alheio”.⁹⁸ Para esse grupo, a relação entre a Igreja e modernidade causariam rupturas nas tradições cristãs permitindo a infiltração das ideias socialistas e comunistas no interior da Igreja.

Esses grupos anticomunistas, utilizando os dispositivos do Estados, aparelham as forças de segurança para fins repressivos e, conseqüentemente, políticos-ideológicos.⁹⁹ Dessa forma, havia fortes medidas contra os partidos de esquerdas, movimentos sociais e grupos de oposição, rotulados como “comunistas” e tratados como inimigos a serem reprimidos. Essa visão dualista e maniqueísta da realidade, que figura o comunismo como uma “ameaça” à ordem social instaurada, perpassa todo o pensamento de Dom Geraldo Sigaud, para quem o comunismo era tido como o maior mal que o cristianismo já se deparou, devendo ser combatido e condenado pela Igreja Católica.¹⁰⁰

Rodrigo Caldeira (2015), em pesquisa realizada no acervo pessoal do bispo de Diamantina, encontrou correspondências as quais evidenciam as relações estreitas de Sigaud com a ideologia estadunidense. Em uma de suas cartas, Sigaud escreveu: “A propaganda

96 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil*. Revista del CESLA, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015, p. 69.

97 SIGAUD, Geraldo da Proença. *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Editora Vera Cruz, 2ª edição. São Paulo, 1963.

98 *Idem*, p. 42.

99 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024, p. 242.

100 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil*. Revista del CESLA, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015.

contra o comunismo, na América Latina, deve ser feita de maneira profunda: mostrando que o comunismo é incompatível com a religião e os direitos de Deus e dos homens”.¹⁰¹ Esse anticomunismo reacionário serviu como um modelo de oposição além do debate ideológico, ele usa medo, nostalgia e moralismo para inflamar reações conservadoras e, muitas vezes, antidemocráticas. Ele se configurou como uma construção do imaginário social, funcionando como uma representação simbólica, a moldar as identidades, as percepções e as emoções, produzindo medo e orientando comportamentos, mas também se manifestando por meio de ações concretas, como propaganda, repressão policial, iniciativas educacionais, mobilizações públicas e atuação política, todas ligadas às representações simbólicas anticomunistas.¹⁰²

Assim, Dom Geraldo Sigaud teve uma atuação importante no Concílio Vaticano II (1962-1965) como representante da TFP, mostrando-se contrário às pretensões conciliares e assumindo uma postura anticomunista ferrenha nas décadas de 1960 e 1970.¹⁰³ Em um mundo dividido por ideologias, no Brasil, as ideias e teorias anticomunistas encontraram terreno fértil especialmente em áreas onde a influência religiosa era forte, tornando essencial contextualizar o papel de Dom Sigaud nesse cenário.

3.1 O ANTICOMUNISTA REACIONÁRIO: DOM GERALDO SIGAUD

Geraldo da Proença Sigaud é um homem de seu tempo. Nasceu em 1909 na cidade de Belo Horizonte, cresceu sob o contexto de uma sociedade majoritariamente rural e conservadora que vivia o ápice da economia cafeeira.¹⁰⁴ Ele presenciou o rompimento das tradições ocidentais e a acentuada mudança global, marcada por vários eventos ocorridos no plano internacional e refletiam no plano nacional: Primeira Guerra Mundial (1914-1918), A Revolução Soviética (1917), A Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a bipolarização da Guerra Fria (1947-1991).

101 *Idem*, p.83.

102 RODEGHERO, Carla. *Memórias e avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de Doutorado - UFRGS. 2002, p.21.

103 MOURA, Dionatan Souza de; SILVA JR, Alfredo Moreira da Silva. *Catolicismo e anticomunismo no Brasil: uma análise histórica do discurso anticomunista de D. Geraldo de Proença Sigaud*. In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 2023, p. 2.

104 *Idem*.

Sua formação sacerdotal ocorreu durante o período chamado de neocrisandade (1916-1955), cujo movimento buscou reaproximar a Igreja do Estado constituindo a centralização da Igreja romana no Brasil.¹⁰⁵ Nesse processo, as tensões entre a Igreja e o comunismo já começavam a se desenhar, refletindo o avanço do comunismo, inclusive no país.

Dom Sigaud foi consagrado bispo em 1947; seu primeiro episcopado aconteceu na Diocese de Jacarezinho/PR, onde permaneceu até 1960. Em 1961, foi nomeado arcebispo e transferido para a diocese de Diamantina/MG onde atuou até 1981.¹⁰⁶ É nessa transferência de dioceses que D. Sigaud passou a ser considerado uma das forças mais conservadoras do Episcopado brasileiro e seu radicalismo político contra o comunismo ficou visível em suas publicações.¹⁰⁷

O discurso anticomunista de D. Geraldo Sigaud se iniciou em sua Pastoral de Saudação na diocese de Jacarezinho, momento no qual a propaganda contra o comunismo ganhava peso com o advento da Guerra Fria. Ele procurava defender os princípios da neocrisandade condenando veementemente o comunismo, entendido como um reflexo dos males da modernidade.¹⁰⁸

Como mencionado, já em 1959, durante a convocação para o Concílio Vaticano II, D. Sigaud teve uma atuação importante ao combater as pretensões conciliares, afirmando que eram uma ruptura com as tradições da Igreja Católica, pois permitiriam infiltrações neomodernistas no seio Igreja.¹⁰⁹ Ademais, numa das partes mais importantes de seu parecer ao Vaticano, ser evidente a infiltração revolucionária comunista no episcopado brasileiro.¹¹⁰

Em 1962, durante seu episcopado em Diamantina/MG, publica a sua *Carta Pastoral sobre a seita comunista* reforçando sua oposição

105 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil*. Revista del CESLA, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015.

106 *Idem*.

107 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil*. Revista del CESLA, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015.

108 JUNIOR, Alfredo Moreira da Silva. *Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961)*. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade), Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, 2006.

109 MOURA, Dionatan Souza de; SILVA JR, Alfredo Moreira da Silva. *Catolicismo e anticomunismo no Brasil: uma análise histórica do discurso anticomunista de D. Geraldo de Proença Sigaud*. In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 2023.

110 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil*. Revista del CESLA, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015, p. 72.

ao comunismo, relacionando este com o demônio e afirmou, para os comunistas não existe fé em Deus.¹¹¹ O anticomunismo foi uma constante em seu pensamento e sua obra de maior repercussão naquele ano foi “Catecismo Anticomunista”, pode ser considerada sua principal expressão escrita sobre o tema, tendo grande circulação e influência.

Dom Sigaud enxergava o comunismo como o combate à religião e não só ao sistema produtivo de cunho capitalista por impor métodos de repressão e opressão sobre as massas populares. Em 1963, um ano antes do golpe militar, publicou junto com Dom Antônio de Castro Mayer e Plínio Correia de Oliveira, membros da TFP, o livro *Reforma Agrária, Questão de Consciência*, no intuito de combater a as políticas progressistas do governo João Goulart.

Antes do golpe de 1964, o arcebispo de Diamantina participou ativamente de comícios e atividades políticas contra o governo Jango e, no auge da ditadura militar de 1968, desferiu ataques contra outros bispos e padres considerados por ele de “vermelhos”. Ele pedia o afastamento de todos “aqueles considerados ‘subversivos’, todos os que estivessem atuando em causas humanitárias, apoiando os povos originários, posseiros e trabalhadores rurais na reivindicação do direito à terra”.¹¹²

A postura marcadamente anticomunista de D. Sigaud ao longo das décadas de 1960 e 1970, foi se intensificando até adquirir contornos ainda mais reacionários. Esse movimento atinge seu ápice em 1977, quando o bispo, em um gesto público e de grande repercussão, denunciou abertamente aquilo por ele considerado focos comunistas no interior da própria Igreja Católica.

3.2 A GUERRA ANTI-SUBVERSIVA

Em 1977, D. Geraldo Sigaud declarou uma “guerra anti-subversiva” contra membros do clero católico ligados à ala progressista, denunciando abertamente a suposta infiltração de padres comunistas nos meios eclesiais do Brasil. Suas denúncias publicadas pelo *Jornal do Brasil* (RJ) e pelo jornal *O Estado de São Paulo* (SP), em fevereiro

111 SIGAUD, Geraldo da Proença. *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Editora Vera Cruz, 2ª edição. São Paulo, 1963.

112 MOURA, Dionatan Souza de; SILVA JR, Alfredo Moreira da Silva. *Catolicismo e anticomunismo no Brasil: uma análise histórica do discurso anticomunista de D. Geraldo da Proença Sigaud*. In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 2023, p. 12-13.

de 1977, se referem às ações realizadas por lideranças religiosas juntos aos posseiros da região do Mato Grosso.

Com as manchetes *Bispo denuncia focos comunistas na Igreja*¹¹³ e *Sigaud culpa Casaldáliga e Balduino pelas tensões*¹¹⁴, as denúncias tem teores semelhantes. Assim, serão apresentados primeiros as acusações feitas por Sigaud, depois focalizar quem são seus acusados e contextualizar os conflitos e tensões que estavam ocorrendo.

3.2.1. Os disparos proferidos

Entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 1977, D. Geraldo Proença Sigaud afirmou nas entrevistas aos jornais haver uma “infiltração comunista” em todas as partes do Brasil e até na Igreja. Ele citou os nomes de Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia/MT, e de Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho, líderes religiosos ligados ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Para ele, as ideias de D. Pedro Casaldáliga poderiam ser consideradas doutrinação ideológica e ação deliberada de alguém a serviço da agitação da população para a invasão comunista no país e na Igreja. Pelo fato do Bispo do Araguaia ser estrangeiro e vice-presidente do CIMI, o considerou como um expoente subversivo no regime brasileiro, pois segundo D. Sigaud, suas publicações “incitam o povo brasileiro à revolução, ou melhor, à insurreição contra as Forças Armadas e os proprietários”.¹¹⁵ Essa acusação indica uma forte tensão entre as forças militares e empresariais contra o clero progressista em ação no meio rural. Ele disferiu comentários específicos sobre as ideias e ações de D. Casaldáliga, também chamado de Bispo dos Pobres, o Bispo Vermelho ou o Bispo do Araguaia, enquanto ao bispo D. Tomás Balduino, presidente do CIMI, “diz apenas que o bispo de Goiás Velho acompanha a forma de atuar do prelado de São Felix do Araguaia”.¹¹⁶

Dom Geraldo Sigaud foi além em suas acusações, não citando apenas os dois bispos, indicou a ordem dos dominicanos como outra porta para a “infiltração comunista” no seio da Igreja. Trouxe à lembrança acontecimentos passados no Brasil citando a penetração comunista “nos conventos dominicanos, principalmente no Rio e em

113 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

114 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977.

115 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977.

116 *Idem*.

São Paulo”, recordando o caso de Marighella.¹¹⁷ Não à toa mencionou essas memórias ainda vívidas no imaginário dos brasileiros, principalmente levando em consideração o público dos jornais que se referem à classe média das grandes cidades. Isto influenciava a população, precipitadamente, a condenar essas atuações dos padres e bispo ligados aos movimentos do campo.

Além disso, ele faz uma separação entre a política e o comunismo, ao recusar-se a “fazer comentários sobre o momento político” e chamando atenção apenas “para o perigo do comunismo”. No entanto, sugeriu uma disputa político-ideológica ao afirmar: “Não jogamos futebol sozinhos. Os times russo e chinês estão aí. Eles enfraquecem o país, para depois devorá-lo...”.¹¹⁸ Para D. Sigaud, esta ação do inimigo era visível na figura de D. Casaldáliga; argumentou na Conferência da CNBB em Itaiaci/SP de 1977, o episcopado brasileiro demonstrou total repulsa às ações dos acusados. Na reunião em questão, foi aprovado o documento *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*, segundo o Arcebispo de Diamantina se trata dos “aspectos da moral cristã aplicados à política, reconhecendo as normas comuns da ética, de um lado e, de outro, respeitando as exigências da Segurança Nacional”.¹¹⁹ Associou e defendeu a necessidade de estarem alinhadas as ações da Igreja aos interesses do Governo, sugerindo uma aproximação de ambas instituições. Em concordância com as ideias de Dom Sigaud, para Dom João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte, o documento divulgado pela CNBB seria uma denúncia ao Governo “na mediada em que apresenta princípios que não são respeitados” dentro da própria Igreja.¹²⁰ Apesar de Dom João Resende não citar exemplos concretos, deixou a entender ciência dos acontecimentos, não somente sob a atuação de D. Pedro Casaldáliga. Por isso, acrescentou representar o documento “uma feliz enumeração de princípios políticos, pois pode vir a iluminar as decisões dos responsáveis pela ordem política no país”.¹²¹

Para os arcebispos de Belo Horizonte e de Diamantina, em Minas Gerais, o progresso e o desenvolvimento do país exigiam “um Governo forte e de exceção e sacrífico de todos”.¹²² Entretanto, esse sacrifício recairia desproporcionalmente sobre uma parcela restrita de

117 *Ibidem*.

118 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

119 *Idem*.

120 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977

121 *Idem*.

122 *Ibidem*.

indivíduos, cujos esforços e renúncias acabaram por beneficiar um determinado conjunto social. Apesar disso, D. Geraldo Sigaud não deixaria de colocar Casaldáliga em suas orações, para a mudança de suas ideias e posicionamentos.¹²³

Mas o quê, especificamente, Dom Pedro Casaldáliga defendia?

3.2.2. Os alvos atingidos

Desde 1968, D. Geraldo Sigaud já dava entrevistas atacando seus colegas do clero, em especial, o movimento da Juventude Operária Católica (JOC) e dois de seus colegas de episcopado, Dom Candido Padim e Dom Helder Câmara; buscava sustentar a argumentação destes serem complacentes com os agitadores e subversivos; e, com isto, estariam “abrindo as portas da América Latina ao comunismo”.¹²⁴ Coincidentemente, no mesmo ano da chegada do catalão D. Pedro Casaldáliga ao Brasil, ainda em janeiro. A partir desse momento, D. Sigaud começou a perseguir e mapear as ações de Pedro Casaldáliga. Em sua entrevista mencionou tão logo Dom Pedro elevado a bispo, “alguns representantes dos latifundiários procuraram a Nunciatura Apostólica, tentando impedir a sagração”.¹²⁵

Tal reação dos agropecuaristas possivelmente resulte das ações desenvolvidas na Prelazia de São Félix, desde sua chegada ao Brasil, momento no qual Casaldáliga passou a documentar e denunciar as injustiças e arbitrariedades cometidas na região de Mato Grosso e de Goiás. Isso se desdobrou em uma campanha nacional pela sua expulsão do país: “era marxista e incentivava índios e posseiros à rebelião”.¹²⁶ Para se ter uma impressão da gravidade alcançada pelo caso, segundo a Polícia Federal, houve mais de uma tentativa de recrutar pessoas para participar de um plano de assassinato contra D. Pedro Casaldáliga.¹²⁷ Ou seja, havia uma mobilização social voltada para eliminar uma liderança religiosa cujas ações se limitavam à pregação da fé cristã, baseada na igualdade, e à defesa dos pobres e desfavorecidos.

Dom Sigaud denunciou os principais focos comunistas se manifestam no Conselho Indigenista Missionário (CIMI), sob a liderança

123 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977.

124 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

125 *Idem*.

126 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

127 *Idem*.

de D. Casaldáliga e D. Balduino, mas também chama atenção para os trabalhos realizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em certas dioceses, afirmando possuírem “um cunho esquisito”.¹²⁸ Para o conservador, na mão de alguns bispos progressistas, as CEBs “podem servir de instrumento para a preparação de uma insurreição, transformando-se em barril de pólvora”.¹²⁹ Ele via o CIMI e as CEBs como centros guerrilheiros treinando os civis para uma iminente guerra, para a revolução e derrubada do regime militar. Dessa forma, fez um apelo ao governo para observar de perto os movimentos desses prelados.

Dom Tomás Balduino também foi alvo de outras acusações proferidas pelo Secretário de Segurança de São Paulo. O Coronel Erasmo Dias, se baseando numa carta apreendida e divulgada de D. Balduino a um preso político, acusou-o de comunista por assumir uma posição favorável à questão dos indígenas e dos posseiros na região de Goiás Velho.¹³⁰ Dom Sigaud em complemento ao comentário do Secretário, afirmou Balduino apresentar “uma atividade passional da qual até os próprios missionários discordam”.¹³¹

Dom Tomás Balduino enfatizou o papel da FUNAI, enquanto repartição do Ministério do Interior, estava à disposição do desenvolvimento das grandes empresas, nacionais e multinacionais, do ramo agropecuário. Por outro lado, o CIMI se consolidou como uma instituição inteiramente voltada para a questão e a causa dos indígenas, especialmente da região amazônica; logo emergiu uma grande tensão política, pois para as grandes empresas e a FUNAI, esses povos eram considerados um obstáculo, um empecilho ao “desenvolvimento” e ao “progresso” do país.¹³²

Esse clima acentuado de tensão entre as empresas e os missionários expôs os conflitos no campo, onde diversas populações estavam sendo oprimidas em nome do “desenvolvimento”. Mas também, exacerbou as contradições internas da Igreja Católica no Brasil.

Na carta apreendida pelos órgãos de segurança, Dom Tomás Balduino escreveu a alguns representantes da CNBB, comentando sobre a situação política do país “declaram a guerra anti-subversiva contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da

128 *Ibidem*.

129 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977.

130 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

131 *Idem*.

132 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

organização da sociedade”.¹³³ Tudo isso foi feito em nome da luta contra o comunismo e do impulso ao desenvolvimento econômico, colocando os movimentos progressistas ainda mais sob a mira dos órgãos de segurança aparelhados pelo governo.

A interceptação e violação de correspondências pessoais, bem como a sua divulgação, evidenciam o *modus operandi* dos aparelhos de segurança e repressão do Estado, que estavam observando e perseguindo esses líderes religiosos de perto. Vale lembrar o Departamento dos Correios e Telégrafos criou regulamentação própria com aspectos da legislação referente às correspondências consideradas subversivas e as agências contavam com uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI).¹³⁴

3.2.3. O campo é a batalha

D. Geraldo Sigaud acusou os prelados Dom Tomás Balduino e, mais diretamente, Pedro Casaldáliga pelas tensões em curso entre a Igreja e o governo nas regiões de Mato Grosso e Goiás. Segundo Sigaud, “o clima em que vive a igreja de São Félix de Araguaia, em Mato Grosso, é nocivo ao restabelecimento de boas relações entre o Clero e o Governo”.¹³⁵ De fato, em suas entrevistas aos jornais, foi possível traçar algumas das chamadas “más relações” no campo.

O arcebispo de Diamantina apontou Pedro Casaldáliga como o principal responsável pela morte de dois missionários do CIMI na região, padre João Bosco Penido Burnier e padre Rodolfo Lunkenbein, morto junto ao indígena Simão Bororo; ele afirmou ser a implicância de Dom Pedro contra os proprietários rurais “a causa dos confrontos que acabaram provocando as mortes de dois sacerdotes”.¹³⁶ Isso porque Dom Pedro Casaldáliga enfrentava os grandes proprietários de terra, referindo-se a eles em seus escritos como “prostitutas presunçosas e porcos cevados” ao denunciar as arbitrariedades por eles cometidas.¹³⁷ No entanto, essa acusação feita aos proprietários rurais também ofendia Dom Sigaud, à época empresário, possuindo uma cooperativa no Vale do Jequitinhonha e dedicando suas terras à cria-

133 *Idem*.

134 BRASIL. Departamento dos Correios e Telégrafos. CIRCULAR SECRETA Nº 001/65-GAB-IPG. 13 de setembro de 1965. Arquivo Nacional. [Grifo original]

135 *Ibidem*.

136 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977.

137 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

ção de caprinos.¹³⁸

Esse clima de repressão policial também se manifestou no caso de Dom Estevão Cardoso Avelar, bispo atuante no meio rural. Dom Sigaud mencionou o envolvimento do religioso nos conflitos da região de Conceição do Araguaia: “o caso dele foi questão de polícia e não de política”.¹³⁹ Além disso, para ele, o problema teria surgido pelo fato de o bispo pertencer à ordem dominicana; isto é, representava um dos focos da “invasão comunista”.

O arcebispo D. Sigaud tentou a responsabilizar seus colegas do episcopado pelos conflitos, jamais atribuindo responsabilidade ao governo, às forças armadas ou à ação criminosa dos agropecuaristas. Essa postura revelou claramente a quem e quais ideias arcebispo defendia. Tampouco ao sistema econômico e fundiário, cada vez mais concentrador da riqueza.

As denúncias feitas pelo Bispo de Propriá, Dom José Brandão de Castro, tornam-se um caso de exemplo, apesar de brevemente citada na matéria do *Jornal do Brasil* (1977). Dom José denunciou à imprensa o despejo de duas mil famílias de posseiros de suas terras, abandonadas à própria sorte, a enfrentar a fome “desde o início das obras de irrigação” realizadas pela empresa Codevasf, no Vale do Rio São Francisco.

Em resposta às denúncias apresentadas pelo bispo de Propriá, o bispo auxiliar de Aracaju/SE, Dom Edvaldo Amaral, recusou-se a comentar sobre os conflitos ocorridos naquela diocese, limitando-se a afirmar: “É um problema restrito à diocese de Propriá”.¹⁴⁰ No entanto, observa-se esse não era um caso isolado, mas estava diretamente relacionado a outros conflitos ocorridos na região Centro-Oeste pela expansão dos grandes empreendimentos agropecuários.

Dom Edvaldo Amaral, ao mencionar a reunião da CNBB em Itaici/SP, acrescentou haver um consenso geral entre os bispos brasileiros em relação à confiança no governo Geisel. Para o bispo o então Presidente da República, Ernesto Geisel, “enviaria todos os esforços para resolver qualquer tensão que surgisse entre a Igreja e o Estado”.¹⁴¹ Esse foi outro ponto destacado por D. Geraldo Sigaud em suas declarações, para quem as autoridades do governo acompanham de perto a atuação dos Bispos ligados aos movimentos do campo, “mas

138 *Idem.*

139 *Ibidem.*

140 *Ibidem.*

141 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977

não se sabe até onde irá a paciência”.¹⁴² Assim, as disputas e tensões em torno do direito à terra do campo tornam-se evidentes nos conflitos entre os missionários e os agentes do governo.

Foi nesse contexto onde D. Sigaud insistiu junto ao governo com o apoio da Igreja, para afastar D. Pedro Casaldáliga de seu cargo de Bispo em São Félix do Araguaia e o expulsasse do país.¹⁴³ Seu objetivo foi enfraquecer e fragmentar o movimento eclesial contrário às arbitrariedades do regime. Além disso, ele advertiu: “caso esses bispos não mudem radicalmente de posição, as consequências com o Governo serão as piores possíveis”, deixando evidente sua oposição direta aos prelados engajados nas causas sociais.¹⁴⁴

3.3 A IGREJA EM CHAMAS FRIAS

As denúncias feitas pelo arcebispo de Diamantina, D. Geraldo Sigaud, aos jornais, geraram novos conflitos no clero católico brasileiro, onde diversos religiosos começaram a se posicionar publicamente frente às acusações levantadas. A divisão e o clima de tensão no episcopado ficam evidentes na imprensa, com acusações seguidas publicadas em periódicos de repercussão nacional, como *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*.

3.3.1 O Santo escândalo

No dia 14 de fevereiro de 1977, repercutiu na imprensa a declaração do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles; n’*O Globo*, afirmou terem chegado ao Vaticano as denúncias de Dom Sigaud. Ao regressar de Roma, no dia anterior à publicação da matéria, D. Eugênio afirmou ter levado ao conhecimento do Papa Paulo VI os últimos acontecimentos no Brasil.¹⁴⁵ Impossibilitado de se encontrar com o Papa, Dom Eugênio enviou um relatório, revelando antes o conteúdo para o presidente da CNBB, o cardeal Dom Aloísio Lorscheider, presente em Roma para o próximo Sínodo da igreja romana: “o assunto está em tramitação e não pode prever seu desfecho, mas a Santa Sé, com absoluta tranquilidade e evidente sigilo, dá a garantia

142 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977.

143 *Idem*.

144 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

145 Reportagem do jornal *O Globo*, 14 de fevereiro de 1977.

de uma solução próxima”.¹⁴⁶ Enquanto isso, os bispos auxiliares de D. Geraldo Sigaud, indicaram o pedido da CNBB ao arcebispo de Diamantina para comprovar as acusações feitas contra os prelados D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino.¹⁴⁷ Após a Assembleia da Confederação dos Bispos do Brasil em Itaici, Dom Sigaud afirmou possuir mais documentos a respeito das acusações feitas contra os dois Bispos.

Os auxiliares do arcebispo de Diamantina, alegaram que D. Sigaud teria de viajar a Brasília para entregar tais documentos comprobatórios e “somente quando ele voltar de Brasília é que ele revelará o conteúdo esses documentos”.¹⁴⁸ Duas semanas após estas alegações, outra matéria do mesmo *O Globo*, mostrou um possível silêncio D. Eugênio Salles frente à situação da “infiltração comunista” no país. Segundo o arcebispo, nas Comunidades Eclesiais de Base do Rio de Janeiro não existia tal problema alegado por D. Sigaud: “caso venham no futuro a se desviar, compete ao bispo corrigi-las”.¹⁴⁹ Mas em relação as denúncias diretas de D. Sigaud, preferiu guardar silêncio, “entretanto não significa indiferença”.¹⁵⁰ O jornal *O Globo* também apresentou depoimentos de mais três bispos em sua reportagem sobre o tema; isto, logicamente, causou grande repercussão na Igreja Católica. A presença dessas declarações mostrava a existência de diferentes posicionamentos dentro do episcopado em relação ao assunto.

O arcebispo Dom José Gonçalves, da arquidiocese de Niterói, se manteve em silêncio sobre tais acontecimentos “por questão de ética e consciência”.¹⁵¹ No entanto, não afirmou ter agido D. Sigaud por falta de ética: “seria uma falta de ética comentar um assunto sobre o qual não li nenhuma notícia e nem sei do que se trata”, considerando-se o fato destas discussões e acusações sequer terem sido tocadas na reunião em Itaici/SP.¹⁵²

Por isso, concluiu, os três bispos envolvidos no caso, Geraldo Sigaud, Pedro Casaldáliga e Tomás Balduino, por serem bispos consagrados, merecem toda consideração de suas respectivas visões e posicionamentos. Em semelhança, monsenhor José Maria Tapajós, ex-membro da Pontifícia Comissão da Reforma do Código do Direito

146 *Idem.*

147 *Idem.*

148 *Ibidem.*

149 *Ibidem.*

150 Reportagem do jornal *O Globo*, 14 de fevereiro de 1977..

151 *Ibidem.*

152 *Ibidem.*

Canônico e diretor do grupo de jovens na paróquia de Nossa Senhora de Lurdes, em Vila Isabel, afirmou admirar “os três homens envolvidos nesta história e eles merecem confiança”.¹⁵³ No entanto, teria se dito estarrecido com tais publicações feitas pela imprensa: “Meu Deus! A Igreja tem tantas coisas bonitas para serem mostradas, e os jornais vão logo explorar assuntos como estes?”.¹⁵⁴ Condenou informações e publicações divulgadas antes de serem confirmadas, pois as notícias podem criar versões deturpadas sobre um fato.

Monsenhor Tapajós ainda mencionou conhecer D. Geraldo Sigaud desde sua infância e afirmou ser o arcebispo um “homem de grande virtude e grande santidade”.¹⁵⁵ Entretanto, traçou alguns comentários sobre a possível confirmação das acusações feitas por D. Sigaud. Disse caso os conflitos se comprovassem verdadeiros, “tudo será resolvido entre irmãos, fraternalmente, pois nossa missão não é desunir e sim unir, dialogar”. Acrescentou ainda, se D. Sigaud utilizou a palavra comunista, “foi em termo pejorativo e não como comunista, comunista, entende? Pode ter falado algo no sentido da ‘inocente útil’, mas mesmo acho difícil”.¹⁵⁶

Ao empregar a expressão “inocente útil” para se referir ao comunismo, monsenhor Tapajós sugeriu ser o discurso anticomunista de Dom Sigaud não apenas uma crítica ideológica direta. O uso desse termo indicaria o ataque de Sigaud aos bispos ligados ao CIMI e às Comunidades Eclesiais de Base como uma estratégia retórica: o comunismo foi apresentado como um inimigo comum para justificar determinadas posições dentro da Igreja. Assim, Tapajós deu a entender a instrumentalização da temática do comunismo no discurso de Sigaud, utilizando-a como meio para alcançar objetivos mais amplos ou defender interesses específicos, e não necessariamente por uma preocupação genuína com a doutrina comunista em si.

Além disso, monsenhor Tapajós comentou: “em trâmites legais procura-se apurar a verdade”.¹⁵⁷ Para ele existiam recursos de defesa e acusação, e que os bispos D. Pedro e D. Tomás poderiam recorrer ao Tribunal Eclesiástico, “mas eles não farão isso, pois são homens de Deus e tudo se resolverão fraternalmente”.¹⁵⁸ Ainda assim, alertou para o caso dos bispos ser um assunto para se resolver diretamente

153 *Idem*.

154 *Idem*.

155 *Idem*.

156 Reportagem do jornal *O Globo*, 14 de fevereiro de 1977.

157 *Idem*

158 *Idem*

com o Papa; e presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, teria pedido comprovações de Dom Geraldo Sigaud foi no intuito de “ajudar ao outro, porque não existe nenhuma autoridade maior sobre um bispo, com exceção do Papa”.¹⁵⁹

As posições do subsecretário da CNBB, padre Virgílio Leite Uchoa, no entanto, destoam das outras declarações. Ao oposto da imparcialidade de seus colegas anteriores, padre Uchoa, afirmava existir falta de ética e de bom senso por parte de D. Geraldo Sigaud ao acusar outros bispos de comunistas. Ele ressaltou ainda, a CNBB não recebeu nenhuma notícia sobre esse episódio, mas o cardeal D. Aloísio Lorscheider encaminhou um telegrama à D. Sigaud questionando a veracidade de suas acusações.¹⁶⁰

No entanto, o padre Uchoa advertiu se D. Sigaud “confirmar essas acusações, isto será encarado como uma arbitrariedade, porque, de uma hora para a outra, qualquer pessoa ligada à Igreja poderia ser alvo de uma acusação dessa espécie”.¹⁶¹ E acrescentou, caso isto ocorresse o arcebispo estaria ferindo a todos os colegas do episcopado.

3.3.2 Em defesa dos bispos

No dia quatro de março de 1977, *O Estado de São Paulo* publicou uma nova matéria intitulada “Em defesa dos bispos”. Contudo, em vez de representar uma defesa efetiva, o texto acabou reforçando as mesmas acusações apresentadas em reportagens anteriores do próprio jornal. Com as críticas tecidas, o jornal saiu em defesa dos Bispos D. Pedro e D. Tomás Balduino afirmando: “no momento em questão são eles alvo de uma lamentável campanha de descrédito e ataques: tanto mais lamentável por partir do seio do próprio episcopado”.¹⁶² Esse comentário se refere aos posicionamentos de outros religiosos surpreendidos frente às denúncias e de seus pronunciamentos públicos.

O jornal anunciou, sem exageros, a possível subversão por parte dos Bispos ligados ao CIMI, “aliás, são eles próprios que o dizem, o primeiro clara e explicitamente e o segundo implícita, mas nem por isso menos claramente”. E em concordância com D. Geraldo Sigaud, pois o arcebispo de Diamantina apenas repetiu, “em uma demonstra-

159 *Idem.*

160 *Idem.*

161 Reportagem do jornal *O Globo*, 14 de fevereiro de 1977

162 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977.

ção de respeito”, o que os próprios prelados declaram.¹⁶³

Para confirmar tal argumentação, citaram trechos das poesias escritas e publicadas por D. Pedro Casaldáliga, nas quais o Bispo afirmava ter “fé de guerrilheiro e amor de revolução”; e isto poderia significar a incitação do povo a subverter o sistema “contra o Poder e o Dinheiro”. O bispo do Araguaia teria se colocado ao lado dos comunistas e socialistas “mais radicais” por amaldiçoar a as propriedades privadas e parafrasear a insígnia nacional: “Ordem de mal e ao Progresso de mentira”.¹⁶⁴ Já contra D. Tomás Balduino pesavam acusações de simpatizar com ideias consideradas subversivas, evidenciadas em uma carta enviada a um preso político, e interceptada pelos órgãos de segurança, além de sua afinidade com o pensamento de D. Pedro Casaldáliga. O jornal ainda complementou as comunidades eclesiais de base, apontadas na denúncia de Dom Sigaud, como “um barril de pólvora”: “fazem parte da estrutura do movimento comunista” ao estarem subordinadas nas mãos destes bispos.¹⁶⁵

Dessa forma, colocou como “lamentável” a campanha de “descrédito” contra os dois Bispos, onde o secretário da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, “vem a público dizer que os dois bispos não são comunistas”, quando na verdade, os mesmos afirmavam sê-lo. E acrescentou, as denúncias feitas por Dom Sigaud: “não se trata nem de acusações nem de declarações atribuídas a alguém, mas apenas de uma confissão escrita e publicada por D. Pedro Casaldáliga”.¹⁶⁶

Para o jornal “não deixa de ser constrangedora essa divisão do episcopado” ao colocar em dúvida a sinceridade de D. Pedro Casaldáliga, “se ele diz que é subversivo é porque de fato é. Ou será que, de todos os bispos do Brasil, só D. Sigaud acredita nele?”.¹⁶⁷ Isso deixou clara a posição do próprio jornal frente ao assunto da suposta invasão comunista no Brasil. Sobre as alegações feitas por D. Geraldo Sigaud, o único ponto carente de reparo é seu pedido de intervenção para “o governo tente obter do Vaticano a remoção do bispo de São Félix”, pois sendo um Estado soberano, não precisava da permissão de nenhuma outra instituição para remover “um estrangeiro indesejável” de suas fronteiras nacionais. Mas por ser um assunto da Igreja, o governo “prefere não interferir, contanto que também ela não interfira em

163 *Idem*

164 *Idem*.

165 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1977..

166 *Ibidem*.

167 *Ibidem*.

assuntos da estrita competência do Estado”.¹⁶⁸ Ou seja, desde que os segmentos ligados à Igreja não “atrapalhassem” no desenvolvimento do país estaria tudo bem. No entanto, se um bispo confessou publicamente conclamar o povo à subversão do regime autoritário, o governo “não só tem o direito, mas também o dever de agir em defesa de seus legítimos interesses”.¹⁶⁹ Desta maneira, o jornal legitimaria a ação do Estado contra os missionários.

Em reação à denúncia de D. Sigaud e à matéria d’*O Estado de São Paulo*, em 17 março de 1977 o clero da Paraíba publicou uma nota no *Jornal do Brasil*, repudiando o afastamento de Pedro Casaldáliga e Tomás Balduino de seus cargos: “constatamos que agora a repressão não parte só dos grandes proprietários de terra e dos órgãos de segurança, mas também até de um membro do próprio Episcopado”.¹⁷⁰

A nota de repúdio foi assinada por mais de 73 religiosos e religiosas do clero da Paraíba. O Bispo auxiliar da Arquidiocese de João Pessoa, Dom Marcelo Carvalheira, observou nas acusações lançadas por Dom Sigaud como estratégia política; não era a figura do arcebispo em si, mas em como o seu discurso chamava “a atenção para grupos ideológicos que procuram se utilizar das declarações daquele prelado para combaterem a posição da Igreja em defesa do povo, em defesa dos oprimidos”.¹⁷¹

Ou seja, o discurso anticomunista de D. Sigaud se tornou também material à repressão, ao ser utilizado para legitimar as arbitrariedades contra as camadas populares e trabalhadoras. Dessa forma, aqueles religiosos atuantes em prol dos interesses dos grupos dominantes instrumentalizam argumentos para fins políticos-ideológicos para justificar “no futuro próximo, medidas ainda mais repressivas contra o povo brasileiro”.¹⁷²

O clero da Paraíba saiu em defesa dos bispos de São Félix do Araguaia e de Goiás Velho, acreditando no compromisso cristão dos dois prelados para com a luta “incansável pela libertação dos pequenos: os índios, os camponeses, os presos, enfim, todos os brasileiros trabalhadores e oprimidos”.¹⁷³ À medida da conscientização sobre sua condição, os pobres tornar-se-iam uma força libertadora e revolucionária, conquistando seu espaço e voz no mundo. Por isso, se solidari-

168 *Ibidem*.

169 *Idem*.

170 Reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1977.

171 *Idem*.

172 *Ibidem*.

173 *Ibidem*.

zaramm com o povo dessas prelazias, pois lutam pela construção de uma sociedade mais justa e voltada para os interesses populares.

Em semelhante defesa, a Arquidiocese de Recife também criticou a atuação de D. Geraldo Sigaud; em uma publicação da *Folha de São Paulo*, no dia 10 de abril de 1997, asseverou: “emprestou a sua voz a acusações genéricas a vastos setores da Igreja rebatendo teclas por demais usadas e já tantas vezes contestadas”.¹⁷⁴ Isto porque D. Sigaud “negou-se a apresentar os documentos que considera incriminadores” sobre os bispos acusados do CIMI. A pedido do Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, e do presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, o arcebispo Geraldo Sigaud não abordou o assunto do documento com a imprensa. No entanto, “o arcebispo preferiu falar sobre a infiltração comunista no laicato e no clero, no mundo e no Brasil”.¹⁷⁵

Na entrevista em questão, D. Geraldo Sigaud, admitiu ter sido sugerida por altas patentes militares e ter contado com a “cooperação da 4º divisão do Exército na realização da entrevista”. Além disso, no dia da entrevista o palácio arqui episcopal estava guardado “por seis soldados do 3º batalhão da PM, sob alegação de que, mesmo identificados, alguns jornalistas poderiam atentar contra a segurança do arcebispo”.¹⁷⁶

Essa a entrevista concedida por D. Geraldo Sigaud contou com influência direta de autoridades militares e medidas de segurança reforçadas, evidenciava a intervenção do Estado na imprensa e a proteção militarizada de líderes religiosos defensores do regime. Nesse sentido, as notícias da imprensa não devem ser vistas apenas como um registro neutro ou objetivo do passado, como se simplesmente documentasse os acontecimentos. Ao contrário, refletem uma perspectiva social específica, moldando e interpretando os eventos a partir do lugar social por ela ocupado¹⁷⁷. Ou seja, a imprensa não apenas informava, mas também construía a realidade social ao produzir sentidos e narrativas sobre o mundo. Além disso, a negativa por parte de D. Geraldo Sigaud a entregar as provas contra D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino à imprensa, se deu em obediência ao pedido do Núncio Apostólico e do Presidente da CNBB, mantendo a questão em âmbito institucional, ao entregar a eles um dossiê de arquivos sobre as pretensas ações comunistas dos bispos.

174 Reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, 10 de abril de 1977.

175 Reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, 10 de abril de 1977.

176 *ibidem*.

177 VIEIRA, Maria do Pilar *et al.* *Imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História, São Paulo, 1984.



003

Brasília, 30 de março de 1977.

Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel,
Digníssimo Presidente da República
Palácio do Planalto - Brasília

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Tenho a grande honra de passar às honradas mãos de Vossa Excelência uma cópia do RELATÓRIO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS MEIOS ECLESIASTICOS DO BRASIL, de minha autoria, acompanhado dos documentos em que o mesmo se baseia.

Este Relatório, com seus documentos, foi por mim entregue ao seu destinatário, o Exmo.Sr.Núncio Apostólico, no dia de hoje.

A intenção que me move ao entregar cópia deste trabalho a Vossa Excelência é levar ao conhecimento do Governo da União o grave problema que o Relatório focaliza.

Invocando as bênçãos divinas sobre a pessoa de Vossa Excolência, sua Família e seu Governo, subscrevo-me,

respeitosamente,

D. Geraldo de Proença Sigaud

D.Geraldo de Proença Sigaud
Arcebispo de Diamantina



Carta de Dom Geraldo de Proença Sigaud ao presidente Ernesto Geisel apresentando o dossiê sobre a suposta subversão na Prelazia de São Félix do Araguaia
Fonte: BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Dossiê sobre a infiltração comunista. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

ASPECTOS DA “INFILTRAÇÃO COMUNISTA” NOS MEIOS ECLISIÁSTICOS DO BRASIL

Por ocasião dos confrontos na imprensa nacional a partir das denúncias dos colegas de episcopado por parte de Dom Geraldo da Proença Sigaud, em 25 de março de 1977, o bispo anticomunista enviou para o Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco e para o presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider um relatório com quatro pastas de documentos sobre o que caracterizava como aspectos da “infiltração comunista” na Igreja do Brasil.

Esse movimento foi uma resposta ao pedido das autoridades religiosas para a comprovação das acusações feitas através dos jornais após a Assembleia Geral da CNBB com o alerta sobre uma certa “infiltração comunista” no clero católico. Para Dom Geraldo Sigaud alguns bispos estavam articulando em sigilo um anteprojeto de documento político da Igreja, cujo conteúdo podia gerar conflito com o governo.

No entanto, o texto sigiloso vazou inesperadamente e foi publicado integralmente pela *Folha de São Paulo*, causando forte indignação entre os bispos conservadores. Segundo a perspectiva de D. Sigaud, a CNBB não tinha investigado oficialmente o caso, mas afirmava internamente a responsabilidade de D. Pedro Casaldáliga pelo vazamento. Dessa forma, D. Sigaud não se limitou a recorrer à imprensa para denunciar os bispos, como cinco dias depois de atender ao pedido do Núncio, em 30 de março de 1977, também fez uma cópia de seu relatório para entregar ao então Presidente da República, Ernesto Geisel.¹⁷⁸

Este capítulo analisou o relatório escrito pelo próprio D. Geraldo da Proença Sigaud e apurado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). O documento expressa a própria visão e posicionamento do arcebispo frente aos movimentos realizados pela ala progressista da Igreja Católica, em especial as ações dos representantes do CIMI na figura de D. Pedro Casaldáliga; para D. Sigaud estes movimentos representavam um grande ato de subversão e de

178 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

risco à segurança nacional, isto levou-o a pedir a intervenção do governo, ou seja, dos militares.

O problema não está apenas no discurso anticomunista, mas nas ações concretas dele decorrentes. Afinal, qual a justificativa para um membro do Episcopado brasileiro denunciar seus próprios semelhantes ao governo? O que ele considerava como “infiltração”, de acordo com as afirmações presentes em seu relatório? Essas atitudes revelam, na prática, a concretização do discurso anticomunista, transformando palavras em instrumentos de perseguição e violência.

A questão vai muito além do simples discurso contra o comunismo. Tratava-se de um conflito pela posse da terra, marcado pelo genocídio de povos indígenas e pela morte de posseiros e pequenos produtores rurais. Ou seja, era a luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos.

O Estado enxergava a ação da Igreja, em especial os segmentos comprometidos com causas sociais, como uma possível ameaça ou foco de contestação no regime. Ou seja, a defesa de direitos humanos, da reforma agrária e dos povos indígenas era interpretada pelos órgãos de repressão não como expressão de solidariedade cristã, mas como indício de subversão ou influência ideológica “infiltrada”.¹⁷⁹ E, dentro dessa lógica, os militares começaram a configurar a atuação dos missionários ligados ao CIMI, como grave ameaça aos interesses nacionais e à segurança nacional.¹⁸⁰ Assim, quando D. Geraldo Sigaud confirmou a participação do Exército em suas entrevistas, revelou a atuação do Exército com parte da Igreja contra os bispos.

Além disso, mesmo antes das entrevistas, D. Sigaud já tinha familiaridade com as Forças Armadas. Em 1970, Sigaud deu uma palestra para generais e oficiais do Exército informando sobre a subversão de padres comunistas nos meios eclesiais. Isto denota a disputa político-ideológica na própria Igreja, onde figuras do clero, como D. Sigaud, combatiam e denunciavam ferrenhamente ações consideradas “comunistas”.

Quando D. Geraldo da Proença Sigaud escreveu seu *Relatório sobre alguns aspectos da infiltração comunista nos meios*

179 FICO, Carlos. Como eles agiam. *Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

180 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024.

eclesiásticos do Brasil e encaminhou uma cópia para o presidente da República, o intuito foi “levar ao conhecimento do Governo da União o grave problema que o Relatório focaliza”.¹⁸¹

O relatório foi entregue ao Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco, após dois telefonemas do arcebispo D. Sigaud, nos dias 2 e 5 de março de 1977. Na ligação, o Núncio teria pedido três coisas: 1) a confirmação da veracidade da notícia dos jornais, 2) e a comprovação com os documentos nos quais se baseavam suas afirmações e 3) os motivos para a agir daquela maneira.¹⁸²

Ao mesmo tempo, pediu ao Bispo para não se pronunciar publicamente sobre o assunto, apesar da insistência dos jornais em lhe procurar. Isto porque o Núncio gostaria de evitar maiores instabilidades e tensões vindas da Igreja. No entanto, Dom Sigaud afirmou: “não pude me defender de muitas acusações que contra mim levantaram nem retificar muitas notícias inexatas. Fá-lo-ei, porém, depois de ter informado a essa Nunciatura Apostólica e à Santa Sé sobre a verdadeira versão dos fatos”.¹⁸³

Ao contrário do escrito em sua Carta Pastoral e em seu Catecismo, onde condenou todos comunistas como ateus e sem fé,¹⁸⁴ em suas afirmações ao Núncio Apostólico, mencionou não acreditar que D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino fossem “ateus ou irreligiosos”. Para ele, os bispos apenas “defendem teses comunistas e as procuram aplicar à sua ação”.¹⁸⁵ Deixou claro não se tratar o relatório um tratado de como tais bispos tentassem conciliar o catolicismo com o comunismo e nem a forma de governos na qual estes buscavam instaurar “sob o regime do ‘comunismo cristão’”. Mas afirmou com veemência sobre os adversários: “querem a derrubada do nosso Governo atual e a mudança radical do sistema de vida”.¹⁸⁶ Ou seja, religiosos progressistas tinham por objetivo fazer a revolução contra um sistema tradicional, conservador, economicamente liberal e de exceção.

181 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

182 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

183 *Idem*.

184 SIGAUD, Geraldo da Proença. *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Editora Vera Cruz, 2ª edição. São Paulo, 1963.

185 BRASIL, *op. cit.*, p.06.

186 *Idem*.

Dessa forma, ao longo de seu relatório apresentou documentos relacionados principalmente à atuação de D. Pedro Casaldáliga, uma vez que grande parte de suas acusações “é constituída de publicações feitas pelo próprio Bispo”.¹⁸⁷ Ele via na figura de D. Pedro um estrangeiro e líder revolucionário a arquitetar e incitar o movimento comunista por dentro na Igreja.

4.1 O REVOLUCIONÁRIO: D. PEDRO CASALDÁLIGA E SUAS IDEIAS

As principais provas consideradas incriminadoras por D. Geraldo Sigaud em desfavor de D. Pedro Casaldáliga são os seus escritos, em especial os livros de poesias por ele publicadas. Para o arcebispo D. Sigaud, os versos de D. Pedro não apenas continham suas ideias, mas reafirmavam sua posição político-ideológica.¹⁸⁸ Vale reiterar, o bispo conservador interpretava essa manifestação como propaganda comunista e não como o exercício legítimo da liberdade de pensamento e de expressão.

As publicações do bispo Pedro Casaldáliga, ou como ficou conhecido, “Bispo de vermelho” e “Bispo dos pobres”, tiveram grande repercussão na América Latina devido ao seu caráter libertador. A sua “poesia profética” foi alvo de alguns estudos das suas produções (livros, boletins, notícias, entrevistas e etc) em relação direta com o contexto da sua atuação na Prelazia de São Félix do Araguaia, região marcada por opressão social e econômica por parte dos grandes projetos agropecuários em franca expansão.

No entanto, o mesmo sentido libertador de seus versos, era interpretado por D. Sigaud como sinônimo de subversão. Dessa forma, o arcebispo fez uma apresentação cronológica dos livros e publicações de D. Pedro, nos quais baseia suas acusações, ressaltando sempre trechos das poesias por ele considerados de natureza contestatória e ameaça direta ao regime do Brasil. No livro intitulado *Tierra Nuestra Libertad*, publicado em 1974 na Argentina, D. Sigaud considerou o conteúdo das poesias de uma “violência impressionante”.¹⁸⁹

187 *Ibidem*.

188 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

189 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

De início, D. Sigaud fez referência ao prólogo escrito pelo padre Ernesto Cardenal, da Nicarágua, um “comunista” conhecido na América Latina. Cabe ressaltar, com os conflitos da Guerra Fria na América Latina, se manifestaram na ascensão de governos autoritários e em conflitos militares internacionais e também levaram à resistência e às revoluções, como no caso de Cuba (1959) e da Nicarágua (1962).¹⁹⁰

Nesse cenário, o padre Cardenal havia sido criticado e categorizado como uma possível ameaça comunista em um livro produzido pelo co-fundador da TFP, Plínio Oliveira, intitulado *A Igreja ante a Escalada da ameaça comunista: apelo aos bispos silenciosos* (1976). Assim, quando o arcebispo D. Sigaud insinuou a proximidade da figura desse padre “comunista” com D. Pedro Casaldáliga, o fez para evidenciar o ideal revolucionário das ações na região do Araguaia, a fim de “sublevar o povo contra os cidadãos e as instituições brasileiras”.¹⁹¹

A posição sociológica de D. Pedro sempre foi clara para D. Sigaud; o considerava um comunista militante desde sua juventude e, por isto, seria um ávido rebelde. Traçou paralelos dessa rebeldia com outra figura do comunismo na América Latina, o revolucionário Ernesto “Che” Guevara, por quem D. Pedro tinha grande admiração. Para o bispo conservador, o argentino estava “a serviço da revolução comunista de Cuba, que veio para a América do Sul para organizar a guerrilha e aqui implantar a ditadura comunista, cruel, sanguinária, totalitária, como hoje existe na infeliz Cuba”.¹⁹² Para D. Geraldo Sigaud, o bispo D. Pedro Casaldáliga estaria articulando para implantar o projeto da “ditadura comunista” no Brasil, através de uma revolução semelhante a ocorrida em Cuba. Isto seria de grande ameaça para ordem do regime militar, causando medo e desconfiança por parte dos órgãos de segurança do país em relação à atuação desse bispo.

Dom Sigaud deixou explícito o seu alívio com a morte de Che Guevara: “felizmente, as tropas bolivianas conseguiram derrotar a guerrilha e Che Guevara morreu em combate”.¹⁹³ No entanto,

190 VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Conflitos afro-asiáticos “quentes” da Guerra Fria: da revolução à guerra (anos 1970 e 1980)*. Revista Tempo e Argumento, vol. 13, núm. 32, 2021.

191 BRASIL, *op. cit.*, p.15.

192 *Idem*, p.16.

193 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.16.

não ficou menos preocupado com a ação de D. Pedro, a quem afirmou ter escutado o “chamado de Che Guevara” à revolução, dedicando-lhe um poema por ocasião de sua execução por militares bolivianos com apoio da agência de inteligência dos Estados Unidos. Para Sigaud, “esta poesia é uma profissão de fé comunista de quem quer imitar o guerrilheiro assassino”.¹⁹⁴

Isso porque o bispo D. Pedro Casaldáliga via na Igreja diversas situações carentes de revisão; dentre elas, o celibato “desvalorizado dentro da própria estrutura eclesial”.¹⁹⁵ Analista perspicaz, D. Pedro em seus escritos desferiu fortes críticas e denúncias às Forças Armadas, ao capitalismo, à produção em massa, a exploração do povo e ao desajuste social provocado pelo processo de produção em massa.¹⁹⁶ Ao olhar do arcebispo reacionário tal pensamento significava um ataque direto contra a Doutrina de Segurança Nacional, ao projeto de desenvolvimento do Brasil e da integração nacional, principalmente dos povos indígenas.

Durante década de 1970, o governo brasileiro tratou a Amazônia como área essencial à segurança nacional implementando projetos como a Transamazônica, o Programa de Integração Nacional (PIN), os polos de desenvolvimento e as frentes de colonização. Essa política de ocupação acelerada expressava dois objetivos principais: 1) integrar o território, para evitar a fragmentação ou ameaça externa e 2) explorar recursos naturais para sustentar o desenvolvimento econômico nacional.¹⁹⁷

O crescente interesse de potências estrangeiras, empresas transnacionais e organizações multilaterais pelos recursos amazônicos, gerou uma preocupação por parte do governo brasileiro e o levou a reforçar a militarização e a vigilância da região.¹⁹⁸ Entretanto, a implementação Doutrina de Segurança Nacional (DSN), inspirada em concepções estratégicas estadunidenses e difundidas na América Latina durante a Guerra Fria, foi adaptada ao contexto latino-americano com a ideia de inimigo interno.¹⁹⁹ Dessa forma, a Amazônia

194 *Idem*.

195 *Ibidem*, p.15.

196 *Ibidem*.

197 BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

198 *Idem*.

199 BORGES, NILSON. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, J.; DELAGADO, L. A (Orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura no Brasil: regime militar e movimentos sociais no final do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

como um território em disputa tanto econômica e política, quanto simbólica, passou a ser um elemento da geopolítica interna, associada à ideia de “integrar para não entregar”.²⁰⁰ E a noção de “inimigo interno” redefiniu toda a política de segurança nacional, a qual foi amplamente disseminada em vários aspectos da vida política, social, econômica, cultural e, também, religiosa da população.²⁰¹

A doutrina, o desenvolvimento econômico e a segurança nacional eram indissociáveis, consideradas necessárias para garantir o crescimento, a integração e a modernização do país. Assim, os movimentos sociais e indivíduos considerados uma ameaça ou um obstáculo frente ao “progresso”, passaram a serem alvos diretos das Forças Armadas.²⁰²

D. Pedro Casaldáliga acompanhou de perto o processo de (des)integração dos posseiros e dos povos indígenas do Mato Grosso com o avanço das fronteiras agrícolas sobre a Amazônia. Para ele, esse processo se caracterizava como uma “Nova Colonização” das terras que eram invadidas e roubadas para serem posteriormente “licenciadas pelo governo, para exploração e, portanto, a exploração do povo que habitam essas terras que ficam em um estado de assalariada prisão”.²⁰³

Em fevereiro 1974, o jornal “Voz” reproduziu uma declaração publicada por D. Pedro Casaldáliga em 1972 sobre a situação da Prelazia de São Félix do Araguaia, intitulado “*Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*”.²⁰⁴ Nele, D. Pedro estimava a população da Prelazia entre 50 a 60 mil habitantes, sobretudo composta por camponeses nordestinos, posseiros e indígenas, todos afetados pelo avanço do grande latifúndio.²⁰⁵ Segundo o bispo, todo o território de São Félix estava sobre a jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e justamente esta região foi direcionada à maioria empreendimentos agropecuários criados com os incentivos desse órgão:

200 BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

201 BORGES, *op. cit.*

202 *Idem.*

203 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.17.

204 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024.

205 BRASIL, *op. cit.*

A Agropecuária SUIA-MISSU S/A tem 300 mil alqueires, área 5 vezes maior do que o Estado da Guanabara. A CO-DEARA tem cerca de 200 mil hectares e a Agropastoril CAMPO VERDE com 65 mil hectares. E assim por diante. Isto é praticamente pago somente com os incentivos fiscais. No entanto, o colono sem terra que chega na Transamazônica, recebe um lote de 100 hectares, pelo qual terá que pagar 2.500 cruzeiros em vinte anos, a juros de 12%. É a aprovação oficial e financiada do grande latifúndio. É dinheiro subtraído ao Imposto de Renda devido.²⁰⁶

Neste cenário atuavam os bancos, entre eles o Banco Nacional, o Bradesco, Banco de Crédito Nacional e outros, vendendo as terras do Mato Grosso sem considerar o povo habitante daquele território.²⁰⁷ A condição de vida da população se tornou muito mais precária com o início das atividades da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Em *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos* (1982), Bertha Becker criticou a forma como o Estado conduziu a ocupação da região amazônica, priorizando grandes empreendimentos como hidrelétricas, mineração e a agropecuária. Isto levava ao incentivo governamental de migrações sem planejamento, gerando conflitos fundiários e expansão da fronteira agrícola.²⁰⁸

Era essa a realidade vivenciada pela população na Prelazia de São Félix do Araguaia e em outras regiões do Mato Grosso, onde os trabalhadores eram persuadidos por promessas de bons salários, condições adequadas, assistência médica e transporte gratuitos. D. Pedro Casaldáliga demonstrou o contrário; ao chegarem no local do trabalho, encontram apenas abandono, falta de moradia e a total ausência do que lhes havia sido garantido. O bispo denunciou o fato de muitas pessoas acabavam morrendo de forma anônima, sem qualquer contrato de trabalho, recebendo apenas vales, os quais garantiam as práticas de agiotagem. Esse cenário de profunda exploração e invisibilidade era garantido pela polícia local “utilizada para manter mais escravizados os peões”.²⁰⁹

No entanto, a Amazônia não poderia ser reduzida à lógica militar ou meramente desenvolvimentista como uma fronteira de re-

206 Reportagem do jornal *Voz*, fevereiro de 1974

207 *Idem*.

208 BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

209 Reportagem do jornal *Voz*, fevereiro de 1974.

cursos a serem explorados, mas como um território com populações, ecossistemas e culturas diversas.²¹⁰ Por esta razão, D. Pedro Casaldáliga, comprometido com esse mundo concreto e marginalizado, denunciava os fatos vividos e documentados por aqueles colocados ombro a ombro com esses povos.²¹¹

O Bispo pedia para toda a Igreja do Brasil se dedicar a cumprir um programa realista, por ela mesma assumido publicamente sobre os povos da Amazônia. Ele buscava uma cooperação para a desmitificação da propriedade privada, ao afirmar “urgir uma Reforma Agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem intoleráveis camuflagens”.²¹² Dom Pedro Casaldáliga, ainda deixava um alerta em sua declaração para nenhum cristão ofendido viesse a “qualificar esse documento como subversivo”.²¹³

Contudo, foi exatamente esta a reação de D. Geraldo Sigaud; para ele, o “ódio” de D. Pedro recaía sobre o Governo e todas as ações realizadas, em especial os programas de desenvolvimento. D. Pedro condenava as companhias que desbravavam e colonizavam a Amazônia, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) e também a Fundação Nacional do Índio. Vale lembrar, no período dos anos de chumbo estas instituições foram amplamente militarizadas, tanto pela lotação de militares nos cargos, como pela criação de instituições como a Assessoria de Segurança e Informações (ASI) e o Departamento Geral de Operações (DGO).²¹⁴

Assim, quando D. Pedro “amaldiçoou” os fazendeiros, o latifúndio e as Forças Armadas, D. Sigaud saiu em defesa desses que, na sua concepção, vinham “desbravar o sertão e trazer a civilização, os recursos, as estradas, a saúde”.²¹⁵ D. Pedro Casaldáliga também criticava essa falsa “civilização” ao escrever sobre Brasília e isto exaltou o sentimento nacionalista de D. Sigaud ao “ouvir um espanhol chamar Brasília de formosa prostituta, que nega ao povo o sol,

210 BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

211 Reportagem do jornal *Voz*, fevereiro de 1974

212 *Idem*.

213 *Idem*.

214 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024.

215 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.17.

a liberdade, a voz humana, a vida!”²¹⁶

Sobre o poema escrito por Casaldáliga, intitulado “Maldito seja o latifúndio”, D. Geraldo Sigaud afirmou ser uma confissão da subversão por parte do bispo, partidário do comunismo. No entanto, no jornal onde os versos foram reproduzidos, não foi citado o contexto sobre o qual D. Pedro escreveria tal desabafo e denúncia. O poema em questão foi escrito quando D. Pedro atuava juntos aos posseiros da missão de Santa Terezinha/MT, naquele momento, “perseguidos pelo Governo e pelo latifúndio”.²¹⁷

A região de São Félix do Araguaia/MT foi marcada por forte desigualdade social, concentração fundiária e conflitos entre posseiros e grandes proprietários. Durante a ditadura militar brasileira, essas tensões políticas se intensificaram, e a Prelazia emergiu como um ponto de resistência conforme perfil religioso-político. A teologia da libertação e a atuação profética do bispo configuravam uma cultura religiosa específica na Prelazia do Araguaia. Nesse sentido, suas produções por meio da Igreja, como orações, músicas, teatro popular e celebrações, foram utilizadas para reforçar o compromisso pastoral e político inseparável de uma missão teológica a privilegiar os pobres.²¹⁸

D. Pedro Casaldáliga, em seus escritos, chamou o ministro da fazenda Delfim Neto e o presidente da República de “Faraós”; além disto, aos agentes de segurança de “tiranos”. Para D. Geraldo Sigaud, isto era uma forma de incitar o povo humilde à revolução e à violência contra o regime; por isso, responsabilizou o bispo de São Félix do Araguaia pelo clima de tensão e conflitos entre os grandes latifundiários e a Igreja do Mato Grosso, ainda mais pelo fato de D. Pedro ter nomeado os proprietários das fazendas, como mencionado anteriormente, de “porcos” e “prostitutos presunçosos”.²¹⁹

D. Sigaud citou a indignação sentida pelos proprietários ao serem anunciados de tal maneira. Sendo ele um destes, afirmou: “ofende profundamente o sentimento dos brasileiros, criticando o lema de nossa bandeira: ‘E chamo a Ordem de Mal e o Progresso de Mentira’”. Esse apelo ao sentimento nacionalista no discurso de Dom Geraldo Sigaud, colocava em contraste a oposição das

216 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.18.

217 *Idem*, p.18.

218 VALÉRIO, Mairon Escorsi. *Entre a Cruz e a Foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia*. Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2007.

219 BRASIL, *op. cit.*, p. 19.

ações do bispo de São Félix para com a estrutura do governo. Isto é perceptível na forma como escreveu e se referenciou às declarações de D. Pedro; buscou sublinhar o teor revolucionário: “Ouçam bem. Malditas sejam todas as cercas, malditas todas as propriedades privadas. Malditas sejam todas as leis brasileiras que garantem a propriedade privada! Estamos em pleno comunismo”.²²⁰ São essas ideias expostas nos poemas de Pedro Casaldáliga, das quais D. Geraldo Sigaud dizia orientar não só a ação do bispo, mas a do próprio movimento comunista dentro da Igreja. Dom Sigaud considerava as publicações de D. Pedro uma propaganda comunista com o objetivo de convencer o clero brasileiro a agir contra a ação do Governo e dos fazendeiros, afirmando a própria liturgia ser “aproveitada para promover a luta de classes”.²²¹

Além dos livros, D. Pedro Casaldáliga escreveu em 1975 uma peça teatral em homenagem à inauguração da Catedral de São Felix, cujo texto foi reproduzido no boletim da Folha da Prelazia. Nessa peça, D. Pedro criticava a política de integração nacional pois desintegrou 10 milhões de famílias e os povos indígenas brasileiros de suas terras. Para o bispo anticomunista, “esta peça é uma violenta acusação contra a Igreja, contra os fazendeiros, e incita os índios e os posseiros ao ódio contra o Estado, as Forças Armadas, as Empresas”.²²²

O arcebispo de Diamantina, ressaltou o “veneno” dessas ideias de D. Pedro e quando seguidas por seus “agentes”, clérigos e leigos, criava o clima de conflitos no Araguaia.²²³ Em certa medida, deixa a entender a compreensão destes estarem infiltrados a serviço do movimento comunista na Igreja. Por esta razão não se limitou a culpar D. Pedro Casaldáliga por ter “colhido o fruto natural de sua ação subversiva: o assassinato de Pe. Rodolfo Lukenbein e depois o do Pe. João Bosco Penido Burnier”.²²⁴ Responsabilizou os próprios sacerdotes sob orientação de D. Pedro por este crime e por outros crimes análogos ocorridos naquela região.

O caso do Pe. Rodolfo Lukenbein aconteceu em julho em 1976, na aldeia indígena bororo de Merure/MT, onde fazendeiros e posseiros invadiram o local com o pretexto de solucionar o problema

220 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p. 22.

221 *Idem*, p.23.

222 *Ibidem*, p.24.

223 *Ibidem*.

224 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.28.

da demarcação e ocupação de terras na região.²²⁵ O episódio ficou conhecido como “Chacina de Merure” e foi liderado pelo fazendeiro João Marques de Oliveira, acompanhado de Manoel Borges da Silva, Bento Bispo²²⁶ e mais 59 homens chegaram na aldeia bororo insultando e a fazenda ameaças contra padre e os indígenas presentes.²²⁷

Segundo relatos de uma missionária testemunha do ocorrido, os invasores chegaram “em muitos carros, com armas à mostra, dizendo grosseiramente ao padre Rodolfo que não iam admitir a continuação das medições para demarcar as terras da reserva”.²²⁸ De forma diplomática, Pe. Lukenbein informou ao fazendeiro João Marques que a FUNAI havia atuado dentro da lei e “com o objetivo de resolver o problema da terra nos índios sem prejudicar os posseiros”.²²⁹

Entretanto, diante da incapacidade de um estabelecer diálogo, alguns invasores começaram a agir de forma violenta com o padre; este, ao defender-se com um empurrão, “recebeu o primeiro tiro, que lhe acertou as costas, no alto. O padre, surpreso, virou-se e recebeu mais dois tiros. Teve morte quase instantânea”.²³⁰ A partir desse momento iniciou-se um tiroteio generalizado por parte dos fazendeiros e posseiros contra os indígenas mais próximos sem respeitar homens ou mulheres, nem mesmo crianças.²³¹

O conflito resultou na morte do Pe. Lukenbein, do indígena Simão Pedro Bororo e do filho de um dos acusados, Aloísio Bispo; além do ferimento de vários outros indígenas bororos. José Avelino Gontijo, funcionário da empresa de demarcações Plantel, presente na hora do ataque ressaltou: “os homens se foram, porque já tinham cumprido sua obrigação, matando o padre e ferindo cinco índios”.²³²

O próprio delegado regional da Barra do Garça, na época, Capitão Moacir do Couto, alegava ser inevitável o conflito: “as questões de terra demoram muito a se resolver”.²³³ Deve-se levar em consideração, daquele conflito os culpados pela invasão só foram acusados e levados à júri em fevereiro de 1977.²³⁴

No entanto logo após o conflito em Merure, o presidente do

225 Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1977.

226 Reportagem do jornal *O Globo*, 17 de julho de 1976.

227 Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1977.

228 Reportagem do jornal *O Globo*, 17 de julho de 1976.

229 *Idem*.

230 *Ibidem*.

231 *Ibidem*.

232 Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1977.

233 Reportagem do jornal *O Globo*, 17 de julho de 1976.

234 Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1977.

CIMI, D. Tomás Balduino protestou publicamente sobre o assassinato do missionário e do indígena bororo, e alertou não ser este um caso isolado e os conflitos haviam de se intensificar.²³⁵ Este cenário de apreensão provocou uma inquietação entre os missionários do CIMI quanto aos seus movimentos e ações; e, ao mesmo tempo, reforçava sua missão institucional de apoiar os povos indígenas na luta contra as injustiças e os processos de sofrimento aos quais estavam submetidos. A Chacina de Merure chamou a atenção de eventos dessa natureza reforçarem os padrões de violência ao encorajar a atuação de outros agentes criminosos em situações similares. E isso ficou evidente no assassinato de outro missionário do CIMI, o padre João Bosco Penido Burnier.²³⁶

O crime ocorreu no dia 11 de outubro de 1976, quando o bispo D. Pedro Casaldáliga e o Pe. João Bosco chegaram em Ribeirão Bonito/MT para interceder por duas mulheres, as quais estariam sendo torturadas na cadeia da cidade pelos próprios policiais.²³⁷ A prisão e tortura estavam sendo realizadas sob o pretexto de localizarem o assassino de um militar, Cabo Moisés, da região de Ribeirão Bonito.²³⁸

No entanto, quando os missionários chegaram na delegacia para mediar e apaziguar a situação, ocorreu uma tensa conversa com os policiais e o Pe. João Bosco foi golpeado com um soco e em seguida alvejado com um tiro na cabeça.²³⁹ Testemunha do crime, D. Pedro Casaldáliga afirmou sobre o sacrifício missionário do Pe. Burnier: “foi uma morte nem morrida, nem matada, senão vivida”,²⁴⁰ pelo fato de sua agonia final representar o oferecimento de sua vida às lutas travadas pelo CIMI e pelo povo do Brasil, recebendo a unção dos enfermos o próprio bispo D. Pedro.²⁴¹

O autor do disparo foi o soldado Ezy Feitosa, expulso da polícia militar juntamente com seis outros policiais envolvidos no conflito.²⁴² Comentando o ocorrido em declaração pública à imprensa de Porto Alegre, o deputado Adolfo Puggina, da Arena do Rio Grande do Sul, apontou como os principais e únicos responsáveis pelos conflitos

235 Reportagem do jornal *O Popular*, 20 de julho de 1976.

236 *Idem*.

237 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

238 Reportagem do *Jornal de Brasília*, 16 de outubro de 1976.

239 CASALDÁLIGA, Pedro. *Martírio do padre João Bosco Penido Burnier*. Edições Loyola, 2006.

240 Reportagem do *Jornal de Brasília*, 14 de outubro de 1976.

241 BRASIL, *op. cit.*

242 Reportagem do *Jornal de Brasília*, 16 de outubro de 1976.

na Amazônia os grandes latifundiários de terras “capitaneados pelo ex-senador Flavio Brito, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que acusa de agitador quem contraria os seus interesses”.²⁴³

Pedro Casaldáliga manifestou profunda apreensão diante dos assassinatos dos missionários Pe. Lukenbein e Pe. Bunier, os interpretando como um indicativo da escalada de perseguições contra a chamada “Igreja do povo”, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Ele também alertou para a possibilidade de uma reação popular diante desses crimes; embora a violência e a impunidade mantenham momentaneamente a população em um estado de terror e impotência, essas mesmas condições poderiam desencadear uma resposta coletiva possivelmente rotulada pelas elites como violenta, ilegal e subversiva.²⁴⁴

E foi exatamente este o desdobramento observado no caso de Ribeirão Bonito, onde a brutalidade policial vivenciada pelo povo, a inflamada indignação e revolta gerada pela morte do Pe. Lukenbein, provocou uma reação de violência logo após a Missa de 7º dia da Morte do missionário. Presidida por D. Pedro Casaldáliga a missa foi um “protesto silencioso” do povo contra a opressão e as injustiças que vivenciavam.²⁴⁵

Para o Bispo do Araguaia, a ação deliberada dos poderosos para silenciar alguém que os confrontavam, não era um episódio isolado, “noutras partes do Brasil, bispos, padres, políticos, estudantes, operários e lavradores são presos, torturados e mortos pela mesma causa: a causa da Justiça, a causa do Povo”.²⁴⁶ Dessa forma, “sublevados” pela palavra de D. Pedro, o povo investiu contra a cadeia local, pois representava a violência praticada pelo Estado, com a imagem daquela cadeia só tinha proporcionado o mal para a população, com perseguições e torturas. Buscavam com o ato clamar por libertação.²⁴⁷

Este clamor da população por “libertação” indicava a cadeia como sinônimo de “repressão”. Ao contrário dos posicionamentos de D. Geraldo Sigaud em suas denúncias aos jornais, onde a questão da polícia e da política seriam assuntos distintos e desconectados, os casos dos dois padres missionários desmistificavam essa falácia.

243 *Idem*.

244 Reportagem do *Jornal de Brasília*, 16 de outubro de 1976.

245 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

246 *Idem*, p.29.

247 *Ibidem*.

Neles, vemos atuação da polícia diretamente ligada aos interesses políticos do país, onde um alimentava o outro.

No livro *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política* (2001), Carlos Fico analisou as práticas de repressão e tortura às quais classificou como “polícia política”. Para o regime ditatorial, as violências cometidas contra a população não eram desvios ou excessos, mas métodos institucionalizados e legitimados pelo Estado.²⁴⁸ Fico caracterizou a polícia política como o conjunto de órgãos estatais especializados em vigiar, controlar, perseguir, prender, torturar e eliminar os opositores reais ou imaginários do regime militar. Nesse sentido, ela era um instrumento essencial na “guerra interna” contra o comunismo e essa mentalidade legitimava, para os agentes, qualquer tipo de violência contra os cidadãos.²⁴⁹

Em uma sociedade onde a cultura da suspeita era disseminada, os agentes de segurança atuavam infiltrados em diversos ambientes sociais, elaborando dossiês sobre indivíduos e grupos contrários ao regime, muitos deles frágeis ou baseados em boatos, mas usados para realizar operações repressivas.²⁵⁰ Não por acaso, o Serviço Nacional de Informações, em 1973, apurou e confidenciou o documento sobre as correntes e linhas políticas-ideológicas do clero do Mato Grosso, evidenciando como os órgãos de segurança vinham monitorando as ações dos bispos e padres de perto.²⁵¹ Nesse sentido, as denúncias e alegações do arcebispo D. Geraldo Sigaud sobre a atuação de D. Pedro Casaldáliga na região acentuavam ainda mais a desconfiança e as tensões do Governo contra a Igreja do Mato Grosso, em especial sobre o CIMI.

Sobre a “revolta popular” apoiada por D. Pedro Casaldáliga em Ribeirão Bonito, D. Geraldo Sigaud escreveu: “a expressão ‘abrir as portas da cadeia’ é um eufemismo. Ela foi destruída pelo povo. Comentando esta violência, Alvorada diz cinicamente: ‘[...] Os gestos do povo são a voz do povo e a voz do povo é a voz de Deus’”.²⁵² Embora mencionasse o boletim “Alvorada”, D. Sigaud na

248 FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

249 *Idem*.

250 *Ibidem*.

251 BRASIL. Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações (ACG/SNI). *Documento de Informações N°010/73/ACG/SNI*. 12 de janeiro de 1973. Arquivo Nacional.

252 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.30.

verdade se referia ao próprio autor dos textos ali publicados, buscando indicar outro meio de veiculação das ideias de D. Pedro. Além disso, D. Sigaud contestou a postura do bispo ao se colocar como representante do povo, o qual estaria “criando um clima de insurreiçã, de massacre. Porque os ‘Poderosos’ também são povo – e poderão responder com os mesmos argumentos de violência”.²⁵³

Afinal, os crimes e as mortes continuariam a ocorrer mesmo sem a presença dos padres nesses locais. Para o bispo conservador, o verdadeiro problema era justamente o fato de os missionários estarem ali, denunciando as violências e atrocidades cometidas contra o povo, encobertas em nome do “desenvolvimento”. Dessa forma, as ideias, ações e denúncias de D. Pedro tinham enorme repercussão em toda região do Mato Grosso e em especial, da Amazônia, levando a vários clérigos e leigos a assumirem posturas mais reativas frente aos crimes do governo militar cometidos contra os povos marginalizados e oprimidos. Entretanto, para D. Geraldo Sigaud, as ideias comunistas de D. Pedro Casaldáliga não se limitavam as suas publicações, iam além, eram levadas até a Igreja.²⁵⁴

4.2 REVOLUÇÃO NA IGREJA

Para Dom Geraldo Sigaud, o bispo D. Pedro Casaldáliga queria fazer a revolução na Igreja por dentro, de forma articulada e “desmitificando-a como instituição, como história e como lugar único de salvação”.²⁵⁵ Para o arcebispo isto seria um sacrilégio, pois significava uma reforma estrutural da Igreja diante dos conflitos agrários no Brasil.

Desde seu primeiro episcopado, quando escreveu sua *Carta Pastoral sobre a seita comunista*, D. Geraldo Sigaud proclamou “a propriedade privada é um princípio básico da moral católica e da civilização cristã, do qual a Igreja jamais abrirá mão”.²⁵⁶ Dessa forma, qualquer indivíduo ou movimento a ameaçar essa estrutura deveria ser remediada imediatamente e por essa razão, leva ao conhecimen-

253 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.30

254 *Idem*.

255 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional. p. 8.

256 SIGAUD, Geraldo da Proença. *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Editora Vera Cruz, 2ª edição. São Paulo, 1963, p. 121.

to do Núncio Apostólico e ao Governo, a organização de bispos criada por D. Pedro Casaldáliga no interior da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

4.2.1. A “infiltração comunista” no interior da CNBB

Segundo Dom Geraldo Sigaud, o principal foco da “infiltração comunista” na Igreja era a organização de bispos criada por D. Pedro no interior da CNBB denominada “Grupo No-Grupo”. O Bispo de Diamantina via esse movimento como uma estratégia de D. Pedro para conseguir veicular e conquistar espaço no âmbito da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.²⁵⁷

Ele deixa a entender a atuação dos bispos e missionários como guerrilheiros “comprometidos com uma mesma linha pastoral, atitudes, intervenções – marcadamente significativos para a Igreja do Brasil, nestes últimos anos”. As reuniões e encontros do “Grupo-No-Grupo” ocorriam de forma paralela com as Assembleias Gerais da CNBB onde se reuniam todos os bispos do Brasil; os bispos ligados a esse grupo estavam particularmente comprometidos com a realidade da Igreja e do país.²⁵⁸

Esses encontros paralelos eram chamados de “Concílios Lateralense” e para D. Geraldo Sigaud, eram parte do plano de D. Pedro para implantar no país o regime do “socialismo-cristão” através da CNBB. Em um dos encontros realizados em 1973, D. Pedro Casaldáliga foi acusado de assumir uma postura verdadeiramente revolucionária, pois teria defendido uma “radical conversão interior”.²⁵⁹

Nos encontros o bispo ressaltava as perseguições e mortes causadas pela repressão militar não se limitavam apenas aos padres e bispos ligados às causas sociais, mas demonstrava ser um movimento recorrente no país inteiro. Como exemplo, citou a figura do líder estudantil, Alexandre Vanucchi, considerado subversivo pelo governo e “morto pouco depois, debaixo de tortura, pelas mãos sádicas da Repressão, em uma prisão de São Paulo”.²⁶⁰

257 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional. p. 9.

258 *Idem*, p. 8.

259 *Ibidem*.

260 *Ibidem*.

D. Geraldo Sigaud criticou a visão do bispo progressista por este dizer do regime brasileiro ser imoral e incompatível com a doutrina da Igreja. Ironizou ainda a lógica de D. Pedro onde os católicos estariam vivendo em pecado e os Papas estariam errados por defender os regimes de fato, sendo necessário substituir o sistema vigente por um regime “socialista-comunista”. Para ele, esta era a meta de D. Pedro, ao propor revolucionar a doutrina social da Igreja.²⁶¹

Cabe observar, D. Sigaud se colocava ao lado dos criticados por Pedro Casaldáliga, tomando suas denúncias como um insulto também pessoal. Ao mesmo tempo, reafirmava suas convicções sobre a doutrina da Igreja e a defesa do capitalismo sob a exploração do povo, vivendo assim, em um estado de “pecado mortal” como bem afirmou D. Pedro.²⁶² Além de condenar as estruturas do sistema capitalista, o bispo D. Pedro também criticava as estruturas da Igreja vinculadas a esse sistema. Para ele, as atividades da Nunciatura Apostólica da Igreja, em especial no caso da saída do Pe. Francisco Jentel, era a seu modo de ver “um jogo sujo diplomático tanto da Nunciatura como da Embaixada francesa”.²⁶³

Ademais, advertia sobre a estrutura econômica e administrativa da Cúria do Vaticano, pois tendo ele mesmo vivido no território da Prelazia de São Félix, lhe pareceu uma imensa contradição com a condição precária, desigual e injusta experienciada tanto pelo povo explorado, quanto aos exploradores, também corrompidos moralmente por esse sistema. Assim, Dom Pedro posicionava-se contra a riqueza da Igreja e o luxo do Vaticano, pois viveu entre os pobres, os sem-terra e os explorados pelo sistema capitalista, nutrindo no seio da Igreja o desejo de uma profunda transformação social.²⁶⁴

4.2.2 Dom Tomás Balduino e Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Esse anseio de transformação social era um sentimento compartilhado com o seu colega de episcopado e presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. Tomás Balduino. Apesar de D. Geraldo Sigaud não apresentar provas documentais sobre a atuação de Dom To-

261 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional. p. 9.

262 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

263 *Idem*, p. 9.

264 *Ibidem*.

más Balduino, também apontado pelo arcebispo como comunista, ele não deixa de mencionar “suas atitudes práticas e algumas de suas orientações provam cabalmente a orientação esquerdista e subversiva”.²⁶⁵

No entanto, ele fez uma distinção entre as ações de D. Pedro e as de D. Tomás; por ser natural de Minas Gerais, D. Tomás Balduino foi retratado como “muito mais prudente” do que o catalão. Esse julgamento essencialista atribuiu qualidades pessoais não às ações em si, mas à nacionalidade dos envolvidos, indicou D. Tomás como naturalmente mais moderado ou cuidadoso, ao contrário do estrangeiro indesejável, o D. Pedro, visto como mais radical.²⁶⁶

Do mesmo modo, não isentou o bispo D. Tomás Balduino de sua responsabilidade ao convencer D. Pedro Casaldáliga a aceitar sua nomeação de Bispo, ao qual estava disposto a declinar.²⁶⁷ Daquele momento em diante, os dois bispos apoiaram um ao outro em suas ideias e atitudes, ambos como presidente e vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

No dia 3 de setembro de 1974, em um encontro organizado pelo CIMI em Merure/MT, os bispos advertiam sobre a ideia de diálogo institucional com um regime excludente, marcado pela repressão e a violência, questionando: “como posso dialogar com um sistema que esta aniquilando índios e posseiros?”.²⁶⁸ Além disso, como exemplo da atitude “mais prudente” de D. Tomás Balduino, o arcebispo D. Sigaud mencionou no encontro da Pastoral Indígena de Palmas, em 17 de outubro de 1974, o presidente do CIMI determinou nunca deveriam constar nas atas os nomes dos responsáveis pelos escritos, bem como teria mandado destruir tais documentos “em vista de uma iminente intervenção da Polícia”.²⁶⁹

No ano anterior, quando os bispos e missionários do CIMI preparam o documento *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*, o fizeram de forma clandestina. A sua circulação ocorreu em sigilo, com cuidados extremos nas comunicações e entregas, devido à vigilância e às prisões frequentes de militantes. A atuação e participação de certos missionários foram essenciais para o movimento do CIMI; por exemplo, Egydio Schwade, embora tenha participado da elaboração do documento, seu nome não aparece por questões

265 BRASIL, *op. cit.*, p.32.

266 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional

267 *Idem*, p.10.

268 *Ibidem*, p.32-33.

269 *Ibidem*.

de segurança e para evitar represálias contra o Conselho Indigenista onde atuava.²⁷⁰

O texto era de caráter fortemente contestatório, denunciando a violência estatal e os mecanismos de extermínio e opressão contra os povos indígenas e isso tornava sua divulgação especialmente arriscada no contexto autoritário. No entanto, a publicação já indicava a ampliação dos debates sobre direitos humanos, autodeterminação dos povos e revisões críticas do papel missionário da Igreja na América Latina.

Apesar do CIMI ter iniciado com uma vertente conservadora, a partir de 1975 houve um fortalecimento da ala progressista no interior do órgão indigenista, com a sua acentuada participação no campo do político, gerando um conflito ideológico dentro próprio Conselho. Segundo os relatos do missionário Egidio Schwade, a presença de religiosos de perfil conservador no interior do Conselho, “tanto que o secretário, que secretariou a reunião que nasceu o CIMI foi o Dom Sigaud [risos] [...] Para ver como estava isso”.²⁷¹

Para Egidio Schwade a articulação da política indigenista do CIMI no país, apontou como a atuação de Dom Geraldo Sigaud, em parceria com José Vicente César, ambos da mesma congregação, acabaram participando da campanha contra o CIMI, afirmando-o ser mais uma célula comunista. Assim, o afastamento deles do órgão representava um protesto contra esse suposto desvio do papel tradicional da Igreja no trabalho com povos indígenas.²⁷²

Egidio evidenciou a dimensão político-ideológica do embate, uma vez o classificava como conservador e mesmo reacionário. Com isso, as manifestações de D. Sigaud, amplamente repercutidas pela mídia, contribuíram para acirrar os conflitos entre a Igreja Católica e as autoridades governamentais. O governo militar intensificou mecanismos de vigilância e repressão, como controle de acesso às áreas indígenas, interceptações, infiltrações e outras ações estatais, para conter e desmobilizar o nascente movimento indígena no país.²⁷³

Em 1975, quando ocorreu a campanha nacional para a expulsão D. Pedro Casaldáliga do país, D. Tomás Balduino publicou

270 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egidio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024.

271 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egidio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024, p. 85.

272 *Idem*.

273 *Ibidem*.

uma *Carta a todas as Igrejas do Brasil*; para o bispo conservador o presidente do CIMI fazia uma “apologia de D. Pedro em seu conflito com o Governo, a Funai, as Companhias”.²⁷⁴ Para D. Tomás, ao se contrapor ao sistema e aos seus objetivos, estaria enfrentando o pecado a corromper a cultura e a impedir o desenvolvimento dos verdadeiros valores do povo.

Neste contexto, os encontros do CIMI eram caracterizados como um ataque direto ao governo federal. Os dirigentes dos CIMI eram tidos como agentes “que dogmatizam, que atacam, que se desgastam e desgastam a causa abraçada, em declarações através da Imprensa, que melhor fora nunca fossem feitas”.²⁷⁵ Dessa forma, por ocorrência das denúncias realizadas para a imprensa nacional e internacional sobre as condições e realidade das aldeias indígenas no Brasil, as lideranças católicas ligadas aos movimentos sociais “passaram a ser objeto das preocupações dos agentes do governo arbitrário e os enfrentamentos do indigenismo oficial e as políticas indigenistas se tornaram frequentes”.²⁷⁶

A evidente e acentuada tensão entre a FUNAI, ligada ao Estado e o CIMI, vinculado à Igreja Católica, em relação à causa indígena foi alvo de protesto público do cardeal do Rio Grande do Sul, Vicente Scherer, n’*O Estado de São Paulo*, em 1977. O cardeal denunciou o “escandaloso” encontro da Pastoral Indígena alegando seguir a mesma vertente ideológica e subversiva de D. Tomás Balduino e D. Pedro Casaldáliga.²⁷⁷

O encontro mencionado ocorreu no município de Ijuí/RS, em janeiro de 1977, onde membros do Conselho Indigenista Missionário: Egon Heck, Egydio Schwade e Wilmar D’Angelis, apresentaram um levantamento elaborado pelos mesmos sobre os problemas dos indígenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo:

Segundo o levantamento dos missionários 80 por cento dos 9.000 kaingang, 1.500 guarani, 60 xokleng e 300 remanescentes de outros grupos encontram-se dispersos, fora das reservas, trabalhando em fazendas como peões ou bóias-frias.

274 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.33.

275 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.34.

276 SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024, p.249.

277 BRASIL, *op. cit.*, p.34.

O fato deve-se especialmente, segundo eles, às péssimas condições das áreas indígenas, todas mantidas sob a responsabilidade da Funai²⁷⁸

Os missionários do CIMI teciam severas críticas à atuação da FUNAI frente à questão dos indígenas e denunciavam sua política “voltada para os aumentos salariais de seus funcionários”, enquanto as terras e povos indígenas continuavam “em franca destruição”.²⁷⁹ D. Geraldo Sigaud frisou o desconforto causado por essa denúncia entre o clero, pois “a CNBB, na última Assembléia Geral, resolveu intervir neste assunto e exigir uma atuação mais moderada por parte desse Conselho”.²⁸⁰

Justamente neste cenário, D. Sigaud buscava informar a Nunciatura Apostólica os principais alvos da infiltração comunista na Igreja, personificados na figura de D. Pedro Casaldáliga, de D. Tomás Balduino, em especial na atuação do CIMI (SNI, 1977).²⁸¹ No entanto, D. Sigaud já alertava não se limitarem apenas a atuar dentro da Igreja, propagando suas ideias e ações, mas levavam esta luta para o campo político e social.

4.3 RUPTURA COM O REGIME DO BRASIL

Para D. Pedro Casaldáliga, o principal inimigo do povo era o capitalismo; a dinâmica social se revelava intrinsecamente perversa por constituir a institucionalização social do egoísmo, a idolatria pública do lucro e a legitimação da exploração do homem pelo homem, resultando na submissão de muitos aos interesses e à prosperidade de poucos.²⁸² Por isso, influenciado pelo marxismo, optava pelo socialismo-comunismo, defendendo esta vertente como um instrumento a ser utilizado pela Igreja para promover a transformação na sociedade:

O Socialismo que eu propugno com tantos outros irmãos na Fé e na paixão pela Justiça – como o melhor instrumento sócio-político, hoje em dia – para a transformação da socie-

278 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 4 de fevereiro de 1977

279 Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, 4 de fevereiro de 1977

280 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.34.

281 *Idem*

282 *Idem*

dade humana, não é precisamente o Regime tal, nem menos ainda o Partido tal. Não é a Rússia, está claro, nem Cuba, nem China, nem Argélia, nem o Chile de Allende. No entanto, é alguma coisa deles.²⁸³

Dessa forma, ele apresentava o Evangelho como uma palavra subversiva, pois o “novo mandamento é radicalmente socializador”, e afirmava não ser o capitalismo compatível com o cristianismo; enquanto isso, por outro lado, com o socialismo, sim.²⁸⁴ Esta transformação em socialista foi radical, “pois a vida o levou à compreensão da dialética marxista e a uma metanóia política total” ao conviver junto aos povos tradicionais. Para D. Pedro, essa “metanóia” significava em uma mudança profunda de consciência frente à situação política e social vivenciado pelo povo oprimido do Brasil, pois o próprio bispo experienciou uma transformação interior no modo de pensar e de viver, ao atuar com a população de São Félix do Araguaia e outros povos desintegrados pelo “progresso”. Afirmava este conflito social básico em qualquer área da SUDAM e de uma região “destinada oficialmente a ser latifúndio de gado bovino [...] onde a bosta de vaca equivale a um selo reconhecido de ‘integração nacional’”.²⁸⁵

4.3.1 Contra a farda e o latifúndio

Dom Pedro manifestava total oposição à chamada ação civilizadora das Forças Armadas, expressando clara rejeição à instituição militar. Em suas declarações atribuiu ao Exército brasileiro um papel de violência e destruição, reforçando sua crítica ao caráter repressivo da atuação militar no país: “aqui perto os militares são meus inimigos, na medida em que são inimigos do Povo. Porque então ao serviço do Capitalismo e da Ditadura: porque vivem servilmente entregues aos assistencialismos encobridores, aos ‘Projetos Impactos’, à repressão e à tortura”.²⁸⁶ Dom Pedro se posicionava contra o avanço de certas formas de modernização e desenvolvimento, estimulando a população a resistir à colonização. Para ele, o imperialismo, o colonialismo e o capitalismo são igualmente conde-

²⁸³ *Ibidem*, p.10.

²⁸⁴ *Ibidem*, p.11.

²⁸⁵ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.13.

²⁸⁶ *Idem*.

náveis, sendo alvos de sua oposição e críticas ao logo de sua jornada missionária.²⁸⁷ Por esta razão, D. Pedro Casaldáliga ironizava os programas sociais do Governo e qualquer iniciativa governamental direcionado para as camadas populares, afirmando que era “tão fácil enganar, à primeira vista, o povo, quando se lhe estrangulas as consciências, estrangulando a Liberdade”.²⁸⁸

Dom Pedro usava um tom irônico para criticar as ações “assistencialistas” do Estado e das Forças Armadas; sob o pretexto de ajudar as populações menos favorecidas, essas instituições buscavam na verdade legitimar o regime militar e conquistar apoio popular. Ele denunciava essas ações tinham mais um caráter ideológico e político do que realmente social. Nesse sentido, D. Pedro denunciava o liberalismo, o neocapitalismo e certas formas de democracia e reformismo pois apenas preservavam os privilégios de uma minoria, sustentando-se sobre a exploração e a miséria da maioria. Ele considerava os movimentos de direita “reacionárias por natureza” quando se tratava “de salvar a própria fatia do bolo, solidamente interessadas naquela Ordem que é o Bem da minoria, sempre”.²⁸⁹

Além disso, D. Pedro já deixava claro em seus escritos a repulsa contra os fazendeiros e grandes latifundiários, rompendo todas as relações possíveis com eles. Ele expressava a ruptura com os poderosos e exploradores, enfatizando a vivência religiosa deveria ser afastada de privilégios e da opressão, mantendo-se solidária aos mais pobres e oprimidos. A sua oposição aos fazendeiros era tão intensa ao ponto dele não permitir os padres aceitarem qualquer tipo de auxílio deles.²⁹⁰

Para D. Geraldo Sigaud, a posição política-ideológica de D. Pedro contra o Governo “confunde Cristianismo com Socialismo e subversão”.²⁹¹ E, para exemplificar tal afirmação, citou o caso do padre Francisco Jentel na missão de Santa Terezinha/MT. No dia 3 de março de 1972, um grupo de trabalhadores da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), juntamente com a polícia estadual do Mato Grosso tentaram invadir o ambulatório em construção na missão de Santa Terezinha/MT. O confronto levou a uma troca de tiros entre os trabalhadores da companhia e os posseiros

287 *Ibidem*, p.14.

288 *Ibidem*, p.13.

289 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.11.

290 *Idem*, p.14.

291 *Ibidem*.

da região, que defenderam o ambulatório de Santa Terezinha e sua própria liberdade, ferindo oito “jagunços” da CODEARA.²⁹²

O gerente-geral da CODEARA, José Roberto Silveira, acusou o Pe. Jentel pelo conflito entre a companhia e os posseiros, alegando ser a CODEARA a titular das terras daquela região, situada no município de Luciara/MT. O padre contestou, pelo fato de no momento da ocupação das terras pela companhia já existiam povoados na região, como Santa Terezinha; supostamente, os agentes pastorais da Prelazia de São Félix do Araguaia estariam insuflando as tensões entre a CODEARA e a população local.²⁹³ Quando o Governador do Mato Grosso, na época José Fragelli também apontou o Pe. Jentel como o “autor intelectual” do conflito entre a polícia e a população local, D. Pedro Casaldáliga defendeu o padre: “Eu respondo que este autor intelectual sou eu mesmo e não o Pe. Jentel, porque eu assumo toda a responsabilidade do que ocorreu em Santa Terezinha, por parte da Missão e dos posseiros...”²⁹⁴

De todo modo, por conta de sua atuação na missão de Santa Terezinha, Pe. Jentel foi perseguido e condenado ao exílio do Brasil pelo regime militar a serviço dos latifundiários. No entanto, D. Geraldo Sigaud responsabilizou o bispo D. Pedro Casaldáliga por tal ocorrido. Alegou, ao contrário do Pe. Jentel, recorria às autoridades para resolver os conflitos entre proprietários e posseiros dentro da lei, enquanto D. Pedro recusou o pedido, afirmando: “tínhamos enviado uma reclamação ao Juiz de Direito da comarca, - embora inútil – e isto me bastava”.²⁹⁵ Para D. Sigaud, isto representava mais uma maneira do bispo incentivar os posseiros ao conflito pela posse de terra contra as companhias.

Apesar da oposição por parte de D. Sigaud à postura legalista defendida pelo Pe. Jentel, pelo fato significar um possível incentivo ao descrédito na eficácia das instâncias oficiais, fica patente o teor político. Mais uma vez, a sua crítica funcionava como uma tentativa de deslegitimar a atuação de D. Pedro, enquadrando-a como causa de desordem e atribuindo-lhe consequências negativas. Dessa forma, D. Geraldo Sigaud deixava explícito como D. Pedro havia rompido completamente com o regime do Brasil, por o considerar “um esquema nazista de terror. Os poderes econômicos impõem a

292 *Ibidem*, p.14.

293 Reportagem do jornal *O Estado do Mato Grosso*, 11 de outubro de 1972

294 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Dossiê sobre a infiltração comunista*. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.12.

295 *Idem*.

lei e amordaçam a justiça”.²⁹⁶ D. Pedro evidenciava a influência das elites dominantes na condução das instituições políticas e jurídicas, onde essa estrutura de poder era sustentada pelas Forças Armadas, evidenciando a contradição entre o ideal de soberania e a realidade da submissão aos interesses econômicos.

Dom Geraldo Sigaud enxergava nas Forças Armadas os únicos a salvar o país do comunismo e os militares como únicos até aquele momento a impedir a revolução, a derrocada do regime e a criação de uma república sindicalista.²⁹⁷ Justamente por isto o arcebispo mineiro denunciava D. Pedro Casaldáliga, não apenas ao Núncio Apostólico, mas também ao presidente da República. Ele enxergava na figura do bispo dos pobres um defensor ativo de ideias socialistas com inclinação comunista, acusando-o de ultrapassar o campo teórico ao promover a doutrina em sua prelazia de São Félix do Araguaia, na CNBB, com a organização do “Grupo-No-Grupo” e no CIMI. Para Sigaud, ele era o retrato do agente subversivo a incitar a divisão social em prol da derrubada o regime vigente no Brasil.

Não apenas D. Pedro, mas todos os seguidores de suas orientações e ideias, eram vistos como parte de uma iminente revolução. Por isto, D. Geraldo Sigaud construiu uma narrativa fortemente acusatória, sustentada na ideia de uma ampla e perigosa “infiltração comunista” no clero brasileiro. Em sua argumentação, apesar da imprensa tenha “repetidas vezes chamado a atenção sobre a infiltração comunista nos meios eclesiais”, isto não foi o suficiente para interferir efetivamente nas decisões da Igreja sobre o problema.²⁹⁸

Como sublinhou Carlos Fico, o regime militar manipulava informações, controlava jornais, programas de televisão e produzia campanhas que associavam o governo à ordem, ao progresso econômico e ao combate ao comunismo. Esse controle cultural e simbólico complementava o terror físico, formando uma estratégia repressiva integrada.²⁹⁹ A imprensa, nesse cenário, foi tomada como fonte legitimadora dessas acusações de D. Sigaud; ao mesmo tempo, a utilizava para pressionar a CNBB e denunciar publicamente seus

296 *Ibidem*.

297 SIGAUD, Geraldo da Proença. *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Editora Vera Cruz, 2ª edição. São Paulo, 1963.

298 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Dossiê sobre a infiltração comunista. Memorando N° 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p. 34.

299 FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e política política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

colegas, reforçava a credibilidade de suas próprias críticas ao tomá-la como apoio externo para confirmar sua visão dos fatos. Assim, a imprensa funcionava como um instrumento de difusão de uma narrativa política ao publicizar a associação de determinados bispos a uma ameaça ideológica.

O arcebispo de Diamantina/MG, esclareceu ao Núncio a motivação para a recorrer à imprensa, e não à CNBB, ter sido o episódio ocorrido durante a Assembleia Geral de Itaici/SP, em 1977. O vazamento do documento “Exigências Cristãs de uma Ordem Política” foi considerado um ato de “traição”, usado para reforçar a imagem de certos bispos buscavam deliberadamente tensionar a relação entre Igreja e Estado.³⁰⁰

Para D. Sigaud, a publicação realizada pela revista oficial do Partido Comunista, *Voz Operária*, intitulada *Documento da CNBB, em marcha no caminho da luta dos democratas*, já indicava uma aliança entre o partido e a Igreja Católica para mobilizar um movimento de massa com o objetivo de derrubar o governo e instaurar uma ditadura comunista no Brasil. O arcebispo acreditava fielmente no interesse do Partido Comunista em “aliar-se à Igreja para derrubar o Governo e depois esmagar a Igreja, como fez em Cuba”.³⁰¹

Nesse sentido, D. Geraldo Sigaud justificava suas denúncias públicas como um ato de patriotismo e fidelidade eclesial, afirmando a sua intervenção na imprensa foi um serviço prestado “à minha Pátria e à Igreja, minha Mãe”. Nesta perspectiva, estaria alertando o Brasil e a Santa Sé sobre o “grave perigo” representado por essas supostas infiltrações comunistas.³⁰² Assim, ele se posicionou como defensor da ortodoxia e da ordem, enquanto enquadrou seus opositores como subversivos, transformando diferenças pastorais e políticas em uma pretensa ameaça ideológica de dimensão nacional.

300 BRASIL, *op. cit.*

301 BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Dossiê sobre a infiltração comunista. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional, p.36.

302 *Idem.*

CONFIDENCIAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE



MEMO Nº 956 / SI - Gab

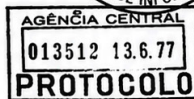
Brasília,

Em 10 JUN 77

Do Ch GAB/SNI

Ào Sr Ch AC/SNI

REFERÊNCIA: INFE Nº 022/19/AC/ de 21 Mar 77



ANEXO: -4 (quatro) pastas contendo relatórios sobre o assunto em epígrafe.

-Carta de 30 Mar 77, -e D. Geraldo de Proença Sigaud ao Sr PR remetendo os relatórios acima.

104214

ASSUNTO: RELATÓRIOS SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS MEIOS ECLESIAÍSTICOS DO BRASIL.

-D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD - Arcebispo de Diamantina.

DESPACHO:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> GTC | <input type="checkbox"/> AGUARDAR RESPOSTA |
| <input type="checkbox"/> CUMPRIR DESPACHO | <input type="checkbox"/> DOCUMENTO LIBERADO |
| <input type="checkbox"/> ANEXAR | <input type="checkbox"/> INFORMAR |
| <input type="checkbox"/> APROFUNDAR | <input type="checkbox"/> ENCAMINHAR |
| <input type="checkbox"/> POSSÍVEL APROVEITAMENTO | <input type="checkbox"/> OPINAR |
| <input checked="" type="checkbox"/> PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS | <input type="checkbox"/> O QUE CONSTA |
| <input type="checkbox"/> REGISTRAR | <input type="checkbox"/> PROCESSAR |
| <input type="checkbox"/> DIFUNDIR A | <input type="checkbox"/> ATUALIZAR |
| <input type="checkbox"/> ELABORAR INFORMAÇÃO | <input type="checkbox"/> CONHECER |
| <input type="checkbox"/> ESTUDAR | <input type="checkbox"/> ARQUIVAR |
| <input type="checkbox"/> DEVOLVER | <input type="checkbox"/> |

POR DELEGAÇÃO

Antônio de Santa Cruz Abreu - Cal



NÃO FICOU CÓPIA DO ANEXO NO GAB/SNI

DANILO VENTURINI
CONFIDENCIAL Coronel Chefe do Gabinete do SNI

Encaminhamento do relatório elaborado por Dom Sigaud à Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI)
Fonte: BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Dossiê sobre a infiltração comunista. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anticomunismo, longe de ser apenas um discurso ideológico, funcionou como uma ferramenta de poder utilizada pelo Estado, por elites e por setores conservadores da Igreja Católica para justificar repressões e controlar opositores durante a Guerra Fria no Brasil. Nesse processo, a figura de Dom Geraldo Sigaud tornou-se emblemática no uso estratégico desse discurso dentro do clero brasileiro, contribuindo para acirrar tensões internas entre a Igreja e Governo; e, ao mesmo tempo, legitimar as práticas autoritárias.

Dom Geraldo Sigaud enunciava seu discurso a partir de um lugar histórico e socialmente determinado, atravessado por referências políticas e ideológicas específicas. Proveniente de uma família proprietária de terras e formado em um ambiente marcadamente conservador, acompanhou as transformações da sociedade brasileira preservando uma orientação política pautada na defesa da propriedade privada, da estrutura familiar tradicional, da doutrina católica e de princípios da economia liberal. Sua trajetória, sua formação intelectual e suas convicções pessoais consolidaram sua perspectiva ideológica sustentada na manutenção das estruturas capitalistas, concebidas por ele como fundamentos essenciais do progresso e da civilização. Ademais, sua narrativa não se limitava à expressão de um posicionamento individual, pois era proferida a partir de um lugar institucional, conferindo legitimidade, autoridade e maior alcance às posições por ele defendidas.

Nesse sentido, o movimento de atuação dos bispos progressistas da Igreja Católica em defesa dos povos indígenas, posseiros e trabalhadores rurais foi deliberadamente criminalizado e tratado como ameaça comunista por D. Sigaud. Isto evidenciava como conflitos sociais ligados à terra, à justiça e aos direitos humanos, eram reinterpretados como batalhas ideológicas permitindo ao regime militar estender sua vigilância e repressão por meio de alianças com setores conservadores da Igreja e da imprensa. Assim, as propagandas comunistas divulgadas pela imprensa eram utilizadas para censurar os movimentos sociais contra o regime.

Diante desse cenário, D. Geraldo Sigaud identificava as principais ameaças comunistas no clero católico contra o Governo, se manifestavam em Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e nos religiosos e leigos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). No entanto, concentrava suas acusações especialmente sobre D. Pedro Casaldáliga, dedicando grande parte de seu relatório à atuação do bispo, a quem atribuía o papel de líder revolucionário, supostamente responsável por articular o movimento comunista na Igreja e no país.

Ele considerava D. Pedro um agente subversivo porque o bispo denunciava abertamente as condições humanas degradantes e práticas repressivas do Governo. Dom Geraldo Sigaud analisava os discursos e a posição política de D. Pedro, porém, sem situá-los no contexto das violências estruturais do sistema capitalista, marcado pela exploração, opressão e morte de trabalhadores e do próprio povo. Ao afirmar as ações e movimentos sociais ou populares enquanto afronta ao regime, Sigaud não reconhecia, contudo, as atrocidades praticadas por esse mesmo regime contra camponeses, posseiros e povos indígenas.

Apesar de abordar os conflitos armados envolvendo posseiros, indígenas, grandes empresas e latifúndios, ainda que, em alguns casos, determinados posseiros atuassem em confluência com essas empresas para usurpar terras indígenas, todas essas tensões gravitavam em torno da disputa pela posse da terra. Esses conflitos fundiários eram apresentados por meio de uma linguagem ideologicamente orientada e exacerbada, com o fito de sustentar a imagem de um cenário de subversão, como se uma guerra iminente estivesse prestes a eclodir. Nesse contexto, o licenciamento governamental de terras era justificado como medida necessária para “salvar” a região, ocultando o fato de tais ações frequentemente contribuíam para aprofundar, e não solucionar, os problemas existentes.

O bispo anticomunista se posicionou como porta-voz da elite conservadora ao defender a propriedade privada, invocar a noção de segurança nacional e reforçar a ideia de um “inimigo interno”, legitimando, assim, a repressão estatal. Apoiou a intervenção do Governo por meio das Forças Armadas diante de conflitos pela posse da terra e da violação dos direitos humanos para os povos oprimidos pelo regime.

Deste modo, o anticomunismo católico teve uma força material significativa na política brasileira durante o regime militar, pois ultrapassou o campo teológico e tornou-se uma ferramenta central na manutenção da ordem autoritária, enquanto setores progressistas da Igreja, resistiam a esse enquadramento. A pesquisa nos levou à compreensão que conflitos religiosos e agrários no Brasil não podem analisados sem considerar o papel ideológico da Igreja, em especial como ator político na luta de classe.

Compreender essa disputa é fundamental para reconstituir a formação de discursos e práticas profundamente influentes na política brasileira, evidenciando o papel ambivalente da Igreja, ora legitimando o regime, ora defendendo direitos humanos. Além disso, esse olhar ajuda a pensar em como os legados dessas disputas sobre Igreja, ideologia e o direito terra ainda aparecem nas formas atuais de mobilização e engajamento político.

REFERÊNCIAS

ACERVOS

Arquivo Nacional

Centro de Referência Virtual Indígena

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

IMPrensa

Correio do Povo, 25 de fevereiro de 1977.

Folha de São Paulo, 10 de abril de 1977.

Jornal de Brasília, 14 de outubro de 1976.

Jornal de Brasília, 16 de outubro de 1976.

Jornal do Brasil, 17 de março de 1977.

Jornal do Brasil, 26 de fevereiro de 1977.

Jornal Voz, fevereiro de 1974.

O Estado de São Paulo, 27 de fevereiro de 1977.

O Estado de São Paulo, 4 de fevereiro de 1977

O Estado do Mato Grosso, 11 de outubro de 1972.

O Globo, 14 de fevereiro de 1977.

O Globo, 17 de julho de 1976.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Leandro Cabral de. *Anticomunismo católico e questão agrária no Brasil pré-1966: sobre intelectuais, ideologia e subalternidade*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BECKER. Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de*

recursos. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

BLOCH, Marc Leopold. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Zahar, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2001.

BORGES, NILSON. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELAGADO, L. A (Orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura no Brasil: regime militar e movimentos sociais no final do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a Literatura Anticomunista no Brasil. *Revista del CESLA*, nº 18, jan-dez, pp. 67-87. 2015.

_____. *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Martírio do padre João Bosco Penido Burnier*. Edições Loyola, 2006.

FAULKNER, William, *Réquiem para uma freira*. Editora: Globo, 1958.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GILSON, Frei. *Livrai-nos do comunismo*. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/celebridades/video-de-frei-gilson-em-live-viraliza-livrai-nos-do-comunismo>. Acesso: 07/10/2025.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JALES, Galeno Edmilson. *A postura da Igreja Católica durante a ditadura no Brasil*. Universidade de Santo Amaro – UNISA, Manaus, 2021.

JUNIOR, Alfredo Moreira da Silva. *Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro*

durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961). Dissertação (Mestrado em História e Sociedade), Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Coleção L&PM POCKET, v. 227. Porto Alegre, 2019.

MENÊSES, Paula Regina Rodrigues. *Dom Pedro Casaldáliga: os sujeitos e o lugar no Vale do Araguaia*. Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2019.

MIGOTTO, Clóvis José. *A poesia de dom Pedro Casaldáliga: doadora de sentido libertador*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOURA, Dionatan Souza de; SILVA JR, Alfredo Moreira da Silva. Catolicismo e anticomunismo no Brasil: uma análise histórica do discurso anticomunista de D. Geraldo de Proença Sigaud. In: *Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo* (LERR/UEL), 2023.

ORLANDI, Eni. *A Análise de Discurso: Algumas observações*. In: Delta, PUC, São Paulo, 1986.

PÊCHEUX, Michel. *Ler o Arquivo Hoje*. in: ORLANDI, Eni. Gestos de Leitura. Editora Unicamp, Campinas, 1994.

RODEGHERO, Carla. *Memórias e avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de Doutorado - UFRGS. 2002.

SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egidio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024.

SIGAUD, Geraldo da Proença. *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Editora Vera Cruz, 2ª edição. São Paulo, 1963.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. *Entre a Cruz e a Foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia*. Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2007.

VIEIRA, Maria do Pilar *et al.* *Imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História, São Paulo, 1984.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes Conflitos afro-asiáticos “quentes” da Guerra Fria: da revolução à guerra (anos 1970 e 1980) *Revista Tempo e Argumento*, vol. 13, núm. 32, 2021

SOBRE OS AUTORES

MILENA PINHO BARBOSA



Natural de Tefé (AM), é graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas. Participou por seis anos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no Instituto Mamirauá, com atuação nas áreas de saneamento básico, tratamento de água, história ambiental, imaginário e percepção ambiental. Atualmente, dedica-se à pesquisa em acervos documentais, com ênfase em movimentos religiosos, sociais e ideológicos no período da ditadura militar brasileira.

TIAGO FONSECA DOS SANTOS



Possui Graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2009), Mestrado em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA/FURG (2012); e Doutorado em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas - PPGH/UFAM (2024). Desenvolveu o Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-História/UFRGS). Atualmente é professor no Centro de Estudos Superiores de Tefé - Universidade do Estado do Amazonas - CEST/UEA, no campo da História e do Ensino de História. Tem experiência na área da História; ensino de História e formação de educadores; História Oral; História Contemporânea e ditadura militar. Docente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA) e no Programa de Pós-Graduação em História da UFAM (PPGH/UFAM). Coordenador de Área no PIBID Interdisciplinar - História e Letras. Bolsista Produtividade (GPA/UEA).

Os estudos sobre as aproximações e distanciamentos entre a Igreja Católica e a ditadura militar no Brasil – e nos demais países sul-americanos – têm ganhado folego nos últimos anos. A tensão entre a neocristandade e o *aggiornamento* após a segunda guerra mundial; os valores emergentes, articulados no Concílio do Vaticano II (1962-1965); a tensão e o apoio ao golpe militar em 1964; a ressignificação da Ação Católica na JEC, na JOC, na JUC; a emergência da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base; a articulação da igreja dos pobres; e a organização do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, evidenciam o processo de renovação da igreja romana.

Atentos a estes processos, em *A guerra fria na Igreja Católica no Brasil: as denúncias de D. Sigaud contra o Bispo do Araguaia (1968–1977)*, os autores lançam luz sobre os conflitos entre Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Pedro Casaldáliga Plá. A partir da denúncia de subversão do bispo dos pobres ao Núncio Apostólico e ao presidente da república, por parte do bispo anticomunista, a obra traz uma importante contribuição para o entendimento do contexto histórico da década de 1970. A pesquisa meticulosa com fontes primárias ainda pouco exploradas, elaboradas pelos próprios órgãos de segurança, torna o livro ainda mais singular. Trata-se de um trabalho de caráter propedêutico; um convite ao leitor a explorar, com profundidade, um tema tão desafiador quanto fascinante.

ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN 978-85-5467-734-3

